



Maria Elizabeth Baltar C. Albuquerque
Gracy Kelli Martins
Denysson Axel Ribeiro Mota
organizadores

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

*intersecções
teórico-sociais*

EJ Editora
UFPB

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
intersecções teórico-sociais



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA M^a JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais e Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA DE VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Gracy Kelli Martins
Denysson Axel Ribeiro Mota
organizadores

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
intersecções teórico-sociais

Editora UFPB
João Pessoa
2019

Direitos autorais 2019 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 18 4 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico
Editoração Eletrônica
e Design da Capa
Ilustração da Capa
e contracapa

EDITORA UFPB

MÔNICA CÂMARA

BASEADA EM FUNDO VETOR CRIADO POR FREEPIK/
BR.FREEPIK.COM

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

- E02 Organização e representação da informação e do conhecimento : interseções teórico-sociais / Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Gracy Kelli Martins, Denysson Axel Ribeiro Mota (organizadores).
– João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
208 p.
ISBN: 978-85-237-1416-1
1. Ciência da informação. 2. Representação da informação. 3. Representação do conhecimento. 3. Biblioteconomia. I. Albuquerque, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. II. Martins, Gracy Kelli. III. Mota, Denysson Axel Ribeiro. IV. Título.

UFPB/BC

CDU: 068

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 5/2018-2019, financiado pelo Programa de Apoio à Produção Científica – Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

PREFÁCIO

Fabio Assis Pinho

As publicações, especialmente os livros, sobre Ciência da Informação têm uma função importante na consolidação das teorias acerca dessa área. São essas fontes primárias que orientam estudantes, professores e pesquisadores sobre suas consolidações teórica e metodológica.

No âmbito da Ciência da Informação encontra-se a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento que, nos últimos anos, tem testemunhado um crescimento significativo, inclusive em termos qualitativos, de publicações em livros sobre suas principais tendências investigativas.

Esse crescimento editorial tem uma vinculação direta ao fato de que houve um investimento nítido na formação de mestres e doutores em Ciência da Informação em várias Regiões do Brasil.

É nesse contexto que se insere esta obra intitulada “Organização e Representação da Informação e do Conhecimento: intersecções teórico-sociais”. Os professores Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Gracy Kelli Martins e Denysson Axel Ribeiro Mota, organizadores desta obra, conseguiram um significativo feito de reunir autores que discutem aspectos relevantes da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, a saber: seus impactos científicos e sociais. Por isso, é notável que o subtítulo deste livro não seja fortuito – intersecções teórico-sociais, pois se tratam de impactos necessários para uma área que se consolida e expande cada vez mais.

Nesse sentido, os capítulos deste livro foram reunidos evocando esses dois aspectos e, além disso, escritos por teóricos que têm se dedicado a compreender os principais fundamentos epistemológicos da área a

partir de suas teorias. Essa preocupação dos organizadores foi observada a partir dos aspectos que compõem a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, ou seja, seus produtos, seus processos e seus instrumentos. Nos capítulos deste livro, cada autor possui uma visão que abarca um desses aspectos, tornando esta obra um veículo instigante de aprendizado.

Portanto, convido a todos(as) a uma viagem instigante que se apresenta nas próximas páginas. Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Trazemos nesta coletânea, alguns intersecções teórico-sociais da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, tema central para a Biblioteconomia e para a Ciência da Informação (CI) como um todo, abordando temas referentes aos fundamentos teóricos, assim como aspectos aplicados e sociais que permeiam tais estudos.

O capítulo, intitulado **Reflexões Teóricas em Representação da Informação**, apresenta uma reflexão sobre os processos de representação, desde os processos naturais de comunicação, por meio da linguagem falada e escrita, mas com especial destaque como a representação da informação envolve atividades importantes dentro da CI, bem como destaca os avanços que a área tem traçado nos últimos anos.

O capítulo, **A Dimensão Textual do Gênero Tesouro: uma análise da estruturação composicional e sequencial do tesouro da justiça eleitoral**, apresenta um estudo do tesouro na perspectiva da linguística textual, trabalhando a sua estruturação composicional e sequencial, com foco nas unidades textuais, trazendo para a Ciência da Informação aspectos trabalhados na linguística e sua considerável contribuição para o desenvolvimento dos tesouros .

O capítulo **Las Relaciones de Asociación en los Vocabulários Semánticos: ideas sobre su origen, evolución y prospectiva**, aborda questões epistemológicas e conceituais dos vocabulários controlados, apresentando o tesouro como exemplo prático, e descrevendo como ocorrem as relações terminológicas dentro desta ferramenta, assim como as propriedades e os tipos de relação terminológicas existentes.

O capítulo intitulado **Organização e Representação da Informação de Textos Narrativos de Ficção: proposta de utilização da análise do discurso literário**, traz um tema pouco discutido nos processos de representação da informação: a classificação de obras

literárias, sob a ótica da Análise do Discurso e mostra como é possível usar este método para adequadamente representar este tipo de material bibliográfico.

Numa abordagem voltada para a Tecnologia da Informação (TI), o capítulo com o título **Princípios e Aspectos Conceituais do RDA e as Pesquisas Brasileiras**, apresenta a importância da TI na CI, e como o RDA é um agente importante nesse papel tecnológico na criação de metadados e interoperabilidade entre diferentes sistemas de bibliotecas.

O capítulo **A Conjunção do Verbovisual na Representação Temática dos Folhetos de Cordel**, discute o cordel como temática, tratando não apenas da história e características físicas e literárias que o diferenciam de outros formatos de textos, mas como três elementos linguísticos – a linguagem verbal escrita, a oral e a imagética – precisam ser levados em consideração durante o processo de representação deste material.

Relações Semânticas Associativas na Área da Saúde: em foco a diabetes é o capítulo que traz como objeto de estudo as diferentes relações associativas, com destaque para as existentes ligadas à terminologia sobre diabetes, em sistemas de representação voltados para a área de saúde.

Sob uma perspectiva mais filosófica, o capítulo **Uma Mirada sobre a Representação Kantiana e sua Contribuição para a Representação Indexal**, traz a questão do conhecimento, vinculando a representação às áreas das Ciências Cognitivas, ao mesmo tempo que discute as origens da palavra ‘representar’, e como todas estas questões influenciam a abordagem da CI sobre a temática.

No capítulo **A Representação da Informação e do Conhecimento e as Representações Sociais: intersecções e limites**, o texto evidencia a relação intrínseca da representação da informação e das representações sociais e questiona qual o papel do profissional da informação diante da não neutralidade dos processos, produtos

e instrumentos da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

Por último, o capítulo **Representação e Recuperação de Informações: contexto, relevância e pertinência na web**, busca debater acerca dos elementos que interferem no sentido, sob o ponto de vista da pragmática de Morris, e podem influenciar as questões de relevância e pertinência no processo de representação e recuperação de informações.

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Gracy Kelli Martins

Denysson Axel Ribeiro Mota

Organizadores

SUMÁRIO

Reflexões Teóricas em Representação da Informação	13
<i>Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque</i>	
<i>Sale Mário Gaudêncio</i>	
<i>Raimunda Fernanda dos Santos</i>	
A Dimensão Textual do Gênero Tesouro: uma análise da estruturação composicional e sequencial do tesouro da justiça eleitoral	29
<i>André Anderson Cavalcante Felipe</i>	
<i>João Gomes da Silva Neto</i>	
Las Relaciones de Asociación en los Vocabularios Semánticos: ideas sobre su origen, evolución y prospectiva	53
<i>José Antonio Moreira-González</i>	
Organização e Representação da Informação de Textos Narrativos de Ficção: proposta de utilização da Análise do Discurso Literário	79
<i>João Batista Ernesto de Moraes</i>	
<i>Larissa de Mello Lima</i>	
<i>Mariana da Silva Caprioli</i>	
Princípios e Aspectos Conceituais do RDA e as Pesquisas Brasileiras	93
<i>Zaira Regina Zafalon</i>	
<i>Raildo de Sousa Machado</i>	
A Conjunção do Verbovisual na Representação Temática dos Folhetos de Cordel	113
<i>Rosane Suely Alvares Lunardelli</i>	
Relações Semânticas Associativas na Área da Saúde: em foco a diabetes	133
<i>Jacqueline Aparecida de Souza</i>	
Uma Mirada sobre a Representação Kantiana e sua Contribuição para a Representação Indexal	147
<i>Virginia Bentes Pinto</i>	

**A Representação da Informação e do Conhecimento
e as Representações Sociais: intersecções e limites 159**

Gracy Kelli Martins

Gisele Rocha Côrtes

**Representação e Recuperação de Informações: contexto,
relevância e pertinência 183**

Denysson Axel Ribeiro Mota

Nair Yumiko Kobashi

Reflexões Teóricas em Representação da Informação

*Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Sale Mário Gaudêncio
Raimunda Fernanda dos Santos*

Introdução

A representação, historicamente, sempre esteve presente na formação social do povo e da cultura mundial, tendo vivenciado e acompanhado os mais diversos contextos de transformação da sociedade, ao longo do tempo. Em essência, a representação sempre se colocou em posição de destaque na sociedade, especialmente quando se faz uso da comunicação por meio da linguagem.

Naturalmente, ao passo que a sociedade evolui, também são intensificadas as suas demandas. Concretamente vemos isso com os hieróglifos, escrita cuneiforme, papiros, pergaminhos, livros analógicos e, mais recentemente, com a escrita digital. Esses recursos contribuíram massivamente para construções textuais que possibilitaram os hipertextos e as hiperfídias em ambientes digitais e colaborativos.

A transformação cultural na qual a representação da informação sempre esteve inserida e que ao longo da história vem se consolidando como um campo teórico produtor, possibilitou diversas metodologias e práticas, especialmente ao que tange ao paradigma físico (CAPURRO, 2003). Na contemporaneidade novas demandas são lançadas e, não diferente do que vinha ocorrendo, a representação também é chamada a contribuir. Assim, a representação da informação lança-se a cultura digital a fim de responder aos problemas socioinformacionais e infoculturais da conhecida sociedade em rede.

A representação no contexto da Ciência da Informação, além de se constituir como uma atividade pragmática, se amplia como campo de estudos teóricos e aplicados que objetivam responder aos problemas e efeitos da informação na cultura pós-moderna a fim de tornar os registros informacionais acessíveis à sociedade.

Neste sentido, e considerando o registro informacional como a centralidade da representação da informação, ainda se faz necessário refletir sobre suas concepções teóricas de campo científico?

Apesar de apenas ao longo do texto, termos a possibilidade ratificar ou refutar este problema-chave, a princípio o mesmo se justifica pelo simples fato de que a sua construção teórica dar-se-á percebendo as suas práticas sociais e cognitivas, algo que até o final do século XX, se dava em certa limitada escala.

Desta maneira, se tem como objetivo central, refletir sobre as bases teóricas da representação da informação, partindo do que já está estabelecido e apontando para novas possibilidades de ressignificações oriundas ao campo científico em questão.

Metodologicamente, o texto se apresenta como uma revisão bibliográfica de natureza exploratória, apoiando-se em textos epistemológicos do campo a partir resultados investigativos de publicações científicas; e de pesquisas avançadas advindas dos Anais da ISKO Brasil, ISKO Espanha/Portugal e do ENANCIB, além da própria literatura científica publicada em periódicos de referência nacional e internacional.

Representação da Informação

Nos últimos anos, em virtude de crises paradigmáticas têm emergido novas possibilidades científicas (SANTOS, 2010; MORIN, 2015; KUHN, 2017), porém sempre estarão assentadas em teorias já existentes. O intuito será, conforme explicita Theodor W. Adorno nas palavras Freitag (1986) que a ideia é de rever para melhorar e não apenas

para refutar de forma deliberada. Nesta mesma linha de pensamento, Morin (2015) observa que o campo científico estabelecido enquanto fenômeno cristalizado, precisa abrir espaço a uma virada paradigmática, onde, dentre elas, está a viabilização do pensamento complexo.

A representação da informação desde a sua gênese, carrega consigo uma significativa carga de complexidade, especialmente porque ela se fundamenta na definição clássica que segundo Greimas e Courtés, a

Representação é um conceito da filosofia clássica que, utilizado em semiótica, insinua – de maneira mais ou menos explícita – que a linguagem teria por função estar no lugar de outra coisa, de representar uma ‘realidade’ diferente. Está aí, como se vê, a origem da concepção das línguas enquanto denotação: as palavras não são então nada mais do que signos, representações das coisas do mundo (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 419, grifo dos autores).

Essa ideia de estar no lugar de outra coisa é a prática cabal de interpretação, e ao mesmo tempo de exclusão - se considerarmos o fato de estar “no lugar de” e de privilegiar certos elementos para ocultar outros, que além de dialogar com o que sinaliza Edgar Morin (2015), provoca a viabilização da representação da informação através da tradução informacional, ou seja, é o momento mais importante da relação dialógica entre o binômio, linguagem natural e artificial.

Adicionalmente, podemos verificar que as práticas de representação estão atreladas ao conceito de substituição, pois quando representamos criamos uma relação entre o que se apresenta e o signo, em um ato de substituição utilizando elementos simbólicos, tais como: palavras, números, esquemas, figuras, etc. (ALVARENGA, 2003, *online*).

Esta assertiva se aproxima do que é pensado por Novellino (1996, p. 38, *online*) onde a

[...] principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística

longa e complexa - o texto do documento - por sua descrição abreviada. O uso de tal sumarização não é apenas uma conseqüência de restrições práticas quanto ao volume de material a ser armazenado e recuperado. Essa sumarização é desejável pois sua função é demonstrar a essência do documento.

Essa entidade linguística se processa em virtude de um mundo sógnico que detém uma carga semântica extremamente expressiva, onde a totalidade e as nuances se apresentam como relações de grande relevância. A totalidade, aqui expresso pela linguagem natural, tem haver com aquilo que dizemos, fazemos, sentimos e expressamos, mas que desprovido de sua relação e carga semântica. Já o local ou específico (associado às nuances), aqui denominado de artificial, tem sua razão de existir a partir do que conseguiu gerar de significado, do novo conhecimento social gerado a partir do que outrora possibilitou a representação.

Nesse entremeio o sujeito cognoscente, ou seja o interagente, conforme sinaliza Capurro (2003, *online*), é essencial neste processo, pois o processo de tradução é algo que a final de contas, terá a sua razão de existir quando direcionado a seu público, pois, em essência se apresenta para organizar e se organiza para recuperar a informação seja qual for o suporte, a mídia, a ambiência e a maneira como a comunicação é empregada. Apesar de considerar que, ao desempenhar a atividade de representação, o sujeito cognoscente carrega consigo a influência de fatores linguísticos, cognitivos, lógicos, contextuais, sociais e culturais, simultaneamente.

Conforme Fogl (1979, p. 21) a informação se configura como uma unidade de três elementos, são eles:

1. Conhecimento (conteúdo da informação);
2. Linguagem (instrumento de expressão de itens de informação);
3. Suporte (objetos materiais ou energia).

Para esse autor, a fonte de origem da informação é o conhecimento, portanto, ela pode ser analisada e representada segundo pontos de vistas semânticos (cognitivos), pragmáticos (reais), inferenciais (juízos de valor) e de acordo com o formato utilizado (textos, imagens, áudios, vídeos, etc.), levando em consideração as propriedades do seu conteúdo e a sua função social.

Partindo desse pressuposto, a representação da informação consiste em uma prática de enunciação das propriedades de um objeto informacional (unidade de informação organizável) ou das relações desse objeto com outros que o identificam, através de operações que visam a sua descrição.

Nesse entendimento, os objetos informacionais podem ser representados levando em consideração tanto as operações que contemplem a sua descrição física (também denominadas de tratamento descritivo ou representação descritiva), como também a descrição do seu conteúdo temático (tratamento temático ou representação temática) para fins de organização, acesso e uso.

Portanto, o item informacional deve ser tratado em seu todo, haja vista que a diferenciação entre a forma e o conteúdo “[...] reside na busca do *o que* (materialização) e do *sobre o que* (teor) que convivem no âmbito do documento [objeto informacional]” (GUIMARÃES, 2009, p. 1, grifo nosso). Essas operações se constituem como práticas essenciais em sistemas de informação e corroboram para que os objetos informacionais e as suas partes sejam acessíveis para as pessoas que o buscam ou que procuram por mensagem contidas nesses objetos.

Em posição complementar, mas trazendo ao centro do debate essa relação com a memória social quanto ao sentido e o significado do documento Dodebei (1997, p. 111) explica que “essa memória, é (sic) seletiva como as demais, não reúne mais objetos e sim representações materiais do conhecimento produzido pela sociedade. A materialidade, seja qual for o suporte, é a garantia da efetivação da transferência da informação”.

Portanto e considerando os aspectos elencados até o momento, percebe-se que a representação está diretamente atrelada a ideia de que, para se representar, antes de qualquer movimento, se faz necessário considerar “conhecimento em ação”, o qual é conceituado por Ingetraut Dahlberg (1992) nas palavras de Lima e Alvarez (2012, p. 27), que aqui adapta-se e reconceitua-se à ideia de que informação é conhecimento em ação.

Por esse motivo, a representação da informação enquanto sua perspectiva socioinformacional, passa a ter papel preponderante na sociedade da informação, especialmente pela capacidade de evidenciar estratégias que são oportunas a responder às demandas colocadas como desafios da chamada sociedade em rede, conforme defende Castells (1999).

A informação na atualidade é cada vez mais dinâmica e líquida (BAUMAN, 2014) e neste sentido, a representação da informação se coloca na posição de construir as condições necessárias para que o ser social consiga sobreviver ao turbilhão informacional com a qual se é possível presenciar na contemporaneidade.

Dessa maneira, emerge a urgente e constante necessidade de colocar a representação da informação a serviço de reduzir as barreiras de obscurantismo, alienação e incompetência informacional com vistas a potencializar uma sociedade que consiga sobreviver aos ditames da desorientação e desinformação causados pelo fato das pessoas não conseguirem recuperar conteúdos informacionais de alto valor agregado em função de tudo o que está sendo produzido e colocado supostamente a sua disposição.

Nesse processo, vê-se que o registro informacional, independente do meio, suporte ou ambiente, é o aspecto central da representação da informação, colocando tanto o produtor, quanto o indexador e o interagente⁵ (público-alvo), em uma situação de constante vigilância, pois

5 Parte-se do princípio de que não existe apenas a figura do usuário (receptor da informação).

os estoques oriundos desse processo desafia constante e cotidianamente o profissional da informação, uma vez que a relação dialógica do acesso e uso da informação é cada vez mais dependente do ato de representar. Por isso, Gaudêncio e Albuquerque (2014, p. 47, *online*), afirmam que “a representação da informação faz parte da vida do profissional da informação que lida diariamente com as questões documentárias e que busca recuperar com mais eficácia determinados conteúdos”.

Avanços da Representação da Informação

Como visto, a representação da informação consiste em uma tarefa indispensável para a organização, recuperação, o acesso e uso dos registros do conhecimento. Para tanto, são criados processos, produtos e instrumentos que corroborem para essa finalidade.

Já a organização da informação, enquanto área de estudo, se diferencia em duas concepções de conhecimento: uma, enquanto processo cognitivo individual, baseada em visão subjetiva sobre a existência de um fato ou do estado de um caso adquirido por meio de reflexão; e, a outra, enquanto algo sobre o qual existe certo consenso social.

Neste limiar, para que a representação ganhe força, especialmente quanto ao tratamento temático da informação a mesma busca se amparar em disciplinas, metodologias ou técnicas capazes de promover o que podemos chamar de processo de tradução, que ocorre na relação contínua e dialógica entre a linguagem natural e a artificial (documentária). Assim, os fundamentos teórico-metodológicos da representação temática da informação surgem a partir da relação dialógica e interdisciplinar entre a Teoria da Classificação, a Análise Documentária, as Ciências Cognitivas, a Linguística, a Ciência da Computação e a Terminologia, por exemplo.

Na prática é possível constatar os produtos provenientes da interface entre tais disciplinas/teorias, os quais têm sido denominados genericamente por *Knowledge Organization Systems* (KOS), Sistemas de

Organização do Conhecimento (SOC), em português⁶. Vickery (2008, *online*) agrupa os SOC por eras, conforme a sua base tecnológica, são elas:

- a) Pré-coordenação: era marcada por estruturas estáticas, como os sistemas de classificação e as listas de cabeçalho de assunto;
- b) Pós-coordenação: era representada pelo dinamismo, ampliando a possibilidade de manipulação dos descritores para fins de representações e buscas complexas, como por exemplo os tesouros;
- c) Era da Internet: viabilização da releitura e da aplicação das classificações hierárquicas em estruturas navegacionais;
- d) Era da web semântica: aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento destinados ao uso por agentes inteligentes, como por exemplo as ontologias.

Nas pesquisas realizadas por Hodge (2000) e de informações apresentadas na ANSI/NISO Z39.19-2005 (*AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE*, 2010), Zeng (2008, *online*) estruturou uma lista de tipologias de SOC:

- Listas de termos: dicionários, glossários, anéis de sinônimos⁷;
- Modelos semelhantes a metadados: listas de autoridades, diretórios, *gazetteers*⁸;
- Classificação e Categorização: cabeçalhos de assunto, taxonomias, esquemas de classificação;
- Modelos de relações: tesouros, redes semânticas⁹ e ontologias.

6 Ver García-Marco (1993), Zeng (2008), Hjørland (2012), Mazzocci (2017a, 2017b).

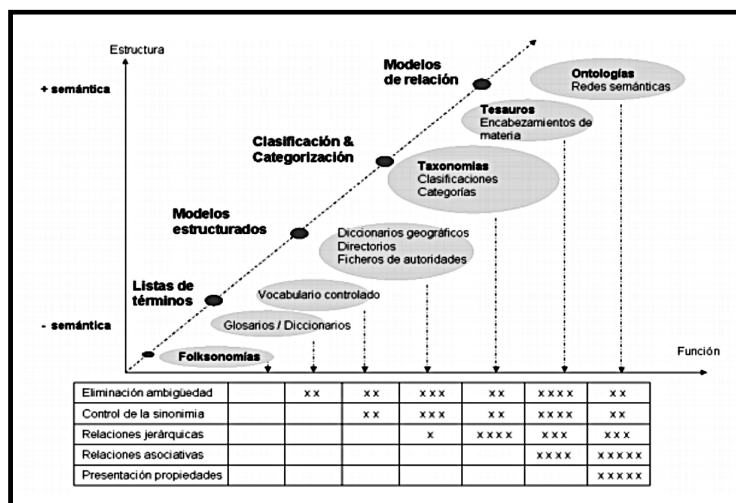
7 Conjunto de termos considerados como equivalentes cuja finalidade é representar e recuperar a informação.

8 Dicionários geoespaciais de tipologias e nomes de lugares.

9 Conjunto de termos modelados como nós através de uma rede de variadas tipologias de relações.

Suplementarmente, Soler Monreal e Gil Leiva (2010) representam algumas dessas tipologias, desde as mais simples até as mais complexas, através da linha progressiva ascendente apresentada na Figura 1:

Figura 1 – Estruturas e estratégias para a Organização do Conhecimento



Fonte: Soler Monreal e Gil Leiva (2010, p. 364).

Além dos tipos de SOC apresentados anteriormente, a lista também pode incluir outros instrumentos criados e implementados nos últimos anos para representar e organizar a informação, podendo apresentar inter-relações entre linguagem natural e linguagem documentária. Broughton et al. (2005) mencionam os seguintes: sistemas de busca baseados em textos livres, mapas bibliométricos, redes semânticas, Folksonomia¹⁰, *topic maps*, etc.

10 Corrêa e Santos (2018, p. 29, *online*) conceituam a Folksonomia como o “resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de etiquetas, palavras-chave) realizada pelos usuários mediante o emprego de termos provenientes de linguagem natural - dispensando o uso de vocabulários controlados- em ambientes digitais colaborativos visando representar recursos informacionais compartilhados de qualquer formato (textos, imagens, áudio, vídeo etc.) para fins de sua representação e recuperação”.

Diante do exposto, é importante destacar que os instrumentos tradicionais de representação da informação (listas de cabeçalhos de assunto, classificações bibliográficas, tesouros, por exemplo) podem ser aperfeiçoados/atualizados e implantados nas estruturas dos sistemas de recuperação da informação na *web*. Isso se dá pelo fato de que os SOC tradicionais e modernos não são incompatíveis entre si e podem ser utilizados simultaneamente, visando proporcionar melhorias na representação e recuperação da informação - se levadas em consideração as suas implicações positivas e negativas, bem como as características do ambiente em que serão aplicados e o seu público alvo.

A partir disso, vê-se necessidade e importância de que esses sistemas também se apresentem como instrumentos de mediação na relação entre o profissional da informação, o sistema e o sujeito cognoscente (usuário). Em relação às linguagens documentárias, Kobashi (2007, *online*) enfatiza que “são, [...] instrumentos privilegiados de mediação que apresentam dupla função: a) representar o conhecimento inscrito e b) promover interação entre usuário e dispositivo”. Desse modo, as linguagens documentárias “são sistemas simbólicos instituídos que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as linguagens documentárias (sic) se dão por meio da comunicação usuário-sistema” (CINTRA et al., 2002, p. 34, grifo nosso, *online*).

Entendendo isso, Lucas (2000, p. 53) em sua pesquisa detecta o encontro de variadas posições de leitura do sujeito ao realizar a atividade de representação temática da informação. Para a autora, “essas posições configuram diferentes lugares na constituição de sentido: a) a do indexador-leitor; b) aquela que está sedimentada no vocabulário que servirá como fonte de descritores; e c) a do documento a ser indexado”.

Prezar pelo fator comunicacional da informação no processo de representação é o sinal de que estão sendo garantidas, no momento da tradução, as suas mais diversas facetas na relação com o registro informacional. A relação semântica deliberada entre a representação

e o objeto informacional representado é vinculada ao(s) sujeito(s) e ao contexto. Portanto, o conceito de representação se apresenta como elemento comum e inalienável às diversas proposições de teorias, metodologias, técnicas e sistemas permeados pelas condições de produção e pela polissemia dos sentidos.

Com isso, podemos perceber que na representação da informação algumas questões são de natureza teórica e outras questões são puramente aplicadas/práticas, todavia ambas não são mutuamente excludentes.

Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que o campo da representação da informação a partir do seu “conceito de ‘representação’ surge de várias maneiras e representa muitos sentidos. Mas, sua multiplicidade de sentidos faz com que este termo seja visto implicando diversas formas de ‘representar’ e ‘conhecer’” (OLIVEIRA, 2001, grifos da autora, tradução nossa, *online*).

Isso faz com que se perceba que a sua multiplicidade de sentidos favorece a sua natureza orgânica de tradutora documentária, incluindo as mais diversas facetas do conhecimento científico e da pluralidade dos grupos sociais e das manifestações culturais inerentes às configurações humanas. E isso é dito considerando que passado o estágio dos paradigmas: físico e cognitivo, e, que com isso é chegado momento de avançar em discussões que favoreçam o paradigma social no contexto da representação da informação.

A representação da informação tem o potencial de produzir diversas maneiras de significar e ressignificar o documento, dependendo do objetivo a ser alcançado e a demanda com a qual o profissional da informação esteja inserido. Eis, portanto, o grande diferencial da representação da informação- o fato de se poder atuar em distintos domínios, realizando as diferentes investigações a partir do prisma da representação da informação. Qualquer pesquisa que inicie considerando

os princípios da representação da informação como modo de fazer, comparada a outra que não contempla a disciplina, certamente a que optou irá apresentar resultados mais pujantes, pelo simples fato de que o ato de representar conduz a visões micro e macrosociais. A exemplo disso, estão os estudos bibliométricos e cientométricos da informação.

Nesta mesma linha de pensamento e considerando as mudanças e rupturas paradigmáticas da ciência e do mundo com o qual estamos inseridos e profundamente imersos, a representação da informação vem se apresentando como uma saída possível às distintas demandas da sociedade em rede, justamente porque, pelo fato de termos sido absorvidos por uma cultura híbrida (CANCLINI, 2015) que transforma o sentido identitário (BAUMAN, 2005; HALL, 2015) da vida humana deixando o ser sociável passível de desinformação, manipulação e alienação, a representação se mostra como uma disciplina que sugere distintas maneiras para sobreviver aos “tsunamis informacionais” que nos colocam a deriva da suposta sociedade da informação.

Portanto, sem representar a informação e as suas maneiras de ver o mundo, é possível ficar perdido e a margem de um mundo que é efeito de uma civilização altamente complexa, regida por multipolaridades sociais e que aprendeu a satisfazer com o imediatismo sob as suas mais diferentes óticas.

Referências

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaços digitais. **Enc. Bibli: Rev. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 1, n. 15, p. 18-40, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ECA/USP, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Db3OeB>. Acesso em: 18 set. 2018.

BROUGHTON, V. *et al.* Knowledge organization. *In*: KAJBERG, L.; LORRING, L. (eds.). **European curriculum reflections on library and information science education**. Copenhagen; The Royal School of Library and Information Science, 2005, p. 133-148.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2qQTUzB>. Acesso em: 18 set. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra-Chave, 4). Disponível em: <https://bit.ly/2xc3fMa>. Acesso em: 14 set. 2018.

CORRÊA, R. F.; SANTOS, R. F. Análise das definições de Folksonomia: em busca de uma síntese. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 1-32, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2MKEDPK>. Acesso em: 19 set. 2018.

DAHLBERG, I. Knowledge organization and Terminology: philosophical and linguistic bases. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.

DODEBEI, V. L. D. L. M. **O sentido e o significado de documento para a memória social.** Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, The Hague, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FREITAG, B. **A Teoria crítica:** ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GARCÍA-MARCO, F. J. Paradigmas científicos en representación y recuperación de la información. In: GARCÍA-MARCO, F. J. (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación:** actas del I Encuentro de ISKO España, Madri, 4 e 5 nov. 1993. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1993.

GAUDÊNCIO, S. M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Diálogos teóricos em representação da informação. In: ALVES, E. C. *et al.* (Org.). **Práticas e abordagens contemporâneas em ciência da informação.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Contexto, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. **Abordagens teóricas de Tratamento Temática da Informação (TTI):** catalogação de assunto, indexação e análise documental. Ibersid, 2009, p. 105-117.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. Is classification necessary after Google? **Journal of Documentation**, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2kWKvL9>. Acesso em: 17 set. 2018.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2LCuDHJ>. Acesso em: 14 set. 2018.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2017. (Série Debates, 115).

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.

LUCAS, C. R. **Leitura e interpretação em Biblioteconomia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

MAZZOCCHI, F. Knowledge Organization Systems (KOS). In: HJORLAND, B.; GNOLI, C. (eds.) **Encyclopedia of Knowledge Organization**. [S.l.: s.n.], 2017a.

_____. Relations in KOS: is it possible to couple a common nature with different roles? **Journal of Documentation**, v. 73, n. 2, p. 368-383, 2017b.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2Qy2sx8>. Acesso em: 17 set. 2018.

OLIVEIRA, M. O. E. Múltiples concepciones de la representación del conocimiento. In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, 5., 2001, Alcalá de Henares, Madrid. **Actas...** Alcalá de Henares, Madrid: Isko España, 2001. Capítulo Español. Disponível em: <https://bit.ly/2xx8gOO>. Acesso em: 20 set. 2018.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOLER MONREAL, C.; GIL LEIVA, I. Posibilidades y límites de los tesauros frente a otros sistemas de organización del conocimiento: folksonomías, taxonomías y ontologías. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 33, n. 2, p. 361-377, jul./dic. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2NoVNrd>. Acesso em: 19 set. 2018.

VICKERY, B. C. Faceted classification for the web. **Axiomathes**, v. 1, n. 18, p. 145-160, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2xwSNy5>. Acesso em: 19 set. 2018.

ZENG, M. L. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.

A Dimensão Textual do Gênero Tesouro: uma análise da estruturação composicional e sequencial do tesouro da justiça eleitoral

*André Anderson Cavalcante Felipe
João Gomes da Silva Neto*

Introdução

Neste capítulo, apresentamos um estudo linguístico do tesouro, com foco em sua estruturação composicional e sequencial. Mais particularmente, nosso interesse incide nas unidades textuais que o caracterizam como um gênero textual/discursivo, sem perder de vista o modo como essa estruturação se articula na configuração tipográfica do texto. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida na área da Linguística Textual, com vistas a produzir uma informação linguística que possa expandir e diversificar aquela que vem sendo produzida na área de Ciência da Informação sobre esse gênero. Trata-se, pois, de uma contribuição de base linguística que pretende se somar às pesquisas baseadas, essencialmente, em aspectos tipológicos normativos, apresentando-se, desse modo, como uma alternativa analítica operatória para os estudos da problemática diretamente relacionada com a dimensão textual/discursiva desse gênero.

Nesse contexto, em sua feição mais ampla, nosso estudo parte de uma problemática relacionada com a forma como a avaliação de tesouros é desenvolvida na Ciência da Informação, que se baseia apenas em aspectos tipológicos normativos relacionados com as diretrizes

apresentadas pela *International Organization for Standardization* (ISO), pelo Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entre outras instituições do gênero. Por essa razão, ressalta, nessa problemática, o fato de que a grande maioria dos estudos sobre a avaliação de tesouros nessa área não propõe inovações conceituais diretamente relacionadas com a área da Linguística, mesmo sabendo-se que tratam, na essência, de questões que envolvem os conceitos de língua e linguagem, em sua relação direta com aspectos de gramática e texto.

Com isso, essas pesquisas têm deixado importantes lacunas de conhecimento relativas aos aspectos linguísticos dos textos analisados. Dentre eles, podemos citar, por exemplo, os mecanismos de textualização, diretamente relacionados com a coesão, a focalização e a progressão, a construção textual da referência, a estruturação composicional e sequencial, entre outros, todos essenciais para a elucidação dos fenômenos discursivos que instituem e estabilizam o tesouro como gênero textual/discurso.

Por outro lado, estudos recentes mostram que a produção e a publicação de tesouros têm diminuído significativamente, e que são poucas as áreas que ainda mantêm esforços relacionados com a produção e a difusão de tesouros. Nesse sentido, de acordo com uma pesquisa realizada por Felipe (2015), sobre a produção e a difusão de gênero no Brasil, a área jurídica é a que mais desenvolve tesouros na *web*, tanto em versão impressa, para *download*, quanto em versão digital, para consulta *on-line*. De fato, nessa pesquisa, constatou-se que, em um universo de dez áreas pesquisadas, essa área detinha 45% dos tesouros publicados.

Dentre os tesouros desenvolvidos na área jurídica, esse estudo de Felipe (2015) destaca o *Tesouro do Direito Eleitoral* como sendo o mais atualizado (em 2011, estava na 7ª edição) e o mais completo, no que se refere aos elementos propostos pelas diretrizes da ISO, do IBICT e da ABNT, quais sejam: sumário, introdução, definições, abreviaturas e símbolos, apresentação dos termos e suas relações e sessão alfabética.

Por essa razão, justamente, esse tesouro foi escolhido para constituir o *corpus* de nossa pesquisa, uma vez que apresenta, em grau máximo, os elementos textuais constitutivos do gênero. Partimos da hipótese de que, uma vez submetido a uma abordagem analítica pertinente, devidamente informada na Linguística Textual, esse *corpus* deveria propiciar o acesso a uma maior abrangência de dados relativos ao gênero em estudo. Para tanto, assumimos um pressuposto da Linguística, segundo o qual, “A linguística textual concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados” (ADAM, 2011, p. 63). Por outro lado, e em decorrência disso, pressupomos que, com a análise do texto do tesouro, essa abrangência de dados resultaria em descrições que contribuem para um delineamento linguisticamente adequado de sua caracterização formal, temática e pragmática.

Em seus aspectos metodológicos, a pesquisa é de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, e segue a tradição dos estudos voltados para a problemática do texto/discurso, desenvolvidos pela Linguística teórica e descritiva, no âmbito da Linguística Textual (cf. ADAM, 2011; CHARAUDEAU, 2012; KOCH, 2002, 2009; MARCUSCHI, 2012, 2008). Para a análise, adotamos os conceitos de plano de texto e sequências textuais, oriundos da Linguística Textual, conforme informados pela abordagem da Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada pelo linguista francês Jean-Michel Adam (ADAM, 2011), acompanhando de perto os procedimentos encontrados em pesquisas correlacionadas (cf. PASSEGI *et al.*; RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, 2014a, 2014b, 2010; RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, MARQUESI, 2012, entre outras). Sobre essa adoção metodológica, aliás, ressaltamos que, como extensão do objetivo imediato da pesquisa, interessa-nos, também, demonstrar a operacionalidade do aparato analítico da ATD no estudo do tesouro, com vistas a sugerir sua aplicação em pesquisas correlatas na área da Ciência da Informação, a exemplo do que já ocorre, amplamente, na área da Linguística Textual.

Com vistas a um melhor detalhamento dos elementos de nossa pesquisa, conforme nos propomos neste capítulo, faremos uma breve abordagem informativa sobre o tesouro, considerando a historicidade do gênero, atentando-se para a explicitação das formas mais usuais de sua elaboração e de sua funcionalidade. Na continuidade, apresentamos as linhas gerais do suporte teórico da investigação, seguidas de um extrato representativo dos principais elementos da análise e dos resultados.

O Tesouro

A palavra tesouro, ou *thesaurus*, tem suas origens no Grego e no Latim, com o significado de tesouro. Surge na Lexicografia, área que se dedica ao estudo do desenvolvimento, da composição, do uso e da avaliação de dicionários. Com o surgimento do *Thesaurus of English words and phrases*, publicado por Mark Roget, em Londres, no ano de 1852, começam a surgir rupturas com a forma tradicional de se elaborar dicionários. Seu objetivo era exibir as palavras classificadas e arranjadas para facilitar a expressão das ideias e para ajudar na composição literária. Com o passar do tempo, os aspectos distintivos do tesouro tornaram-se cada vez mais específicos, de modo que se estabeleceu um distanciamento teórico e estrutural do dicionário.

Ratificando essa mudança, Foskett (1973) afirma que Peter Roget pensou seu tesouro como uma classificação de ideias que poderia ajudar aqueles que procurassem palavras apropriadas. Para isso, Roget considerou a organização de mil seções, ou tópicos, expressos no quadro sinótico de categorias, responsável por especificar as divisões e as subdivisões de cada categoria conceitual existente entre os componentes como um todo.

Outra informação que pode ser referenciada é o *Roget's thesaurus*, que deu início ao surgimento de um gênero chamado *Thesaurus for English words*. Esse tipo de tesouro expõe a língua inglesa por meio de relações conceituais entre os termos, de forma diferente dos dicionários, mesmo

possuindo uma estrutura parecida, no que diz respeito ao suporte. Sua publicação é contínua até o presente momento.

Em meio a essas transformações e devido ao crescimento da produção de documentos científicos e técnicos, o gênero tesouro passou a ser difundido, após a Segunda Guerra Mundial, por Hans Peter Luhn, do *Research Center da International Business Machines Corporation (IBM)*, nos Estados Unidos. Segundo Foskett (1973, p. 270), ele “[...] desenvolveu um sistema de palavras autorizadas que possuíam uma estrutura de referências cruzadas [...]” e o denominou *thesaurus*. O sistema de Luhn buscava evidenciar as ideias que ligam uma palavra a outra, através das referências cruzadas e do estabelecimento de noções entre essas palavras.

No que diz respeito à Biblioteconomia e à Ciência da Informação (CI), o tesouro surge como uma linguagem documentária com vistas à recuperação de informação e passa a ser utilizado no lugar das listas de cabeçalhos de assuntos, empregadas em Sistemas de Informação (SI), constituídas por palavras alfabeticamente organizadas e indexadas, cada uma, por tema específico.

Neste ponto, faz-se necessário lembrar, então, que o termo “tesouro” pode ter relação com o *Thesaurus for English words* ou com o tesouro documental, que, apesar de apresentarem algumas semelhanças, são distintos. O primeiro destina-se a ser utilizado como um dicionário para conhecimento de uma palavra e das suas relações lexicais, gramaticais e sintáticas. O segundo, por outro lado, é voltado para as necessidades de recuperação da informação¹¹ em unidades de informação, constituindo um recurso que auxilia o processo de indexação e, desse modo, possibilitando aos usuários meios de recuperar informações de que necessitam.

Assim, seguindo-se essa segunda acepção, o tesouro pode ser entendido como um gênero que informa a linguagem documentária, daí

11 Quando se fala em recuperação da informação, “[...] o que se almeja, ao fazer uma busca em uma base de dados, é encontrar documentos que sejam úteis para satisfazer a uma necessidade de informação e evitar a recuperação de itens inúteis [...]” em sistemas de informação (LANCASTER, 2004, p. 3).

o termo tesouro documental. No caso, esse tesouro trata da linguagem utilizada para orientar a tradução de termos detentores de características da linguagem natural, obtidos pelo processo de análise de documentos, para termos artificiais que possuem características gramaticais, sintáticas e semânticas controladas. Dessa forma, tem o intuito de promover a organização e a disseminação do acervo de uma biblioteca ou de unidades de informação¹².

A Estruturação Composicional e Sequencial dos Textos

De imediato, é importante frisar o lugar teórico em que nos situamos, a saber, a Linguística Textual, que “[...] tem, como papel, na análise de discurso, teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto.” (ADAM, 2011, p. 63). Nesse âmbito, procuramos acompanhar o que Adam (op. cit. p. 65) chama de “coerência metodológica”, considerando que, na pesquisa, precisamos falar de materialidade discursiva (a língua em uso, como se apresenta na superfície do texto do tesouro) e de análise de texto (o procedimento metodológico de abstração teórica dessa materialidade discursiva).

O Plano de Texto

Em expor ser raciocínio sobre a estruturação composicional e sequencial dos textos, Adam (2001, p. 256) afirma que “O reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências [textuais] identificáveis”. Nessa perspectiva, juntamente as sequências,

12 A unidade de informação **é definida como uma** rede de informação que agrupa pessoas e/ou organismos com as mesmas finalidades, cuja troca de informação é realizada de maneira organizada e regular, por meio de padronização e compartilhamento de tarefas e recursos (ROMANI; BORSZCZ, 2006).

o plano de texto integra o que Adam (2011, p. 255-287) entende como os elementos constitutivos da estruturação composicional e sequencial dos textos. Com isso, a noção de plano de texto adotada pelo autor põe em evidência fatores de organização global que envolvem a constituição e o reconhecimento de blocos de hierarquizações, ou unidades textuais, que dispõem de unidade temática e assumem funções específicas na configuração global do texto (“blocos semântico-temáticos” associados a macroatos de discurso).

Ao considerar que esse modelo retórico não consegue abranger a diversidade dos planos de texto possíveis, o linguista classifica-os conforme duas possibilidades de ocorrência: plano de texto convencional (aquele “fixado pelo estado histórico de um determinado gênero ou subgênero do discurso”) e plano de texto ocasional (aquele “inesperado, deslocado em relação a um gênero ou subgênero do discurso”) (ADAM, 2011, p. 258-259). Neste ponto, é importante ressaltar a relevância dessa conceituação para os estudos relacionados, de algum modo, com a temática dos gêneros textuais/discursivos, como é o caso de nossa pesquisa, que explora o tesouro.

As sequências textuais

Na perspectiva da ATD, a sequência textual é concebida como uma “unidade hierárquica complexa” e, como tal, definida por Adam (2011) como “uma estrutura”, visto que, ao mesmo tempo, constitui

uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligada ao todo que elas constituem; [e] uma **entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto, em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto) (ADAM, 2011, p. 205; grifos do autor).

Na tradição dos estudos do texto, a tipologia das sequências textuais tem sido amplamente estudada, havendo, por essa razão, algumas flutuações nas classificações e na terminologia. Contudo, considerando os limites práticos deste trabalho, detemo-nos apenas ao modelo sequencial proposto por Adam (2011, p. 216-254), de modo que restringimo-nos a uma breve retomada das sequências descritiva, narrativa, argumentativa e explicativa. Esclarecemos que não levamos em conta a sequência dialogal, proposta por esse linguista, uma vez que ela não se presta ao tratamento do texto do tesouro, em sua especificidade como gênero textual escrito.

A **sequência descritiva** possui características peculiares, no que diz respeito à caracterização sequencial das unidades descritivas. A esse respeito, Adam (2011, p. 216) afirma que “Diferentemente dos outros quatro tipos de sequência, a descrição não comporta uma ordem de agrupamento das proposições-enunciados em macroproposições ligadas entre si.”. Em razão disso, o autor (op. cit., p. 216-225) apresenta a sequência descritiva em termos de macrooperações que, por sua vez, organizam-se em nove operações de base. Segundo o autor, é a aplicação dessas operações de base que gera proposições descritivas. Apresentamos essas operações descritivas de uma forma sintética, no quadro logo adiante.

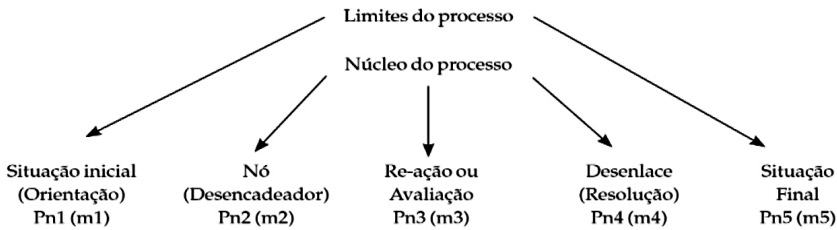
Quadro 1 – Operações descritivas

Macrooperações	Operações de base
Operações de tematização	Estão relacionadas com denominação do objeto, que ocorre, geralmente, logo na abertura do texto (ou parte dele). Ocorre também em retomadas do tema, por intermédio da retomatização (ou reformulação).

<p>Operações de aspectualização</p>	<p>Apoiam-se na tematização e agrupam-se em duas outras operações: a fragmentação e a qualificação (os aspectos). Na primeira, faz-se uma seleção de partes do objeto da descrição; na segunda, são evidenciadas propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação. Ocorre, com frequência, a estrutura <i>nome + adjetivo</i>.</p>
<p>Operações de relação</p>	<p>Agrupam-se em duas outras operações: estabelecimento de relações do objeto da descrição com situações temporais e espaciais; e relação de analogia (relação comparativa ou metafórica), que permite descrever o todo ou as partes do objeto, colocando-o em relação com outros objetos.</p>
<p>Operações de expansão por subtematização</p>	<p>Dão-se pelo acréscimo de qualquer operação (tematização, aspectualização, relação) a uma operação anterior.</p>

Fonte: (SILVA NETO, 2013).

Quanto à **sequência narrativa**, de acordo com Adam (2011, p. 225), “Em sentido amplo, toda narrativa pode ser considerada como uma exposição de ‘fatos’ reais ou imaginários [e as] diferentes formas de construção da narrativa dependem de seu grau de narrativização [...]”, expressos em forma de uma trama narrativa. Logo adiante, reproduzimos o “Esquema 18” (op. cit. p. 226), em que, por intermédio de um esquema do enredo, o autor representa uma descrição da organização da trama narrativa correspondente ao mais alto grau de narrativização.

Figura 2 – Estrutura narrativa (“Esquema 18”)

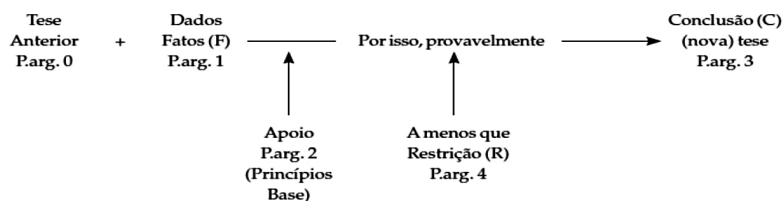
Fonte: (ADAM, 2011, p. 229).

É importante ressaltar que “A aplicação do esquema de enredo é um processo interpretativo de construção de sentido.” (ADAM, 2011, p. 228). Nesse processo, entra em jogo a noção de estrutura, decorrente de uma dinâmica que se verifica na simetria entre as macroproposições Pn1(m1)-Pn2(m2) e Pn4-Pn5(m5), em relação à Pn3(m3). Na perspectiva da trama, entendemos melhor essa estrutura, quando observamos a simetria entre os “fatos” verificados nos momentos anteriores (a situação inicial é dinamizada pelo nó) e nos posteriores (o desenlace, que interrompe a “re-ação” e leva à situação final), em relação àqueles situados em um estado transitório (a “re-ação”, ou avaliação).

Para expor como concebe a **seqüência argumentativa**, Adam (2011) parte de uma definição baseada em um modelo advindo da tradição literária, por intermédio de textos que se apresentam como raciocínio voltado para a demonstração ou a refutação de uma tese. Nesse modelo, os textos partem de premissas que devem conduzir a determinada conclusão, que pode ser a tese a ser demonstrada, ou a negação da tese contrária ou de certos argumentos contrários. Nesse novimento, para passar das premissas à conclusão, tais textos utilizam diversos procedimentos argumentativos. Para o linguista, “[...] essa definição tem o mérito de pôr em evidência dois movimentos [argumentativos]: **demonstrar-justificar** uma tese e **refutar** uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa.” (op. cit. p. 233, grifos do autor). Em vista disso, o linguista

propõe um esquema da sequência argumentativa prototípica que leva em conta a contra-argumentação, como se pode ver no seu “Esquema 22” (ADAM, 2011, p. 234), reproduzido na figura logo adiante.

Figura 3 – Sequência argumentativa prototípica (“Esquema 22”)



Fonte: (ADAM, 2011, p. 234).

Quanto à sequência argumentativa, ainda, é importante lembrar que, segundo o linguista, esse esquema não está estruturado em uma ordem linear obrigatória e que, de fato, comporta dois níveis de estratégia argumentativa. Em um nível justificativo, formado pelas proposições argumentativas P.arg. 1, P.arg. 2 e P.arg. 3, o interlocutor é pouco levado em conta e a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos apresentados; no outro nível, dialógico ou contra-argumentativo, formado pelas P.arg. 0 e P.arg. 4, a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial e a estratégia argumentativa tem em vista uma transformação dos conhecimentos.

Ao apresentar seu modelo de **sequência explicativa**, Adam (2011, p. 238) afirma que ela pode ocorrer em segmentos curso e resulta da combinação de um “se”, introdutor de um problema, com um “é que” ou “é porque”, introdutores de uma explicação, na estrutura [SE *p*... É QUE/É PORQUE *q*]. Com variantes dos tipos [SE *p*... É PARA QUE *q*], [SE *p*... É EM RAZÃO DE *q*] ou [SE *p*... ISSO SE DEVE A *q*], essas estruturas explicativas podem assumir a forma inversa de [É (PORQUE/POR) *q*... QUE *p*].

Com base em alguns estudos que retomam esse modelo de Grize¹³, o linguista apresenta outra estrutura, com três fases:

Fase 1. Constituição de um **objeto a ser explicado** (reconhecido e aceito, que pode ser apresentado na situação ou pode ser linguístico) e de papéis de sujeito que explica e de sujeito ao qual se dirige a explicação e/ou que a recebe;

Fase 2. Núcleo explicativo;

Fase 3. Ratificação: sanção da explicação e fechamento da sequência. Essa fase de ratificação corresponde ao que foi dito anteriormente sobre o consenso na explicação. (ADAM, 2011, p. 245).

Com base nessas três fases, ele elabora uma “estrutura sequencial de base”, representada no “Esquema 27” (ADAM, 2011, p. 245), como reproduzido na figura logo adiante.

Figura 4 – Estrutura da sequência explicativa (“Esquema 27”)

		P.explicativa 0	Esquematização inicial
Sequência explicativa	Por que p?	P.explicativa 1	Problema (questão)
	Porque q	P.explicativa 2	Explicação (resposta)
		P.explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: (ADAM, 2011, p. 245).

De acordo com o autor, esse conjunto de macroproposições é frequentemente precedido por uma descrição que corresponde a uma esquematização inicial destinada a introduzir o “objeto problemático” (P.expl. 0), que é tematizado pela questão formulada com “POR QUE...?”. Com isso, a operação explicativa parte do primeiro operador “POR QUE...?”, que introduz a primeira macroproposição explicativa obrigatória

13 Jean-Blaize GRIZE. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990. p. 107.

(P.expl.1), correspondente ao problema, ou questão, enquanto o segundo operador “PORQUE” leva à segunda macroproposição explicativa obrigatória (P.expl.2), correspondente à explicação, ou resposta. Na expansão do modelo, com a fase 3, ocorre, geralmente, uma terceira macroproposição (P.expl.3), que é de ratificação-avaliação.

Análise

Na análise do TJE, consideramos, primeiramente, o estabelecimento do texto, para, em seguida, observar sua estruturação composicional e sequencial, conforme Adam (2011). Em razão dos limites práticos desta publicação, restringimo-nos a alguns exemplos de análise, resumindo o detalhamento analítico. Assim, em um primeiro momento, verificamos como o tesouro se estabelece como texto, por intermédio de aspectos pragmáticos e configuracionais que o distinguem como um gênero na área da Ciência da Informação. Trata-se de uma descrição que pretende apreender sua macroestrutura e seu funcionamento, com base na noção de plano de texto. Na continuidade, procedemos a descrição do texto, na perspectiva das sequências textuais, em função das especificidades dos enunciados e, mais particularmente, da forma como as unidades linguísticas das sequências ocorrem nesse texto, considerando-se a natureza configuracional do gênero tesouro informacional (a distribuição, ou a formatação, dessas unidades em consonância com o plano de texto).

Em relação ao **estabelecimento do texto** do TJE, reportamo-nos, primeiramente à caracterização do suporte. Para isso, identificamos a existência de diferentes versões presentes no contexto *web*, uma em formato PDF disponível pelo link http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tesouro/Tesouro_web_v2.pdf, na *intranet*, por meio do aplicativo de gestão de tesouro. Há outra versão em contexto *online*, por meio de consulta no sistema gerenciador do acervo bibliográfico da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral.

Verifica-se, assim, que, quando comparada ao arquétipo do tesouro prototípico, a forma de divulgação do TJE mantém-se quase inalterada, apesar de sabermos que um padrão único não é idealizado pelas normas e que as variações dos tesouros se justificam pelo fato de não se poder estipular um modo único de apresentação do seu conteúdo linguístico. Isso se deve, aliás, ao fato de que as possibilidades de apresentação dos termos variam de acordo com o objetivo do tesouro, da área do conhecimento escolhida, da nomenclatura a ser utilizada, dentre outras. Ressaltamos, nesse sentido, que o TJE traz um elemento que não é sugerido nas normas para a elaboração de tesouro. Trata-se de uma “Apresentação”, que traz informações sobre os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do tesouro, as especificidades relativas às fontes de informação consultadas, a quantidade de termos, ou conceitos, controlados e a importância de sua construção para as instituições que oportunizaram sua elaboração.

Por sua vez, em seu **plano de texto**, o TJE estrutura-se em três partes, da seguinte forma:

Primeira parte – **Elementos pré-textuais** (capa, contracapa, folha de rosto, ficha catalográfica, sumário), **apresentação, introdução;**

Segunda parte – **Descritores;**

Terceira Parte – **Toponímia nacional e toponímia internacional.**

A **primeira parte**, constituída pelos elementos pré-textuais, pela apresentação e pela introdução, obedece a um padrão normativo de elaboração de tesouros, com elementos quase sempre obrigatórios. Vejamos, primeiramente, a análise de alguns trechos da **apresentação**.

*O Tesouro da Justiça Eleitoral vem sendo desenvolvido **desde 1995. A presente edição traz um acréscimo de 9.796 termos.** A de 2006 (6a edição) apresentava 6.018 termos. **A nova versão apresenta 15.814 entradas, das quais 8.186 sistematizam assuntos diversos, 6.359 referem-se à toponímia nacional***

e 1.269 à toponímia internacional. É também uma ampliação de foco: o novo tesouro carrega consigo todas as riquezas e especificidades de nossa língua e da terminologia própria de nossas atividades na Justiça Eleitoral.[...]

Operacionalmente, o tesouro é adotado em diversas atividades que necessitam de procedimentos de indexação: os arquivos, os protocolos, a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, os centros de memória, as coleções especiais, o Portal da Justiça Eleitoral, as centrais do eleitor, os clippings ou ainda as ementas de decisões. [...]

O trabalho da Comissão Permanente de Gerenciamento do Tesouro reflete o empenho de toda a Secretaria de Gestão da Informação, que busca a melhoria contínua, com o aprimoramento dos processos de trabalho, em sintonia com as metas de integração e qualidade propostas pela atual gestão do Tribunal Superior Eleitoral. (BRASIL, 2010, p. 9).

Nesses trechos, observa-se, já na abertura, uma série de fatos relacionados com “**A presente edição**” / “**A nova versão**”, associados a aspectos descritivos valorativos (sublinhados), como valores semânticos de atributos positivos, com efeito demonstrativo de apoio argumentativo, em contraste com “A de 2006 (6a edição)”. Esse procedimento é retomado na continuidade do texto, levando à configuração de uma sequência argumentativa. No caso, por efeito de demonstração, há um movimento argumentativo no sentido de conduzir o leitor a concluir pela boa qualidade da “**nova versão**”, como um efeito de demonstração dos atributos positivos desse tesouro para seus usuários.

Vejamos, do mesmo modo, alguns trechos da **introdução**.

Em termos técnicos, o Tesouro da Justiça Eleitoral padroniza a linguagem de representação temática dos documentos constitutivos das bases de informação mantidas pelos tribunais regionais eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral. Desse modo, é um instrumento de controle terminológico que permite traduzir a linguagem natural em linguagem documentária controlada. (BRASIL, 2010, p. 11).

O título da obra passa a ser Tesouro da Justiça Eleitoral. Trata-se de instrumento de trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral que atuam na área de documentação jurídica e administrativa. Almeja-se assim identificar uma terminologia técnica padronizada para toda a Justiça Eleitoral. (BRASIL, 2010, p.13).

A presente **edição caracteriza-se pela transição entre dois princípios de organização terminológica, com a inserção dos termos pré-coordenados, que, paulatinamente, substituirão as palavras adotadas na pós-coordenação. [...] Cabe ao indexador adotar os termos que melhor representem tematicamente o documento em análise.** (BRASIL, 2010, p.14).

Nesses fragmentos, verifica-se uma predominância de sequências explicativas, em que os enunciados organizam-se em dois componentes explicativos que se estruturam, conforme a seguinte relação: SE “**padroniza**” ... É QUE/PORQUE “**Desse modo**” “**é um instrumento de controle terminológico que**”; SE “**Trata-se de**” ... É QUE/PORQUE “**assim**” “**Almeja-se**”; SE “**caracteriza-se**” ... É QUE/PORQUE “**Cabe ao indexador adotar**”. Com esse procedimento sequencial, tem-se uma explicitação dos motivos, ou razões, das especificidades do texto.

A **segunda parte**, por seu turno, é caracterizada pela apresentação dos descritores que estabelecem o controle terminológico da área do Direito Eleitoral. A codificação das relações adotadas pelo TJE (BRASIL, 2010) é a seguinte: TG (Termo genérico), TE (Termo específico), TR (Termo relacionado), USE (instrui o usuário na procura do termo preferido) e NE (Nota de escopo).

A elaboração do TJE obedece a uma ordem quanto ao estabelecimento das relações terminológicas, com base nas quais são eleitas os principais termos mais gerais para, a partir deles, serem desenvolvidos os termos específicos. Nessa elaboração, não se pode perder de vista a relação entre parte e todo e, principalmente, não se pode deixar de observar se o termo criado ainda mantém relações com o assunto controlado. Com isso, evita-se o risco de serem adotados termos que fogem do assunto controlado, como é o caso do Direito Eleitoral.

Nesse sentido, apresentamos adiante uma síntese da análise de um descritor, considerando as relações expostas há pouco.

Quadro 2 – Exemplo da codificação utilizada para o termo “Agravado”

<p>Agravado NE: Recurso interposto contra decisão interlocutória ou mesmo definitiva. TG: Recurso judicial TE: Agravado de instrumento, Agravado de petição, Agravado em execução. TR: Agravado, Agravante, Agravado manifestamente infundado, Agravado retido.</p>	
<p>Agravado de instrumento TG: Agravado TR: Agravado retido Autos apensados Decisão agravada Decisão interlocutória</p> <p>Agravado de petição NE: Instituto processual que constava no Código de Processo Civil (CPC) de 1939, deixando de ser inserido no Código de Processo Civil (CPC) atual (1973). TG: Agravado TR: Recurso regimental</p> <p>Agravado em execução TG: Agravado</p> <p>Agravado NE: Sujeito passivo do recurso de agravado. TG: Parte processual TR: Agravante Agravado</p> <p>Agravante NE: Sujeito ativo do recurso de agravado. TG: Parte processual TR: Agravado Agravado</p>	<p>Agravado manifestamente infundado TR: Agravado</p> <p>Agravado retido TR: Agravado Agravado de instrumento</p> <p>Decisão monocrática NE: Decisão proferida por um único juiz, normalmente o relator do processo ou o presidente do Tribunal. TG: Decisão judicial TR: Agravado Agravado de instrumento Agravado regimental Ato judicial Ato judicial recorrível Ato jurisdicional Decisão Decisão agravada Decisão interlocutória Decisão recorrível Decisão terminativa Despacho</p>

Nessa codificação, percebe-se que os descritores não apresentam uma constituição equivalente em termos de relações conceituais, como é o caso do descritor “**Agravo**”, que apresenta as relações NE, TG, TE, TR, e do descritor “**Agravo em execução**”, que apresenta apenas a relação TG. Outro ponto importante a considerar é a falta de limitação entre o número de descritores relacionados com um mesmo descritor, como ocorre, por exemplo, com o descritor “**Decisão monocrática**”, que apresenta doze termos relacionados: “Agravo”, “Agravo de instrumento”, “Agravo regimental”, “Ato judicial”, “Ato judicial recorrível”, “Ato jurisdicional”, “Decisão”, “Decisão agravada”, “Decisão interlocutória”, “Decisão recorrível”, “Decisão terminativa” e “Despacho”. Já o descritor “**Agravo manifestamente infundado**” apresenta apenas um termo relacionado, o “Agravo”.

Quanto à NE, por sua vez, trata-se de um recurso linguístico em que se percebe a existência de enunciados, como se vê, por exemplo, nos descritores “Agravo” e “Decisão monocrática”:

Agravo

NE. Recurso interposto contra decisão interlocutória ou mesmo definitiva.

Decisão monocrática

NE: Decisão proferida por um único juiz, normalmente o relator do processo ou o presidente do Tribunal.

A NE é desenvolvida de forma peculiar, em relação ao seu descritor, e não segue um padrão normativo, ou seja, o texto produzido fica ao encargo da equipe interdisciplinar de elaboração do tesouro. Contudo, existe uma característica latente nas NE que remete à sequência descritiva e, justamente por isso, às características presentes nos operadores descritivos que dizem respeito à operação de relação.

No que diz respeito à **terceira parte**, esta é composta pelas toponímias nacional e internacional, como um recurso adotado pelas produções desenvolvidas pelo TJE, para casos especiais em que seja

necessário identificar a existência de homônimos em nomes de cidades e estados (BRASIL, 2010). Apresentamos alguns exemplos de descritores da toponímia nacional e da toponímia internacional, no quadro abaixo.

Quadro 4 – Descritores da toponímia nacional e toponímia internacional do TJE

DESCRITORES	DESCRITORES RELACIONADOS
<p>Moji das Cruzes (SP) NE: Grafia adotada na Lei Nº 3.198, de 23.12.1981 que alterou o quadro territorial administrativo do Estado de São Paulo. TG: Moji das Cruzes (SP: Microrregião)</p>	<p>Moji-Mirim (SP: Microrregião) TG: Campinas (SP: Mesorregião) TE: Artur Nogueira (SP), Engenheiro Coelho (SP), Estiva Gerbi (SP), Itapira (SP), Moji-Guaçu (SP), Moji-Mirim (SP), Santo Antônio de Posse (SP)</p>
<p>Palau NE: País com estatuto de livre associação com os Estados Unidos. TG: Micronésia TR: Estados Unidos</p>	<p>Micronésia NE: República federativa em livre associação com os Estados Unidos. TG: Oceania TE: Estados Federados da Micronésia, Guam, Ilhas Marshall, Marianas do Norte, Nauru, Palau, Quiribati, TR: Melanésia, Polinésia</p> <p>Estados Unidos TG: América do Norte TR: Atol de Johnston, Estados Federados da Micronésia, Guam, Ilha Wake, Ilhas Marshall, Marianas do Norte, Palau, Porto Rico, Samoa Americana</p>

Fonte: (BRASIL, 2010)

Neste momento, a toponímia nacional e a toponímia internacional adotam os mesmos procedimentos já mencionados, em relação à segunda parte do TJE, no que se referente aos descritores, com a diferença apenas

do campo conceitual, ou seja, do assunto da área de conhecimento utilizado. Aqui, o assunto diz respeito às cidades e aos estados, em níveis nacional e internacional. Sua finalidade é apresentar as relações homônimas existentes, de modo a facilitar o trabalho dos indexadores da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral e demais setores do Tribunal Superior Eleitoral, no exercício de suas funções voltadas à representação da informação.

Conclusões

Ao analisarmos o texto do TJE na perspectiva do plano de texto e das sequências textuais, é possível afirmar que o aporte teórico e metodológico proposto por Adam (2011) dá conta dos objetivos da pesquisa, como se pode verificar nas informações esclarecedoras resultante das análises. Isso ocorre, certamente, a despeito de esse texto tender a não apresentar sequências prototípicas, devido às especificidades composicionais do gênero, como nos mostram as análises. Referimo-nos, mais especificamente, à natureza diferenciada dos enunciados nos três ambientes textuais do seu plano de texto, no que diz respeito à disposição formal do material linguístico, em particular a segunda e a terceira partes, constituídas por um considerável volume de itens lexicais.

Na primeira parte do texto do TJE, encontram-se movimentos sequenciais argumentativos, com efeito de demonstração, e movimentos explicativos voltados para uma explicitação dos motivos das particularidades formais e funcionais dessa parte. Na segunda e terceira partes, é possível identificar movimentos sequenciais descritivos, por intermédio da operação de relação, atentando-se para o fato de que, em virtude da especificidade da predominância de uma estruturação composicional determinada por itens lexicais, as relações descritivas entre os termos são estabelecidas por analogia e/ou contiguidade conceitual, com predominância das operações de tematização. Pode-

se dizer que a segunda parte do texto é a mais importante, visto que, sendo essencialmente constituída pelos descritores, nela encontra-se a representação conceitual do assunto “Direito Eleitoral”, havendo, em razão disso, uma predominância de recursos textuais da ordem do descritivo.

Referências

ADAM, J. M. **Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Rev. Tec. João Gomes da Silva Neto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: 1992.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Tesouro da Justiça Eleitoral**. 7. ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coord. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FELIPE, A. A. C. **Um estudo linguístico do tesouro**. Recife: UFPE, 2015. Projeto de Pesquisa. Relatório final.

FOSKETT, A. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION (ISO). **ISO 25964 -1**: data model for the structure of an information retrieval thesaurus. New York, 2011.

_____. **ISO 25964 -2**: data model for the structure of an information retrieval thesaurus. New York, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT, 1984.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LANCASTER, F. **Indexação e resumo**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PASSEGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (orgs.) **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processos-crime. In: BASTOS, N. B. (org.) **Língua Portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014a, p. 241-255.

_____; _____. La lettre-testament du président Getúlio Vargas: généricité, structure compositionnelle et représentations. In: MONTE, M.; PHILIPPE, G. (Dirs.). **Genres & textes**: déterminations, évolutions, confrontations. Lyon: PUL, 2014b, p. 253-267.

_____; _____. MARQUESI, S. C. A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 14, v. 2, 2012, p. 285-307.

_____; _____. (Orgs.). **Análises textuais e discursivas:** metodologia e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. **Unidades de informação:** conceitos e competências. Santa Catarina: UFSC, 2006.

SILVA NETO, J. G.; SANTOS, M. F. S. As marcas linguísticas na construção das representações discursivas de vítima em inquéritos policiais. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, v. 2, p. 351-379, 2016.

_____. Aspectos descritivos do espaço em “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa: uma jornada iniciática. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 26, n. 2), p. 87-108, 2013.

Las Relaciones de Asociación en los vocabularios semánticos: ideas sobre su origen, evolución y prospectiva

José Antonio Moreiro-González

Introducción

Las relaciones de asociación se establecen entre términos que ofrecen vínculos mentales de afinidad. En el desarrollo gradual de los vocabularios se han utilizado para atender a relaciones distintas de las equivalencias y de la jerarquía. Antes de los enlaces de información digitales, han caracterizado a los vocabularios de estructura asociativa o combinatoria. Para Van Slype (1991) la relación de asociación (RT) se establece de manera simétrica entre dos descriptores que representan conceptos susceptibles de evocarse mutuamente, por asociación de ideas (Slype, 1991). Sin embargo, mientras los vocabularios combinatorios conseguían un procedimiento inductivo alto en la estructura jerárquica, resultaban parcos a la hora de explicitar términos, dentro de un contexto coherente de significado, hacia los que redirigir una búsqueda. A lo que se añade la existencia de unas normativas que dificultaban por precaución algo excesiva la adición de este tipo de relaciones, hasta hace poco. En la actualidad marcan uno de los puntos de mayor avance y proyección de los vocabularios a partir de las normativas emanadas con posterioridad al año 2005 (Z3919:2005); (BSI 2007); (ISO 25964-1.2011).

Como referente de su uso, los libros siempre contaron con índices que localizaban nombres y asuntos atendidos en sus páginas. Aunque fue, sobre todo, tras la revolución científica cuando los instrumentos simbólicos y conceptuales usados por los investigadores formalizaron

un metalenguaje que mostraba coherencia lógica y que era ampliamente compartido. Su plasmación en los índices de documentos individuales estableció unas categorías universales como formas apriorísticas de representación de la terminología de un dominio. En ellos se formaban redes de conceptos iniciales en las que aparecían asociaciones a través de reenvíos como **véase, vea también**, ... junto a categorías que se subdividían hasta alcanzar gradualmente en las entradas las descripciones más específicas. Por más que los substantivos fuesen la forma de representación privilegiada de los conceptos dentro de unas relaciones jerárquicas predominantes. Las de asociación se comprenden menos que las jerárquicas tanto al construir los vocabularios combinatorios como al emplearlos en la estrategia de búsqueda. Como veremos después, algunos de sus tipos ofrecen una conexión algo ambigua entre conceptos, similar al “Véase también” de los índices de libros.

Si tomamos los tesauros como vocabulario controlado prototípico vemos que asocian unos términos con otros para facilitar la inferencia cognitiva. Es la sugerencia lógica del mecanismo de inducción que se genera a través de las relaciones paradigmáticas del tesoro: un descriptor relacionado con todos los demás. Dentro de su lista de conceptos, cada tesoro ofrece inferencia terminológica a través de las relaciones semánticas. Cuando esas relaciones son asociativas suelen tener naturaleza contextual, lo que dificulta su definición pues, al extenderse hacia la experiencia de indizadores y usuarios, les da condición deductiva e incluso intuitiva. Nos movemos dentro de la organización de las ideas que no funciona de forma secuencial, si no por asociación tal como lo hace nuestra mente (Foucault, 1971). Por lo que el empleo controlado de las relaciones de asociación se limitó a su expresión más evidente, para evitar cualquier posible dispersión conceptual, hasta la llegada de los nuevos sistemas de representación consecuentes a la aparición del ciberespacio. De modo que se manejaron los términos con poco ajuste respecto a sus posibilidades de relación (ISO, 1986), tal vez porque determinar la afinidad de los conceptos es más difuso, complejo y menos preciso que

cuando se clasifica en las relaciones jerárquicas bien visualizadas en los vocabularios. Esto cambió con la necesaria adaptación a las exigencias de la actuación digital que luego atenderemos.

Sin olvidarnos de que la relación por cercanía semántica, dentro de un dominio que contextualiza su significado, se aprovechó para impulsar los primeros métodos de indización automática. Así, entendemos como coocurrencia, co-términos o co-palabras la aparición conjunta de dos términos o palabras en un mismo texto, párrafo o incluso dentro de un corpus. Cuando esta presencia es reiterada se considera que las palabras o los términos son recíprocamente dependientes. Si a un dominio determinado se le aplican patrones de coocurrencia pueden identificarse las relaciones existentes entre los conceptos mediante algún método probabilístico de clasificación que les da un peso (Callon et al., 1983). Se posibilita, entonces, el establecimiento automático de sinonimias y de relaciones asociativas.

Para representar la información los vocabularios ontológicos no cuentan con una organización limitada de relaciones semánticas, al contrario de lo dicho para los vocabularios coordinados. Por lo que describen de manera explícita y formal los conceptos (clases) de un marco de conocimiento, así como las propiedades que especifican sus características y atributos. Lo que permite un mayor desarrollo semántico de las relaciones entre los conceptos, pues cualquier relación clarificada se puede incorporar a su estructura, de acuerdo con la necesidad de representación marcada por la propia dinámica del conocimiento. En comparación con otros vocabularios no enlazados cuyas posibilidades de asociación de términos es bastante limitada, las ontologías se distinguen por su abundancia en relaciones asociativas.

Incluso las folksonomías permiten expandir las búsquedas mediante asuntos que estén muy relacionados para determinar el contexto. Estas asociaciones entre etiquetas siguen un comportamiento similar al de las *related tags* de LibraryThings (Moreiro y Bolaños, 2018), pues sus unidades léxicas asocian las palabras con sus homónimos.

Superan así la mera relación formal, para asociar palabras con otras que muestran implicaciones jerárquicas y hasta contextuales. En el conjunto determinado por las *related tags* seleccionadas se recuperan los contenidos del concepto buscado, además de otros que muestran clara relación con él; pero también se recuperan otros que no lo están tanto.

El principal objetivo en este análisis es revisar los fundamentos teóricos de las relaciones de asociación conceptual en los vocabularios semánticos. Así como distinguir su empleo según los tipos de vocabularios y siguiendo la evolución temporal hasta llegar al actual marco de uso digital.

Origen y marco de las asociaciones conceptuales

Resulta innato a las entidades del pensamiento, también a las entradas de un diccionario, que los conceptos se fijen mediante su definición y que se analicen y clasifiquen en sus correspondientes tipos. La definición permite saber lo que cada concepto es, pues explica su singularidad. Aunque en metafísica ontológica, esa primera sustancia exige una segunda idea universal que designa la especie o el género abarcados por aquella (Aristóteles, 2007). La identificación de los conceptos mediante la definición ha servido para llegar a fijar el significado de algunos de los términos que integran los vocabularios combinatorios, en cuanto nota de alcance, cuando su comprensión ofrece alguna duda de sentido o de uso. Mientras que la tipología es la primera razón para establecer relaciones jerárquicas y clasificatorias, atendiendo a la división o a la diferencia de una especie con otras (Arnaud e Nicole, 1987). Tenemos que referirnos a Porfirio cuando pensamos en relaciones dentro de una red semántica. Aunque la limitó a una perspectiva jerárquica ya que, en su Árbol, los conceptos se subordinan desde los más generales a los más simples (Aristóteles. Porfirio, 1999). Su idea permanece vigente en la organización de

los vocabularios actuales que aún clasifican los conceptos en rangos sucesivos que actúan como hiperónimos en cada subcategoría. Hasta alcanzar al subconcepto más específico que siempre es hipónimo de un superconcepto y de los diferentes rangos en que se desarrolla. Así ordenan su vocabulario las taxonomías, los tesauros y las ontologías, y por su navegación se permite a los usuarios hacer búsquedas expansivas a través de los diferentes rangos terminológicos.

Pero las relaciones léxicas y jerárquicas no son las únicas existentes entre los conceptos. Fue Ramón Llull en la *Logica nova* (1998) quien situó los factores de relación en el origen, la causalidad, la finalidad y el modo, en los que reflejaba la acción de cualquier proceso cognitivo y que se han trasladado incluso al desarrollo de los procesos cognitivos: antecedentes, fundamentos, justificación, objetivos y metodología. De forma que las ideas y los términos no aparecen aislados ni en la mente, ni en la investigación, ni en los documentos, si no que se enmarcan en un determinado contexto de relaciones con otros conceptos (Moreiro et al., 2006). La vecindad semántica entre términos favorece diferentes tipos de asociación como los de localización, tiempo, acción, calidad, cantidad o instrumento, cuya presencia ha sido constante en las bases epistemológicas de la representación de la información. De alguna manera habían sido consideradas ya por el propio Aristóteles en los predicados, en cuanto conceptos más generales a los que alude la expresión del pensamiento (Ferrater 1984: 2665). Después, en un largo recorrido racionalista, fueron propuestas como categorías de los conceptos del entendimiento por Leibniz y Kant. Hasta alcanzar al sistema de coordenadas y unidades de medida universales que plantearon las ciencias naturales entre los siglos XVI y XX. Por más que hasta David Hume (1740) no encontremos una referencia directa a las relaciones asociativas, tanto en los conceptos abstractos que están gobernados por las certezas deductivas, como en los hechos que suponen la experiencia empírica alcanzable mediante razonamientos inductivos.

Tabla 1. Complejidad creciente de los vocabularios controlados.

Tipos de vocabularios	Listas	Anillos de sinónimos	Taxonomías	Tesauros	Ontologías y Redes semánticas
<i>Control de la ambigüedad</i>	X		X	X	X
<i>Control de sinónimos</i>		X	X	X	X
<i>Relaciones jerárquicas</i>			X	X	X
<i>Relaciones asociativas</i>				X	X
<i>Declaración de propiedades</i>					X

Fuente: Zeng (2008: 161). Adaptación propia.

En referencia a la norma Z39.19 Zeng (2008) estableció las principales funciones de los diferentes tipos de SOC. Aunque dando unos valores que esta tabla expresa de forma plana. Nos interesa de manera especial el hecho de que los cinco tipos de vocabularios controlados se ordenen en la tabla de menor a mayor complejidad.

Debe de encuadrarse el empleo de los tesauros en la búsqueda de soluciones a las necesidades que la recuperación pertinente de información planteó a las bases de datos en los años sesenta. Su intervención quería responder a los problemas de comunicación y acceso a las publicaciones científicas y técnicas causado por su número creciente (Moors, 1951). Los vocabularios combinatorios se constituyeron en una de las contribuciones fundamentales a la configuración del concepto de *Information Science*. Los lenguajes precedentes no tenían capacidad para abordar el reto de representar los conceptos y las relaciones que hay entre los conceptos atendidos en los documentos. En la tabla se muestra que la sintaxis que particulariza a los tesauros estriba precisamente en incorporar asociaciones que completan la parte alfabética, junto a

otras relaciones semánticas entre los descriptores y que, desde luego, intervienen a la hora de sistematizar la inferencia entre los diferentes campos de conceptos. De modo que los tesauros, por su antigüedad y evolución adaptativa, abrieron el grupo de vocabularios semánticos en el que priman las relaciones y que ha tenido continuidad con los tesauros enlazados o conceptuales. Incluso se reflejan en la representación de las redes semánticas y, desde luego, en las formalizaciones ontológicas. El propio operador de las relaciones de asociación (RT en inglés/TR en español y portugués) destaca su trascendencia a la hora de conceder peculiaridad a los vocabularios combinatorios.

Tabla 3. Categorías en los SOC.

Grupos de SOC	Atributos	Tipos de SOC
Listas	Listas de términos	Glosarios Diccionarios
Categorizaciones y clasificaciones	Materias estructuradas jerárquicamente	Clasificaciones Taxonomías
Grupos de relaciones	Conexión entre términos y conceptos	Tesauros Redes semánticas Ontologías

Fuente: Hodge (2010). Elaboración propia.

Así pues, los tesauros introdujeron una estructura combinatoria y de menor estatismo que los vocabularios precedentes, pues permitían hacer inferencias desde sus descriptores con los otros conceptos a los que se podían vincular por asociación. Si las relaciones jerárquicas facilitan transitar por las categorías en que se divide su vocabulario y luego continuar un orden ascendente- descendiente, las asociativas deducen hacia otras subcategorías del tesoro, e incluso hacia algunos de los términos de su propia categoría con los que existe una especial cercanía semántica no jerárquica. Aunque aún con muchas limitaciones

respecto a las posibilidades de asociación conceptual ofrecidas por el lenguaje natural.

Propiedades y tipos de relaciones de asociación

Para no dejar en manos de indizadores y usuarios la posibilidad de hacer inferencias erróneas, las normas vigentes desde hace más de tres décadas restringieron bastante las relaciones de asociación entre los descriptores de los tesauros. Así, la norma ISO 2788/1986 fijaba en dos sus tipos: relaciones entre términos que pertenecen a la misma categoría, entendiendo como tales a términos con significados próximos, pero no coincidentes, o bien a sinónimos documentales que no se asocian mediante equivalencia, e incluso a términos derivados y a términos “hermanos” con sinonimia parcial. Junto a relaciones simétricas que asocian a descriptores incluidos en categorías distintas, entre los que no hay relación jerárquica. A ellas les corresponde la tabla siguiente que muestra una coincidencia notable entre las relaciones de asociación que tipifican las tres propuestas. Por más que no deba de verse siempre una equivalencia directa entre los conceptos a los que atienden sus filas.

Tabla 4. Tipos de relaciones de asociación por comparación.

ISO2788/1986	Van Slype (1991)	Z39.19: 2005
Disciplina o campo de estudio y sus objetos de estudio	Objeto de una acción, proceso o disciplina	Disciplina o campo y su objeto o practicantes
Operación o proceso y su agente o instrumento	Instrumentación	Proceso y su agente
Acción y su resultado o producto		Acción y producto
Acción y su sujeto pasivo		Acción y objetivo

Conceptos y sus propiedades	Propiedad	Concepto u objeto y su propiedad Acción y propiedad
Conceptos y sus orígenes	Sucesión en el espacio o en el tiempo	Concepto u objeto y sus orígenes Materia prima / producto
Conceptos y sus unidades de medida		Concepto u objeto e instrumentos o unidades de medida
Dependencia causal	Causalidad	Causa y efecto
Objeto y sus contraagentes		Proceso y su contraagente
Sustantivos implicados en frases sincategoremáticas		
	Concomitancia	
	Materiales constitutivos	
	Similaridad	
	Antonimia	
	Localización	

Fuentes especificadas en la primera fila de la tabla. Elaboración propia.

Sin embargo, las necesidades de los usuarios, observadas por Van Slype como consultor en gestión de la información, requerían una ampliación de los tipos. La principal razón para hacerlo se debía a que las estructuras aceptadas y definidas en los tesauros limitaban las posibilidades de recuperación, pues su ampliación mediante inferencia se veía limitada por unas relaciones pasivas entre los términos que se habían fijado a priori (Sánchez et al., 2012). Y que no se correspondían con la variedad de relaciones asociativas existentes en los documentos.

El propio Van Slype (1991) hizo una propuesta que se incluye en la tabla siguiente, junto a las de otros autores, y que denominó *Asociaciones no clásicas*. Todas son propuestas reivindicativas de la razonable ampliación.

Tabla 5. Propuestas de relaciones de asociación.

Aitchison & Gilcrist 1987	Van Slype 1991	Storey 1993 Relaciones cuasi jerárquicas	ALA 1999	Tudhope et al. 2001
Ocupación-Agente Material-Producto Acción-Propiedad Antónimos	Colocación Paradigmática Taxonómica	Similares a la meronimia: Poseedor-posesión Inclusión Atributo Relaciones de caso: agente-acción; agente-instrumento, agente-objeto Antonimia y sinonimia Relaciones de acción: acción-receptor; acción-instrumento; entidad-atributo; discusión	Ideas combinadas Términos relacionados por proximidad conceptual: en una definición; en el dominio de aplicación RT dentro de la misma jerarquía RT en jerarquías diferentes RT entre significados solapados RT sin especificar	Partitivos: Componentes Grupo agregado Propiedad/ atributo Causa-efecto: Dependencia/ necesidades Por uso Productos Usuarios Conexión de significado: Significado coincidente Distinguido de ... Antónimos Términos próximos

Fuentes especificadas en la primera fila de la tabla. Elaboración propia.

La confección de esta tabla no establece por filas el paralelismo conceptual entre sus elementos. Quiere detallar diferentes propuestas

de enriquecimiento de las RT establecidas en las normas y un anticipo de la ampliación casi ilimitada que supondría el empleo de los vocabularios semánticos en la web. Solo un año después de aparecer la norma ISO 2788 Aitchison y Gilcríst (1987) plantearon la conveniencia de ampliar las relaciones de asociación con nuevos tipos no considerados en aquella. Aunque se debe a Van Slype (1991) una propuesta que se anticipó quince años a las plasmadas en las revisiones normativas últimas. La importancia adquirida se debió de forma especial a considerar como relación asociativa la colocación de los términos en una misma frase, en una definición o en el mismo dominio conceptual. Supuso valorar que el contexto es definitivo para hacer inferencias pertinentes. Se abrían mucho así las posibilidades de asociación entre descriptores, pues superó las anteriores limitaciones conceptuales al enlazar contenidos debido a su colocación en proximidad dentro de los textos, o también por integración entre los conceptos que determinan un paradigma cognitivo. En este mismo sentido, la *American Library Association* (ALA, 1999), a través de su Comité de análisis de materias, amplió considerablemente la idea de relación entre términos cuando consideró que se daba asociación entre los descriptores que formaban parte de una misma definición. E incluso superó todas las anteriores clasificaciones de relación asociativa cuando admitió que había alguna de ellas sin identificar, acercándola, por tanto, a las relaciones intuitivas que se dan en los textos y conversaciones. Storey (1993) calificó a todas las relaciones como semánticas y encuadró en ellas a las de jerarquía (inclusión en una clase; meronimia –parte-todo–; inclusión espacial) también incorporadas a su clasificación por Aitchison y Gilcríst (1987) y por Tudhope et al. (2001). Ninguna de ellas se incluye en esta tabla. Lo interesante de Storey fue el reconocimiento de relaciones similares a las de meronimia (posesión, adscripción y atribución) y más aún las de cuasi jerarquía entre las que ya situó a algunas que muestran carácter asociativo. Por su parte, Tudhope et al. siguieron la línea de actuación de la ALA cuando llegaron a admitir que existía relación entre los términos que eran sustanciales para comprender

un concepto o entre los que conformaban posibles combinaciones de ideas, incluso entre los requisitos de cualquier cuestión de finalidad y los que aparecían en cercanía en alguna definición o razonamiento. En definitiva, por conjuntarles el sentido del contexto de aparición. De forma que se aprecia un incremento pragmático de las relaciones en las nuevas propuestas sobre tesauros, en especial las de asociación que son las que más subtipos presentan. Cada uno de estos subtipos ofrece subdivisiones.

La perspectiva terminológica de los vocabularios combinatorios no era suficiente para responder a las complejas necesidades que supusieron los soportes digitales en la producción, el tratamiento y el consumo de la información. De forma que, aunque era notorio el empleo y la utilidad de los tesauros, no sucedió así cuando se dedicaron a los documentos digitales en red que, por su libertad y desenvoltura de creación, acceso y manipulación, producían excesivas perturbaciones en la recuperación (Sánchez et al., 2012). A lo que se añadía el problema del número de documentos que circulan por la web y la variedad de sus soportes. Las estructuras definidas en los tesauros planteaban serios inconvenientes:

- Servían solo para recuperaciones que contuviesen las relaciones semánticas fijas que se hubiesen delimitado, con independencia del dominio.
- Dificultad para describir campos con un nivel de abstracción alto (el de informática, por ejemplo), o documentos sin ningún tipo de estructura (textos de libre formato).
- Coste elevado en su creación, mantenimiento y uso, solo superable con la automatización que, a su vez, planteaba el obstáculo de superar la riqueza de las estructuras semánticas de los textos.
- Sin mecanismos para compartir información en la Web (hasta la aparición de SKOS), pues estaban pensados para dominios restringidos.
- Y con dificultad de definir relaciones, desde luego.

Se imponía abrir la perspectiva hacia soluciones novedosas, entre las que se iban a considerar las provenientes de una concepción léxica más cercana al lenguaje natural. Ante la complejidad de los factores comunicativos y de uso, también la intervención transdisciplinar de la lingüística, la lógica y la psicología cognitiva vino a ampliar esa perspectiva de aproximación a la representación, pues facilitarían un consecuente aumento del número de relaciones.

Incremento y complejidad de las relaciones de asociación

Los vocabularios tuvieron que dinamizarse con nuevas relaciones cuando avanzaban los años noventa y se asentaban la digitalización y la web con su oferta de enlaces hipertextuales de documentos. El aumento en el número de las relaciones buscaba mejorar la representación, mientras que, al identificarlas en los vocabularios enlazados, se quería afinar la precisión. Esta mayor riqueza semántica de los tesauros se deriva de los avances causados por su empleo en la Web. En especial al integrar sus relaciones semánticas, bien definidas, con los esquemas de las ontologías. Por su comprensión fácil y su eficacia, es conveniente atender a la función jugada en esta evolución por RDF en cuanto lenguaje de descripción de datos basado en grafos. Incorpora aspectos de los modelos de representación del conocimiento, más en concreto de las redes semánticas, que soporta la definición de metadatos específicos en sus descripciones y de los esquemas de metadatos en sus esquemas. Utiliza XML para la representación sintáctica y para intercambiar y procesar los metadatos, pues en cualquier ontología las relaciones entre los conceptos tienen que constatarse de forma lógica y codificarse mediante un lenguaje normalizado. Si no es así no existen, en perjuicio de su existencia lingüística y pragmática que es la línea seguida en esta reflexión acerca de las relaciones de asociación (Amann y Fundulaki, 1999). Las ontologías fijan los conceptos y sus relaciones mediante declaraciones específicas y se pueden representar

como grafos dirigidos donde los nodos corresponden a los conceptos y los arcos a sus funciones y relaciones. En un momento en el que los vocabularios tienen que responder a los requisitos de navegación en la web y a las exigencias de visualizar las estructuras de los documentos en las pantallas.

De suerte que su información se representa con ventaja mediante grafos de conexión que se establecen como operadores de la red semántica formada por los nodos de conceptos y los enlaces de relación entre los conceptos e incluso entre los documentos afectados (Lehmann, 1992). La proximidad en la red y los grupos definidos en los grafos reflejan valores semánticos. A la hora de obtener asociaciones temáticas entre los términos o de formar sus agrupaciones por características comunes (*clusters*) se emplean clasificadores cuantitativos como Co-wording; clasificadores estadísticos como Max-min, K-vecinos, K-vecinos incremental, Isodata; o clasificadores neuronales como Kohonen, Art-1, Art-2. Son métodos estadísticos que aportan soluciones algorítmicas a la automatización. Aunque se sitúan algo lejos de la realidad lingüística, por lo que sólo son eficaces en ámbitos muy concretos. De forma que su contribución se ha tenido que completar desde los años noventa con modelos de ingeniería de software en convergencia con procesos lingüísticos. Lo que acabaría reflejado en la evolución de los estándares que supusieron una transformación conceptual propagada hacia las redes ontológicas de representación semántica que permiten definir relaciones complejas, reglas y axiomas que no están presentes en el resto de KOS (BSI 2005 y 2007); (Z3919 2005); (ISO 25964 2011). Siempre dentro de un proceso de generación de relaciones semánticas que persigue establecer relaciones exactas entre los términos, que las señala y que las visualiza.

A la hora de representar las aportaciones a la progresión de las relaciones asociativas vamos a diferenciar entre aquellas hechas por los tesauros conceptuales, por los tesauros de verbos y por las redes semánticas.

Se entiende que un tesoro conceptual pretende resaltar la representación potenciando, precisamente, las relaciones asociativas que se establecen al aunar términos y conceptos por su similitud de sentido en un contexto específico (Maniez, 1993). Debemos de entenderlo como una red semántica donde, primero, los términos más genéricos de una categoría dirigen hacia los más específicos y recíprocamente (navegación vertical). Lo que a su vez permite cambiar de una clase hacia otra (Tudhope et al., 2001) y de un dominio científico hacia otro a través de los nodos polijerárquicos (navegación horizontal) para determinar las relaciones asociativas e, incluso, la navegación transversal en la red desde una intersección de árboles (Dewèze, 1985). Se abren así a la posibilidad de ofrecer numerosas relaciones asociativas entre los descriptores e incluso con los no descriptores. Por lo que los tesoros conceptuales se distinguen como un espacio de significado formalizado que se fija alrededor de un dominio del conocimiento desde el que se establecen las pautas de relación entre sus términos (Schäuble, 1987). La necesidad de formalizar sus significados lleva a la semántica aportada por los tesoros conceptuales a reutilizar el diseño de ontologías por dominios que les aportan una interface estructural más esquematizada. Por lo que fijan con mayor precisión las relaciones que les permiten buscar con abundancia de términos y de conexiones (Batista, 2008).

Otra de las propuestas de mejora de los tesoros es la inclusión de verbos que complementen a los tesoros estáticos de sustantivos (Levin, 1993). Esta incorporación se debe a la necesidad de mejorar la precisión cuando se trata, por ejemplo, de reutilización de software o de recuperación de imágenes en movimiento. En la estructura sintáctica básica (sujeto-predicado-objeto) la función del predicado es unir la acción (el verbo) con quien la ejecuta (el sujeto) y establecer las distintas relaciones entre sujeto y predicado (el objeto). El predicado permite conocer el contexto o la situación de un asunto y, sobre todo, fija la semántica de relación con el sujeto. El objeto puede ser atributo, lo que

se dice del sujeto, en los verbos copulativos (enlazar con el atributo en las ontologías), o bien objeto directo que concreta el significado de los verbos que se refieren a acciones que transitan del sujeto al objeto. E incluso objetos indirectos, que reciben esa acción, o circunstanciales que atienden a las circunstancias semánticas en las que se da la acción: tiempo, lugar, modo, causa, cantidad, posibilidad o finalidad.

Las conexiones verbales se habían empleado para determinar las relaciones entre términos, tanto en el tesoro jerárquico como en el alfabético (Storey, 1993) en cuanto posibilidad de mostrar la relación existente entre dos conceptos usando los abundantes recursos del lenguaje natural. Su uso ofrece la ventaja de identificar las asociaciones funcionales en adaptación a dominios concretos. La inclusión de verbos en labores de recuperación plantea posibilidades semánticas diferentes a las de los tesauros en papel, que se traducen en una ampliación del número de relaciones de asociación y a que estas no planteen ambigüedad alguna (Moreiro et al., 2002). Las formas verbales conceptualizan las acciones, por lo que resultan muy útiles para representar las relaciones y circunstancias en las que se sitúa el contexto de relación de los conceptos. Uno de sus precedentes establecidos en la base de datos de referencia léxica *WordNet*, con relaciones de equivalencia y de jerarquía entre diferentes categorías gramaticales (Green, 2001).

En la automatización de tesauros por la aparición de sustantivos en proximidad a estructuras verbales, tras los procesos de extracción de vocabulario y de obtención de los descriptores, estos se emplean para indizar unos documentos maestros (manuales, estándares, artículos,...), proceso que se aprovecha para almacenar las frases de los documentos en las que aparece uno o varios de esos descriptores en el sintagma nominal sujeto y uno o varios descriptores en el sintagma verbal. Luego los conceptos dinámicos se agrupan, clasifican y se asimilan a las relaciones del tesoro que se deseen identificar. De donde surge la ampliación de relaciones que conceden dinamismo a la representación y a la recuperación (Maculan y Oliveira, 2014).

La aplicación de integraciones verbales se practica desde hace casi cinco décadas en el área pedagógica, donde la técnica de asociar conceptos mediante gráficas y verbos se denomina mapas conceptuales. Para nuestros propósitos tienen la ventaja de simbolizar el conocimiento en redes compuestas con unos nodos que aluden a los conceptos y con unos enlaces para las relaciones entre los conceptos. Además, los enlaces suelen expresarse mediante estructuras verbales. En comparación con el restringido número de relaciones de los tesauros, los mapas conceptuales pueden reflejar tantas relaciones como mecanismos de razonamiento haya. Si hablamos de ellas aquí es debido a su estructura de nodo-enlace-nodo tan similar a las de las redes hipertextuales. En estos mapas las asociaciones entre conceptos no están normalizadas, pero se suele indicar como principales las de carácter jerárquico, junto a las existentes entre un conjunto y un miembro del conjunto; entre todo y parte; otras de carácter físico (sobre, debajo, cerca, ...); temporal (antes, después) y lógico (causa, efecto); además de relaciones específicas (influir en, estar cerca, llevar a, etc.). Por más que la posibilidad de recuperar por verbos se debió, en especial, al empleo de los *Topic maps*, ya sean como descriptores o como identificadores de las relaciones existentes entre descriptores. Los *Topic maps* son documentos o conjuntos de documentos SGML o XML interrelacionados en un espacio multidimensional en el que las localizaciones son *topic* (ISO/IEC 13250, 2000), por lo tanto, conceptos. En ellos, una *topic association* es la relación que se establece entre *topics*. Formalmente es un elemento que enuncia la relación entre dos o más *topics*. Las *topics association* están compuestas por dos o más *topics* y por las formas verbales que los une.

Los *Topic maps* incluyen todos los tipos de asociación semántica que puedan darse, superando con mucha amplitud las comunes en los tesauros impresos. Lo que diferencia los tipos de asociación es la forma verbal que define la unión de dos o más *topics*. Cada tipo de asociación se convierte a su vez en un concepto. Ciertamente es que una relación sólo se considera válida dentro de un dominio que la contextualiza y que le da

certeza. Fuera de esas condiciones, la tipología de relaciones ofrece una variedad ilimitada. Al tratarse de un mapa semántico las asociaciones pueden ser transitivas, tener dirección y ser simétricas.

Relaciones Adaptables a los Dominios Mediante Ontologías

Dado que en el lenguaje natural las relaciones entre sujeto y objeto se establecen al asociarse mediante verbos, el número de asociaciones puede ampliarse tanto como posibilidades hay de combinación en el modelo sintáctico básico de sujeto-predicado-objeto. Este modelo se ha replicado en las redes semánticas, donde el conocimiento se representa mediante frases simples dispuestas en triplas. En ellas el nodo conceptual sujeto se asocia con el nodo objeto mediante un arco de enlace, que declara las propiedades o predicados, dando lugar a las gráficas de representación. El arco indica la relación que existe entre ellos. Mientras que las normas antes referidas y la visualización de los vocabularios como redes semánticas abrieron la posibilidad de que ese enlace verbal pudiese mostrarse como acción y funcionase de conector relacional entre el sujeto y el objeto.

Las redes semánticas trabajan con conceptos relacionados, como las taxonomías y los tesauros enlazados, por lo que suponen siempre la intervención de ontologías cuyos axiomas definen esos conceptos (clases) y sus relaciones dentro de un dominio determinado (Sales y Café, 2009). Las relaciones representan la interacción y enlace entre los conceptos del dominio (taxonomía del dominio) como subclase – de, parte – de, etc. Las mismas relaciones que aparecen en los tesauros se pueden atribuir a los conceptos que pertenecen a un mismo esquema. Por lo tanto, con relaciones de clase, sin olvidar las de equivalencia ni las relaciones asociativas de herencia semántica. Un tipo concreto sería el de las funciones que efectúa una clase, donde se identifica un concepto mediante el cálculo de la función de relación con varios elementos de

la ontología como, por ejemplo, categorizar-clase, definir – dato, etc (Gruber, 1995). Se darían además en los axiomas en cuanto confirmación de las relaciones que deben cumplir los elementos de la ontología. Esta transformación lleva implícito el establecimiento de relaciones adaptables a cada dominio, así como la inclusión de gran variedad de descriptores cuya categoría gramatical aporta matices a la semántica de la red, junto a nuevas categorías relacionales que enlazan los recursos de información y las facetas (Roe y Alan, 2013).

Esta situación no puede entenderse sin la orientación de los vocabularios hacia la interoperabilidad en la recuperación de información (*mapping*) que trajeron las normativas Z3919 (2005); BSI (2007) e ISO 25964-1 (2011). En ellas se fomenta y regula el establecimiento de asociaciones semánticas entre descriptores pertenecientes a diferentes vocabularios así como los enlaces entre clases de un vocabulario pertenecientes a diferentes esquemas de conceptos. Si las ontologías cuentan con un mayor desarrollo semántico y diversidad de las relaciones entre los conceptos que los vocabularios controlados se debió a la posibilidad ofrecida por la aparición de vocabularios de etiquetado con mayor capacidad expresiva como: RDF Schema o SKOS Core que a través del módulo DTD (*Document Type Definition*) de XML explica los elementos, atributos, entidades y relaciones permitidos en un documento. De forma que las mismas relaciones que encontrábamos en los tesauros (equivalencia, jerarquía y asociación) pueden atribuirse entre conceptos pertenecientes a un mismo esquema de conceptos. También se pueden realizar enlaces entre términos pertenecientes a diferentes esquemas de conceptos, lo que se puede entender como una asociación semántica entre conceptos pertenecientes a diferentes tesauros. Igual que la propiedad *Skos related* en cuanto relación de propiedad semántica que permite la afirmación de las relaciones de la asociación semántica entre dos conceptos.

La posibilidad de expresar con verbos las relaciones existentes entre nodos de conceptos establece una de las mayores diferencias entre los

SOC tradicionales y su paso a SKOS. El origen se sitúa en la necesidad de declarar las relaciones con el empleo de verbos, de modo que los grafos de representación acabaron con la exclusividad de uso de los sustantivos. Esta forma de formular las redes semánticas se ha incorporado a las propuestas de simbolización lógica imprescindibles a la hora de intercambiar con los ordenadores la estructura de los conceptos. La representación del conocimiento mediante redes semánticas ha tenido una correspondencia indudable en la creación de declaraciones con RDF. Lo que puede parecer obvio, pues no es otra cosa que formalizar el lenguaje natural según la lógica de los predicados. De manera consecuente, las partes de una declaración o sentencia se concretan en la terna sujeto, verbo y objeto.

Nada muy distinto de lo dicho hasta ahora. Si bien hay que reconocer al modelo de datos RDF la apertura y la implantación de cuanto antes afirmábamos respecto a las redes semánticas. Uno de los elementos en los que se basa su modelo, las declaraciones (sentencias, enunciados o triples), combinan un recurso, una propiedad y un valor. Estos tres elementos relacionados se representan mediante nodos conectados por líneas con etiquetas dentro de un grafo unidireccional. Los nodos representan las propiedades del sujeto, como recurso a describir; del predicado o característica que se define para ese recurso y del objeto que da valor del predicado.

Explicación final

La libertad y velocidad de comunicación de los documentos digitales ha impulsado un tratamiento del conocimiento más abierto y cercano al lenguaje natural. Ese mismo contexto obligó a pasar, desde el predominio de las relaciones jerárquicas en la organización científica positivista, a la alternativa de fijar asociaciones entre conceptos para aumentar la precisión y eficacia en la recuperación. Además, se fue desde la consideración del sustantivo como forma de representación privilegiada a aceptar la conveniencia de manejar un léxico más incluyente.

La visualización de los contenidos a través de las pantallas abrió las puertas a su representación en redes semánticas. Su dinamismo permitió asociaciones más funcionales entre los conceptos mediante enlaces cuya determinación se hace por identificación verbal y donde el conocimiento se representa mediante frases simples dispuestas en triples. Se justificaba así el argumento de aceptar las expresiones verbales como un recurso en la evolución de las aplicaciones tecnológicas al tiempo que las relaciones han pasado a expresarse visualmente mediante verbos, teniendo como consecuencia que la tipología de relaciones alcanza un número potencialmente infinito.

Las ontologías son vocabularios enlazados cuya adaptación al espacio conceptual se establece como agrupación de términos en una red semántica, donde cada nodo es un concepto al que se asocian otros conceptos. Estos son elementos precisos, con relaciones concretas en esa red. Integran, así, las estructuras gramaticales con el procesamiento lógico elemental de los esquemas ontológicos. Con la consiguiente progresión para los vocabularios semánticos a la hora de representar los procesos cognitivos. Esta transformación lleva implícita la creación de relaciones adaptables a cada dominio, así como la inclusión de gran variedad de descriptores cuya categoría gramatical aporta matices en la semántica del mapa conceptual y de nuevas categorías relacionales en las que una relación se entiende como un concepto más.

Referências

AITCHISON, J.; GILCHRIST, A. **Thesaurus construction: a practical manual**. London: ASLIB, 1987.

ALA. GREENBERG J.; HEMMASI H.; KUHR P.; MICHEL D.; RIEL S.; STRAWN G., WOOL G. and EL-HOSHY L. **Final Report to the ALCTS/CCS Subject Analysis Committee**. Chicago: ALA, 1999. Disponível em: <http://www.ala.org/alcts/organization/ccs/sac/rpt97rev.html> Acesso em: 28 ago 2018.

AMANN, B.; FUNDULAKI, I. Integrating ontologies and thesauri to build RDF schemas. *In*: ABITEBOUL, S.; VERCOUSTRE, A. (ed.). **Proceedings of the 3rd European Conference on Digital Libraries (ECDL'99). Lecture Notes in Computer Science**. Berlin: Springer-Verlag, p. 234-253, 1999.

ARISTÓTELES. **Posterior Analytics**. Translated by G. MURE. The University of Adelaide, 2007 (lib. II, cap. 7).

ARISTÓTELES. P. **Categorías, de interpretationes; isagógé**. Madrid: Tecnos, 1999.

ARNAUD, A.; NICOLE, P. **La lógica o el arte de pensar**. Madrid: Alfaguara, 1987, p. 328.

BATISTA, G. H. R. Redes de conceitos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, p. 6-17, 2008.

BSI Group. BS 8723. **Structured vocabularies for information retrieval**: guide. London: BSI, 205-2007.

CALLON, M.; COURTAIL, J. P.; TURNER, W.; BAUIN, S. From translations to problematic networks: An introduction to co-word analysis. **Social Science Information sur les Sciences Sociales**, v. 22, p. 191-235, 1983.

DEXTRE CLARKE, S. G.; ZENG, M. L. From ISO 2788 to ISO 25964: The evolution of thesaurus standards towards interoperability and data modelling. **Information Standards Quarterly (ISQ)**, v. 24, n. 1, p. 20-26, 2012.

DEWÈZE, A. **Informatique Documentaire**. Paris: Masson, 1985.

FERRATER MORA, J. **Diccionario de Filosofía**. Barcelona: Alianza Diccionarios, 1984, p. 2665

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

GREEN, R.; PEARL, L.; DORR, B.; RESNIK, P. Mapping lexical entries in verbs database to WordNet senses. *In*: **Proceedings of**

the 39th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics (ACL 2001), Toulouse, France, July 9–11. p. 244-251, 2001.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries:** beyond traditional authority files. Washington, DC: Digital Library Federation, CLIR Resources, 2000.

HUME, D. **A treatise of human nature.** Oxford University Press, Oxford, 1967.

LLULL, R. **Logica nova.** Antoni Bonner (ed.). Palma: NEORL, 1998.

ISO 2788. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri.** Geneva: ISO, 1986.

ISO 25964-1. **Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval.** Geneva: ISO, 2011.

ISO 25964-2. **Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 2. Interoperability with other vocabularies.** Geneva: ISSO, 2013.

LEHMANN, F. Semantic networks. **Computers & Mathematics with Applications**, v. 23, n. 2-5, p. 1-50, 1992.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations:** A preliminary Investigation. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MACULAN, B. C.; OLIVEIRA, G. Â. Borém de. Relacionamentos em tesouros: o valor semântico dos verbos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, p. 182-201, 2014.

MANIEZ, J. **Los Lenguajes documentales y de clasificación:** concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Madrid: Pirámide, Fundación Germán Sánchez Rupérez, 1993.

MOOERS, Calvin N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American documentation**, v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951.

MOREIRO, J. A.; LLORENS, J.; MARZAL, M. A.; MORATO, J.; SÁNCHEZ, S.; BELTRÁN, P. Utilización de estructuras verbales en la identificación de relaciones y descriptores en tesauros II. **Ciencias de la Información**, v. 33, n. 2, p. 3-14, 2002.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; MORATO-LARA, J.; SÁNCHEZ-CUADRADO, S.; RODRÍGUEZ-BARQUÍN, B. A. Categorización de los conceptos en el análisis de contenido: su señalamiento desde la Retórica clásica hasta los Topic Maps. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, v. 20, n. 40, p. 13-31, 2006. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2006000100002 Acesso em: 28 ago 2018.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; BOLAÑOS-MEJÍAS, C. Folksonomies indexing: from the assignment of free tags, to setup subject. A search analysis into the domain Legal History. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 23, 2018.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Adaptación de los vocabularios documentales al ambiente digital en red: léxico, significado y relaciones semánticas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 1, p. 35-46, 2018.

MOTTA, D. F. da. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesauros**. Rio de Janeiro: SENAI / DF, 1987.

PEDRAZA-JIMÉNEZ, R.; CODINA, L.; ROVIRA, C. Web semántica y ontologías en el procesamiento de la información documental. **El profesional de la información**, v. 16, n. 6, p. 569-578, 2007.

ROE, S. K.; THOMAS, A. R. **The thesaurus: review, renaissance, and revision**. Routledge, 2013.

SALES, R. de; Café, L. Diferenças entre tesauros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 99-116, 2009.

- SALES, L. F.; CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. Espanha. 2008. Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 62-76, 2008.
- SÁNCHEZ-CUADRADO, S.; COLMENERO-RUIZ, M^a J.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Tesauros: estándares y recomendaciones. **El profesional de la información**, v. 21, n. 3, p. 229-235, 2012. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/20043/tesauros_moreiro_EPI_2012.pdf Acesso em: 14 set 2018.
- SCHÄUBLE, P. Thesaurus based concept spaces. In: **Proceedings of the 10th annual international ACM SIGIR conference on Research and development in information retrieval**. ACM, p. 254-262, 1987.
- STOREY, V. Understanding semantic relationships. **VLDB Journal**, v. 2, n. 4, p. 455-488, 1993.
- SLYPE, Georges van. **Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez-Pirámide: 1991.
- TUDHOPE, D.; ALANI, H.; JONES, C. Aumenting thesaurus relationships: Possibilities for retrieval. **Journal of Digital Information**, v. 1, n. 8, 2001. Disponível em: <https://journals.tdl.org/jodi/index.php/jodi/article/view/181/160>. Acesso em: 10 set 2018.
- Z39.19-2005. **Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies**. Bethesda, Maryland: NISO Press, 2005. Disponível em: <http://www.niso.org/standards/index.html>. Acesso em: 18 ago 2018.
- ZENG, M. L. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 160-82, 2008.

Organização e Representação da Informação de Textos Narrativos de Ficção: proposta de utilização da Análise do Discurso Literário

João Batista Ernesto de Moraes
Larissa de Mello Lima
Mariana da Silva Caprioli

Introdução

As questões de Organização e Representação da Informação, em sua maioria, abordam elementos vinculados ao texto científico; contudo, García-Marco *et al.* (2010) chamam a atenção para outros aspectos que começam a se fazer presentes.

The revolution of today is about multimedia information, and a great deal of such information does not suit into the frame of traditional scientific reports and articles. They are much nearer to fiction and narrative documents. In fact, narrative-based communications are gaining considerable room in disciplines like education [...] psychology and even in fields like business and management in general, where the “story-telling” movement is gaining importance in marketing, corporative culture management and political communication (GARCÍA-MARCO *et al.*, 2010, p. 395)

Por outro lado, Eriksson (2005) faz a seguinte ressalva:

Although it often may seem so, the classification and indexing of imaginative literature and fiction in particular

is not an issue that has only been discussed in the last few decades. Presumably the first serious article on the subject appeared in 1898, when the noteworthy British librarian Ernest Baker wrote about the classification of fiction in the *Library World* (Baker, 1898), and in the beginning of the 20th century a prolonged discussion concerning the same issue took place in the American Library Association (ALA) after John Thomson had initiated a major fiction classification project at the Wagner Institute Branch of the Free Library of Philadelphi (ERIKSSON, 2005, p. 01).

A rigor, nos últimos quarenta anos, a questão dos textos literários parece ter voltado à tona, pois podem ser encontrados os estudos de Pejtersen (1978, 1979, 1983, 1984,1998), Beghtol (1986, 1992, 1994, 1995, 1997), Hayes (1992), Nielsen (1997), Saarti (1999), García-Marco; García-Marco (1997), dentre outros. Porém, deve-se observar que tais estudos concentram seu foco nas questões de indexação, classificação ou recuperação da informação, ou seja, as preocupações recaem antes sobre a questão dos produtos documentais; deve-se acrescentar, ainda, que tais produtos documentais, em sua maioria, focam a questão do gênero (romance, poesia, drama), da nacionalidade (Romance Inglês, Romance Brasileiro), ou mesmo rotulado sob o genérico “ficção”. Como exemplo, vejam-se os critérios propostos por Veiga e Martha (1986) para a classificação de obras literárias:

Na classificação de uma obra literária, no sentido estrito, devemos considerar os seguintes elementos:

- Língua em que foi escrita a obra
- Gênero ou forma
- Tema ou assunto
- Nacionalidade do escritor
- Local e data da publicação
- Teoria, ciência e técnica literária (VEIGA; MARTHA, 1986, p. 13)

O fato é que, no momento em que a “matéria prima” da análise recai sobre os textos narrativos de ficção, a complexidade aumenta consideravelmente, pois o modelo metodológico de identificação de conceitos elaborado para textos científicos, pautado na leitura documental de partes canônicas do texto, tais como título, subtítulo, resumo, etc. (CHAUMIER, 1988), não se aplica a textos narrativos, pois a estrutura destes textos assume outras formas de evidenciar seu conteúdo.

Desta forma, este estudo propõe a utilização da Análise do Discurso como forma de evidenciar o conteúdo de tais documentos.

Para tanto, será feita uma síntese do histórico da Análise do Discurso, seguida por uma experimentação de tal análise em textos narrativos de ficção.

Análise do discurso: elementos históricos

Não existe um consenso quanto ao estatuto histórico-conceitual da Análise do Discurso, pois ela é ponto de partida para correntes teóricas que tratam o discurso sob óticas diversas, ou seja, o enfoque a ser tomado depende de uma decisão que corresponda aos temas e objetivos de cada trabalho.

Neste caso, acredita-se ser pertinente percorrer os elementos do estatuto histórico conceitual da disciplina partindo do cenário francês com Foucault (1972), Pechêux (1983), Maingueneau (2006).

Começando então pela figura icônica de Michel Foucault na Análise do Discurso de Matriz Francesa, polêmico em relação à corrente de pensamentos em que se enquadrava em a “Ordem do discurso”, por exemplo, o autor lança uma crítica aos pensadores que enquadram seus estudos enquanto “estruturalistas”. Este livro representa uma síntese da primeira aula do filósofo ao assumir a Cátedra no Collège de France:

Ao menos uma coisa deve ser sublinhada: a análise do discurso assim entendida, não desvenda a universalidade

de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, de afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. E agora os que têm lacunas de vocabulário que digam-se isso lhes soar melhor, que isto é estruturalismo (FOUCAULT, 1972, p. 70).

Na passagem acima, Foucault (1972) destaca o fato do sentido não ser único, mas perpassado por camadas de validação que ao se cruzarem causam o impacto da rarefação, que, nada mais é do que a materialidade dos enunciados; estes, por sua vez, ao se relacionar, desembocam na multiplicidade de sentidos. A partir de então, surge o poder de afirmação de determinado sentido em detrimento de outro.

Ao negar o rótulo de estruturalista, ele deixa de lado um legado de discussões oriundas da linguística de Saussure que mudou os paradigmas das ciências humanas do século XX com a marcante presença do estruturalismo em suas dicotomias.

Colocando em pauta outras maneiras de situar o discurso, temos a figura de Michel Pêcheux (1983), filósofo contemporâneo aos estudos de Foucault, que entende o discurso diante da perspectiva do acontecimento, da estrutura e da descrição, ou seja, o foco de Pêcheux é trabalhar estes três elementos em relação ao contexto, retomando a materialidade do enunciado. Este filósofo coloca em dúvida a situação do objeto discurso, ancora sua dúvida na perspectiva da opacidade do acontecimento, ou seja, para o referido autor, o enunciado, na análise do discurso, possui materialidade, porém tal materialidade está inserida na opacidade do acontecimento.

Temos então a vertente centrada nos postulados de Maingueneau (2006), denominada *discurso literário*, que busca analisar as enunciações focando na tipologia documental que é texto narrativo de ficção. Pode-se dizer que a escola Francesa da Análise do Discurso e a análise do discurso literário compartilham o olhar sob a dimensão textual

discursiva enquanto uma ruptura com a materialidade linguística. A abordagem aplicada deste trabalho parte da teoria de Maingueneau (2006), já referenciado acima, refere-se a esta como efeito de sentido entre interlocutores.

Análise do Discurso Literário de Contos

Para análise dos contos, usaremos como metodologia a Análise do Discurso, mais especificamente a Análise do Discurso Literário. Entretanto, como já observado e estudado, não existem, explicitados na literatura sobre os temas, procedimentos específicos para a realização de uma análise discursiva, sendo ela científica, como já efetuada em outros trabalhos, ou literária, como se pretende fazer aqui.

Observando os processos trazidos por Orlandi (2008), fica claro que o discurso literário também pode ser analisado por meio deles, obviamente que observando as singularidades da literatura e adequando os processos para isso. É interessante observar, também, que esses processos sendo utilizados em obras narrativas de ficção, pode-se pensar em um prosseguimento da pesquisa, onde textos narrativos de ficção e textos científicos dialoguem e possam ser analisados conjuntamente, ou em um mesmo contexto. Vale ressaltar, também, que os processos para análise do discurso faz parte da metodologia do trabalho, entretanto, se faz importante estar presente nessa sessão, onde a análise será realizada, para que possa ser explanada de maneira ampla e clara.

Para a análise do discurso, então, nos utilizamos da seguinte sintetização:

“Primeiro tratamento de análise superficial”:

Momento em que se tem um contato primário com a superfície linguística do texto. É também neste momento em que é exposto o elemento do arquivo, ou seja, o corpus que será submetido à análise.

“Transformação da superfície linguística em objeto discursivo”:

Para efetuar esta transformação é necessário realizar uma pergunta norteadora: “O que é dito neste discurso? O que é dito em outro discurso?” A partir de tal estruturação, expõe-se o objeto discursivo a partir dos fenômenos linguísticos discursivos (paráfrase, polissemia, polifonia) que incidem sobre ele.

“Do objeto discursivo para o processo discursivo”:

Momento em que a pergunta norteadora é: “Por que isso e não outro?”. Na resposta em cada análise será atingido o processo discursivo, que mostra a relação que aquele dizer tem com o seu exterior (ORLANDI, 2008 apud LIMA, 2015, p. 18-19).

Sendo esquematizado da seguinte forma:

Quadro 1 – Etapas da Análise do Discurso

Etapas das análises	“Primeiro tratamento de análise superficial”		“Transformação da superfície linguística em objeto discursivo”	“Do objeto discursivo para o processo discursivo”
Perguntas norteadoras	<i>“quem diz?”</i>	<i>“como diz?”</i>	<i>“O que é dito neste discurso?”</i>	<i>“Por que isso e não outro?”</i>
Texto Analisado	Autor	O texto como é apresentado.	Expressões e conceitos importantes retirados da análise do texto.	O contexto retirado do texto, explicitando as formações do autor.

FONTE: Elaborada pelos autores

No presente trabalho o foco foi as duas últimas etapas: **“Transformação da superfície linguística em objeto discursivo”** e **“Do objeto discursivo para o processo discursivo”**. Sendo o “Quem diz?”, o autor Dalton Jérson Trevisan, Curitiba, nascido em 14 de junho de 1925, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná, vencedor do Premio Camões de 2012 - uma das maiores honrarias da língua brasileira - e conhecido por “Vampiro de Curitiba” por se tratar de um homem misterioso e excêntrico, fazendo alusão a uma de suas mais famosas obras.

Trevisan continua a publicar livros atualmente e a obra aqui escolhida para análise, o “Como diz?”, se trata do livro “Arara Bêbada” publicado em 2004, onde se encontram publicados cento e um minicontos repletos de ironia cortante e humor ácido, retratando várias facetas das condições humanas.

O conto escolhido do livro se encontra a seguir:

“Dois Açucareiros”:

O conto começa com a descrição de uma situação comum em lares: a recepção de visitas, onde se aproveita para conversar e mostrar as melhores louças que a dona da casa possui (essa prática era muito comum antigamente, onde se deixava “as melhores peças” tanto de roupa quanto de utensílios da casa, para ocasiões especiais). As visitas elogiam o jogo de porcelana da anfitriã e então exclama: “Lá em casa o nosso tem dois açucareiros.”. Após a fala, a esposa do falante aparentemente fica brava, e antes que possa dizer alguma coisa, o marido completa: “O de louça. E essa aí!”.

Com o diálogo podemos afirmar que existem no mínimo três pessoas na conversa, onde uma delas se trata da anfitriã ou anfitrião da casa, também que a esposa do falante ficou brava por sua constatação por não ser gentil faz comparações com objetos de pessoas quando se está de visita. O complemento da frase do marido é inusitado e romântico, ao mesmo tempo. É claro que ele se adianta para concluir seu pensamento por conta do comportamento da esposa, porém, se

trata de um complemento, embora que em tom de ironia, um tanto quanto carinhoso.

Chamar a esposa de açucareiro pode ser visto como um elogio, pois açucareiro, literalmente falando, está cheio de açúcar, então estaria usando a metáfora para dizer que ela é uma pessoa cheia de doçura. Porém, também pode ser uma ironia, pois a frase foi dita após a esposa ficar aparentemente brava com o marido, então ele poderia estar se referindo a ela como uma pessoa doce por ironia, visto que aparenta ser brava e nos levando a pensar, até, em uma pessoa amarga. Quando usa a expressão “E essa aí”, a segunda possibilidade parece mais adequada, por se tratar de uma expressão não muito educada e que tem a intenção de exemplificar o que diz.

O uso da ironia é mais uma vez observada no conto de Trevisan, dessa vez por meio da figura de linguagem metáfora. A metáfora pode ser entendida como um artifício linguístico capaz de produzir transferência de significados de um termo para outro, por meio de comparação nem sempre explícita.

Tal análise se trata de especulações por parte do analista, que visa observar o contexto e ideias que possam estar escondidas por trás do discurso escrito.

É nesse momento da análise que observamos se o texto conta com as ideias força do Discurso Literário, o tornando, então, um Discurso Literário legítimo, da seguinte forma: No conto podemos afirmar que o discurso literário é legítimo, pois: 1) *O discurso supõe uma organização transfrástica* – se submete às regras de organização que vigoram nos contos, como visto na “*estrutura de contos*”. 2) *O discurso é uma forma de ação* – Interage por meio da linguagem (diálogo entre os personagens) com o leitor, mobilizando-o a corresponder à vontade do autor no ato de linguagem proferido. 3) *O discurso é interativo* – Tem intercâmbio, de relações de linguagem entre os interlocutores reais (leitor) e fictícios (personagens), estando vinculado ao princípio de cooperação. 4) *O discurso é orientado* – Se desenvolve no tempo,

constituído em função de ser entendido, tendo seus enunciados fortemente controlados e dispondo de características de conto com jogo de palavras e significação para um público determinado pelo locutor (jovens adultos/adultos). 5) *O discurso é contextualizado* – É contextualizado, Por se tratar de um conto com construção mais cotidiana, aparentando quase como se o próprio autor tivesse passado por isso. Porém, volta a se valer da ironia, mas agora com o uso da figura de linguagem metáfora. Além de mostrar sua formação ideológica. 6) *O discurso é assumido por um sujeito* – É assumido não por só um, mas dois sujeitos, com elementos dêiticos implícitos que colaboram para a observação dos diálogos do conto, elemento de extrema importância em discursos literários, visto que mostra o sujeito assumindo a enunciação e se inscrevendo no discurso, com elementos linguísticos que colocam em evidencia o tempo e o lugar, mesmo que implícito, e indicam os participantes de uma situação do enunciado envolvendo dois falantes. 7) *O discurso é regido por normas* – É regido por normas específicas para o tipo de gênero tratado, legitimando a formação de uma unidade com exercício de fala, essas normas são:

Estrutura de contos

- **Ação:** Densidade e intensidade, predominando a intensidade;
- **Tempo:** Cronológico (metafísico) – implícito;
- **Espaço:** A casa de anfitriões que recebem visitas;
- **Personagens:** personagens planas (aparentemente quatro pessoas);
- **Ponto de vista:** Terceira pessoa, o narrador conta a história como observador;
- **Recursos narrativos:** Diálogos, Descrição e Narração;
- **Classificação do conto:** Conto de personagem.

8) *O discurso é considerado no âmbito do interdiscurso* - Tem seu papel assumido no interior de outro discurso, visto que se trata um conto que faz parte de um livro, onde o autor expressa várias ideias, sendo essa apenas uma delas, possuindo esse tom específico de gênero que se insere na atividade discursiva da literatura.

Observa-se que o autor se utiliza do elemento pré-construído, onde retoma outros discursos, anteriores e posteriores a esse proferido, expressando uma FI muito mais forte em comparação com os outros contos, em que o sujeito que diz, aqui o autor enunciador, está inserido e domina a conjuntura. Se utiliza também do elemento humor.

Então, é possível observar, aqui, onde a Análise do Discurso e os estudos literários se encontram, tornando possível considerar o fato literário como discurso.

Do objeto discursivo para o processo discursivo “Porque isso e não outro?”

No conto “Dois Açucareiros” o autor diz por conta da formação discursiva e ideológica, como nos outros contos, nesse se destacando muito mais sua formação ideológica do que a discursiva. Por tratar de um conto com construção mais cotidiana, aparentando quase como se o próprio autor tivesse passado por isso. Porém, volta a se valer da **ironia**, mas agora com o uso da figura de linguagem **metáfora**.

A metáfora se trata de uma figura de linguagem empregada fora de seu sentido literal, concreto. Usa-se uma comparação implícita que fica subentendida no texto e se caracteriza por comprar sem que precise se utilizar de termos comparativos.

O autor se utiliza da metáfora para dar um tom irônico ao texto. Ao comparar a esposa com um açucareiro, ele explicita sua ironia, mais uma vez, pela maneira que o faz.

Reflete em suas obras a sociedade de forma viva e incisiva, sempre atento ao seu progresso, e, ainda, à temas marginais da sociedade de

forma humana, porém irônica e icônica, expressando sua formação e deixando claro que se trata de um observador atento dos pormenores da realidade humana. Sua iconicidade e ironia o permitem tratar do assunto de forma humorada, para que consiga transmitir o que pretende, de forma clara a ser entendida por seus leitores. Ele se vale de figuras de linguagem e construções verbais muito comuns e utilizadas no cotidiano como o humor, a ironia e a metáfora.

Considerações Finais

É possível afirmar com a realização deste trabalho que os textos narrativos de ficção não possuem uma metodologia própria para ser representado em uma unidade de informação, sendo representado conforme as regras que servem de maneira mais fiel a textos científicos.

Para tanto, foi realizada uma síntese de três fases da Análise do Discurso, seguida por uma experimentação de tal análise em textos narrativos de ficção.

A experimentação realizada neste trabalho confirmou o fato literário enquanto discurso, perspectiva esta positiva que a leva a um patamar de futura referência para pesquisas que sigam o mesmo caminho, facilitando estudos futuros.

Referências

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June 1986.

BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 1, p. 30-44, 1995.

BEGHTOL, C. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. *Knowledge Organization*, v. 24, n. 2, p. 64-71, 1997.

BEGHTOL, C. *The classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1994.

BEGHTOL, C. Toward a theory of fiction analysis for information storage and retrieval. In: WILLIAMSON, N.J.; HUDON, M. *Classification research for knowledge representation and organization*. Amsterdam: Elsevier, 1992.

COUTINHO, A. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ERIKSSON, R. The classification and indexing of imaginative literature. Paper from the *16th ASIS&T SIG/CR Classification Research Workshop*, Charlotte: NC, October 29, 2005.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

GARCÍA-MARCO, F. J. Understanding the categories and dynamics of multimedia information: a model for analysing multimedia information. In: *Proceedings of the Ninth International ISKO Conference*, Vienna, July 4th-7th, 2006, Frankfurt/Main, Indeks Verlag, 2006, p. 395-404.

GARCIA-MARCO, F. J.; MORAES, J. B. E.; GARCIA-MARCO, L.F.; GUIMARÃES, J. A. C. Knowledge organization on fiction and narrative documents: a challenge in the age of multimedia revolutions. In: GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (org.) *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010. p. 262-268.

GARCÍA-MARCO, L. F.; GARCÍA-MARCO, F. J. El resumen de documentos literarios narrativos: algunas propuestas metodológicas.

Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación, 2, p. 73-85, 1997.

HAYES, S. Enhanced catalog access to fiction: a preliminary study. *Library Resources & Technical Services*, v. 36, n. 4, p. 441-59, 1992.

NIELSEN, H. J. The nature of fiction and its significance for classification and indexing. *Information Services & Use*, v. 17 n. 2-3, 171-181, 1997.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1983.

PEJTERSEN, A. M. Fiction and library classification. *Scandinavian Public Library Quarterly*, n.1, p. 5-12, 1978.

PEJTERSEN, A. M. The meaning of 'about' in fiction indexing and retrieval. *Aslib Proceedings*, v. 31, n. 5, p. 251-257, May, 1979.

PEJTERSEN, A. M.; ALBRECHTSEN, H.; SANDELIN, R.; LUNDGREN, L.; VALTONEN, R. The Scandinavian book house: indexing methods and OPAC development for subject access to Scandinavian fiction literature. In: *ADVANCES in classification research*, v. 6, p. 99-113, 1998.

PEJTERSEN, A. M.; AUSTIN, J. Fiction retrieval: experimental design and evaluation of a search system based on users' value criteria: part 1. *Journal of Documentation*, v. 39, n. 4, p. 230-246, 1983.

TREVISAN, D. *Arara bêbada*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Princípios e Aspectos Conceituais do RDA e as Pesquisas Brasileiras

*Zaira Regina Zafalon
Raido de Sousa Machado*

Introdução

Estudos que envolvem a discussão dos princípios e dos aspectos conceituais da catalogação requerem a visitação aos teóricos de tempos remotos, como Cutter, Jewett, Lubetzky, Panizzi, Ranganathan, mas também a avaliação das discussões propostas pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e pelas comissões voltadas para debater a revisão de instrumentos de catalogação¹⁴ e de modelos conceituais propostos para o universo bibliográfico, arquivístico e do patrimônio cultural.

Na Ciência da Informação o emprego de tecnologias de informação e comunicação se tornou constante tanto no gerenciamento de estoques informacionais quanto na oferta diferenciada de produtos e serviços. Se considerarmos que os recursos informacionais tiveram sua natureza modificada por conta do vínculo natural com as tecnologias vigentes, será possível entender que esse processo simbiótico também ocorre quanto à representação documental e ao acesso a tais recursos, fato que insere esta pesquisa no contexto sócio-tecnológico contemporâneo.

Ranganathan e Gopinath (1967, p. 543) indicaram a necessidade de recorrer aos mecanismos computacionais, como substitutos das

14 Joint Steering Committee for Revision of Anglo-American Cataloging Rules (JSC-AACR), Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC-RDA), RDA Steering Committee (RSC).

atividades manuais e mecânicas das bibliotecas. Daí compreende-se que, por meio de estruturas computacionais e da geração, uso e reuso dos metadados, realizados mediante a adoção de métodos e de instrumentos de representação, que atividades de armazenamento, organização, preservação, distribuição e acesso aos recursos informacionais são favorecidas. Aliado a esses fatores e por considerar a demanda informacional por parte de diferentes públicos, a diversidade documental e o crescimento exponencial de acervos nas mais diversas instituições de patrimônio cultural é que se justificam a reconfiguração de conceitos da catalogação e de critérios para a elaboração de registros bibliográficos, e a conseqüente avaliação, discussão e proposição de instrumentos de representação documental.

É nesse cenário que o RDA – Resource Description and Access foi proposto: um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções que direcionam a criação de metadados de recursos informacionais de bibliotecas e de instituições de patrimônio cultural em consonância com modelos conceituais internacionais para aplicações de dados vinculados focados nos usuários (RDA STEERING COMMITTEE, 2018).

Por considerar esse panorama, esta pesquisa busca apresentar princípios e aspectos conceituais intrínsecos ao RDA e as pesquisas brasileiras que dele se ocupam. Com abordagem qualitativa, a pesquisa assume uma relação dinâmica com o mundo real; pelo caráter exploratório, oferece, por meio da pesquisa bibliográfica, “[...] dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.” (GONSALVES, 2011, p. 67); e, diante dos objetivos, a pesquisa encarrega-se do caráter descritivo sobre as características do objeto de estudo.

Princípios e Aspectos Conceituais da Catalogação

No domínio da catalogação os registros bibliográficos são elaborados a partir de convenções advindas de comunidades de prática e consagram-se em esquemas tradicionais e internacionais de descrição

e de visualização de dados bibliográficos, desenhados a partir da adoção de padrões de metadados estruturais e de conteúdo.

Compreende-se a catalogação como o processo de elaboração de metadados de recursos informacionais, pelo tratamento descritivo e temático, e da definição de dados para sua localização tendo em vista a garantia de acesso a tais recursos, quer seja por ações de busca e recuperação dos itens documentais pelo público humano ou pela interpretação dos metadados por agentes computacionais.

O ato representacional dos recursos informacionais recorre a aspectos descritivos e de conteúdo do objeto informacional e se efetiva por meio de relações entre o registro documental e o seu representado, bem como entre os próprios recursos bibliográficos. Isso decorre do fato de a representação conceber formas de tornar o representado reconhecível diante de dada situação, contexto e público (ZAFALON; DAL'EVEDOVE, 2016, p. 4).

Ao considerar a interpretação dos metadados em meios automatizados, Zafalon (2012) indica que, nestes, há diferença entre os aspectos representacionais daqueles de visualização dos registros bibliográficos, o que não ocorre quando os registros são criados em meio mecânico.

Ao ponderar as circunstâncias experienciadas pelas mais diversas unidades de informação tem início um movimento internacional que intenciona discutir a catalogação e as questões tecnológicas que a permeiam de modo a recolocar o usuário no centro das atenções das atividades por elas desenvolvidas. Como resultado dessa mobilização são [1] definidos modelos conceituais voltados à identificação de estratégias para a definição dos processos de interação entre usuários e catálogos online, [2] debatidos os princípios da catalogação e [3] propostos novos instrumentos de catalogação.

Dentre os modelos conceituais no universo bibliográfico o destaque é dado à *International Federation of Library Associations and*

Institutions (IFLA), com o *Functional Requirements for Bibliographical Resources* (FRBR), publicado em 1998 (com correções em 2009), que impulsionou o desenvolvimento de outros modelos conceituais: *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), em 2009 (com correções em 2013), *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), em 2011, *Functional Requirements for Bibliographic Records – Object Oriented* (FRBRoo), em 2016, *PRESSoo* (versão 1.2), também de 2016, e o *IFLA Library Reference Model* (IFLA LRM), de 2017.

No âmbito arquivístico, a proposição de modelo conceitual para a representação arquivística, ainda em discussão, é feita pelo *International Council on Archives* (ICA), com o *Records in Contexts: a conceptual model*, datado de 2016. Proposto pelo *International Council of Museums* (ICM) e pelo *International Committee for Documentation* (ICOM), o *CIDOC Conceptual Reference Model* (CIDOC-CRM) é reconhecido desde 2006 como padrão ISO, identificado como ISO 21127.

Quanto aos princípios da catalogação cabe dizer que a proposta vigente antes de a tecnologia se tornar *modus vivendi* era de 1961, com os Princípios Internacionais de Catalogação, os quais buscavam dar o embasamento necessário para a padronização internacional. Em 2009, com *The Statement of International Cataloguing Principles* (ICP), o escopo definido anteriormente foi ampliado: passa a considerar outros recursos informacionais, além dos textuais, e a indicar a necessidade de valorizar todos os outros dados bibliográficos e de autoridade, que não somente aqueles da entrada (ponto de acesso principal). Além disso, o documento de 2009 apresentava, para mais de princípios e objetivos, regras que deveriam compor os códigos de catalogação e as orientações sobre busca e recuperação. Com nova revisão proposta, revista e atualizada em 2014 e em 2015, a *IFLA Cataloguing Section* e o *IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code*, aprovam, em 2016, os *Statement of International Cataloguing Principles* (ICP), edição que “considera novas categorias de usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade e a acessibilidade de dados,

recursos das ferramentas de descoberta e a mudança significativa do comportamento dos usuários.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 4, tradução nossa).

O novo documento, que valoriza tanto a tradição da catalogação quanto os modelos conceituais da IFLA, cobre o escopo dos princípios de catalogação, com a indicação de seus princípios gerais, as entidades, atributos e relações, que honram os modelos conceituais do universo bibliográfico, a descrição bibliográfica e os pontos de acesso, os objetivos e as funções do catálogo, e os fundamentos dos recursos de pesquisa. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

No bojo dessas discussões iniciam-se esforços, na última década do século passado, em prol da proposta de um novo padrão de catalogação, sumarizados por Weiss e Larkin (2006) como: a *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, realizada em Toronto (Canadá), em 1997, a publicação de *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), em 1998, a realização de *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code* (IME-ICC), encontros anuais realizados no período de 2003 a 2007, em diferentes continentes, e o plano estratégico para o AACR, datado de 2004, preparado pelo *Joint Steering Committee for Revision of AACR* e afeiçoado pelo *Committee of Principals for AACR*. A busca pela definição de um novo código de catalogação passa pela discussão da viabilidade de que isso acontecesse de modo a se configurar como o AACR3, em substituição ao AACR2, o que não se realiza, por conta do merecido enfoque internacional e o contexto anglo-americano que ficaria marcado, não obstante a intenção de manutenção de compatibilidade entre ambos.

Está batizado, em 2005, o RDA: *Resource Description and Access*, desenvolvido para atender às novas exigências, em âmbito internacional, de representação e organização da informação nos meios tecnológicos.

RDA e as Pesquisas no Brasil

O perfil dos usuários foi modificado, o que requer que sejam desenvolvidas atividades que condigam com o ambiente que o usuário vivencia dentro e fora das unidades de informação.

Os objetivos que norteiam a construção do RDA focam os ambientes informacionais digitais e cobrem as necessidades atuais e futuras dos serviços centrados no usuário. Além disso, foi desenvolvido com a pretensão de se tornar um padrão internacional, com base nos modelos conceituais FRBR e FRAD, e traz a proposta de relacionar dados bibliográficos. Oliver (2011, p. 3) afirma que o RDA “oferece os princípios e as instruções para registro de dados de recursos hoje conhecidos e os que ainda venham a ser desenvolvidos”.

Os objetivos que regem o desenvolvimento do RDA foram elaborados com a intenção de fazer com que determinado recurso – impresso ou digital, palpável ou não – seja descrito e acessado de maneira simples e eficiente e consideram, conforme apresentados pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009): abrangência, consistência, clareza, racionalidade, circulação, compatibilidade, adaptabilidade, e de uso fácil e eficiente.

Tais objetivos indicam a clara intenção de o RDA coadunar instruções centradas no usuário. Nesse sentido, princípios como generalização, especificidade, não redundância, terminologia, e estrutura de referência foram levados em conta no documento elaborado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009). O princípio da generalização indica que as instruções devem voltar-se a todos os suportes; quanto à especificidade é relevante notar o tratamento único a ser dado aos recursos informacionais em relação aos pontos de acesso, o que faz com que redundâncias sejam evitadas. O princípio da terminologia dá sustento ao RDA para o seu uso internacional, haja vista as diretrizes intimamente ligadas aos modelos conceituais FRBR e FRAD. A estrutura de referência, por sua vez, vislumbra a coerência

das instruções do RDA tendo em vista o uso de orientações específicas para registros que exijam tal particularidade.

No Brasil, a dinâmica das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Organização e Representação da Informação já foi objeto de estudo em várias ocasiões. Por outro lado, estudos que envolvem o RDA mostraram-se incipientes, talvez por conta da inexistência de documentos que o colocam como centro das ações político-institucionais da Fundação Biblioteca Nacional (BN) do Brasil, agência nacional de catalogação, e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Não obstante, as duas instituições promoveram eventos nos quais o RDA foi também objeto de discussão.

Proposto pela BN, o Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) teve duas edições: em 2012, realizado em conjunto com o III EEPC, sem estudos de pesquisadores brasileiros sobre o RDA, e, em 2013, realizado em conjunto com o IX Encontro Internacional de Catalogadores, com comunicação de Liliana Giusti Serra, de Iuri Noimann Hatsek e Araci Isaltina Andrade Hillesheim, e de Marcelo Votto Teixeira.

Dentre os eventos organizados pela FEBAB¹⁵, tanto o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB) quanto o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), o RDA foi destaque:

a) em 2013, no XXV CBBB, realizado em Florianópolis (SC), com comunicação de Denise Mancera Salgado e José Fernando Modesto da Silva, e, em paralelo, na Reunião Técnica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEP-CAT), organizada por Zaira Regina Zafalon, as comunicações de Ana Maria Pereira, de José Fernando Modesto da Silva, de Liliana Giusti Serra e de Marcelo Votto Teixeira;

15 Não foram identificados trabalhos ou atividades paralelas voltadas para o RDA no CBBB realizado em 2005, em 2007 e em 2011. Não foi possível ter acesso ao Programa do CBBB realizado em 2009. Quanto ao SNBU não foi possível ter acesso ao Programa de 2006 e de 2008, e, nos anos de 2010 e de 2012, não foi encontrada nenhuma referência ao RDA.

b) em 2014, no XVIII SNBU, realizado em Belo Horizonte (MG), com comunicação de Raildo de Sousa Machado e minicurso ministrado por Fabrício Assumpção;

c) em 2015, no XXVI CBBB, realizado em São Paulo (SP), com comunicação de Daniele Cristina Gonçalves Brene Pires, Denise Mancera Salgado e José Fernando Modesto da Silva, e evento paralelo, intitulado *Conversando sobre Representação da Informação no Contexto Digital*, com participação de Fabrício Assumpção, Concilia Teodósio e Zaira Regina Zafalon, e moderação de Fabiano Ferreira de Castro;

d) em 2016, no XIX SNBU, realizado em Manaus (AM), com comunicação de Raildo de Sousa Machado e minicurso ministrado por José Fernando Modesto da Silva;

e) em 2017, no XXVII CBBB, realizado em Fortaleza (CE), durante o evento paralelo intitulado *IV Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação*¹⁶ (EEPC), organizado por Zaira Regina Zafalon, que também proferiu palestra, e com comunicação oral de José Fernando Modesto da Silva e Liliana Giusti Serra, de Marcelo Votto Texeira, Michelangelo Mazzardo Viana, Clarissa Jesinska Selbach, Loiva Duarte Novak e Salette Maria Sartori;

f) em 2018, no XX SNBU, realizado em Salvador (BA), com comunicação de Felipe Reis e Luciana Cândida Silva.

Cabe destacar que o EEPC é resultado de um movimento liderado pelos membros do GEPCAT, que nasce como proposição dos participantes de vários estados brasileiros no Encontro de Docência em Catalogação, realizado em 2008, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi nesse Encontro que Rosa Correa, representando a FEBAB, indica que discussões sobre catalogação serão retomadas pela instituição, o que inclui a RDA.

16 Como recomendação IV EEPC foi indicada a necessidade de tradução da RDA para o português, com a possibilidade de ajustes nos exemplos, que facilitem a compreensão e adoção pelas unidades de informação brasileiras.

O GEPCAT mobilizou esforços para a realização do II EEPC, em Belo Horizonte, em 2010, com a coordenação de Cristina Dotta Ortega e Lídia Alvarenga; e do III EEPC, em evento conjunto com o I Encontro Nacional de Catalogação (ENACAT), promovido pela Fundação Biblioteca Nacional e realizado no Rio de Janeiro, em 2012.

O RDA foi discutido no II EEPC, com comunicação de Zaira Regina Zafalon e Eliane Serrão Alves Mey, e no III EEPC, com a participação de Geraldo Salta, que profere a conferência de abertura.

No âmbito do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), os trabalhos apresentados são frutos das pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação no domínio da Ciência da Informação e incitam o debate pela comunidade acadêmica.

Assim, para que fosse possível identificar as pesquisas brasileiras desenvolvidas que estudam o RDA foi considerado o acervo disponível na coleção BENANCIB, disponível no Repositório Questões em Rede, agrega e disponibiliza os trabalhos apresentados no ENANCIB nas edições de 1994 a 2016, e os anais do último evento realizado, datado de 2017¹⁷. Foram encontrados 21 documentos no BENANCIB e um nos anais de 2017.

Em uma análise inicial notou-se que o RDA é identificado nos resultados de busca de trabalhos apresentados em quatro Grupos de Trabalho (GT):

- a) GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, com a comunicação de Elisabete Gonçalves de Souza, Darlene Alves Bezerra e Wellington Freire Cunha Costa;
- b) GT2 – Organização e Representação do Conhecimento, com nove comunicações: de Darlene Alves Bezerra e Carlos Henrique Marcondes,

¹⁷ Durante o desenvolvimento da pesquisa os documentos da edição de 2017 não estavam disponíveis no BENANCIB.

de Dulce Baptista, de Célia da Consolação Dias e Cintia de Azevedo Lourenço, de Morgana Carneiro de Andrade e Brígida Maria Nogueira Cervantes, de Lídia Alvarenga e Kátia Lucia Pacheco, de Zaira Regina Zafalon e Paula Regina Dal'Evedove, de Geneviane Duarte Dias e Brígida Maria Nogueira Cervantes, de Daniela Lucas da Silva e Renato Rocha Souza, e de Eli Regina da Silva Amorim e Ana Maria Pereira;

c) GT7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a comunicação de Horácio Francisco Zimba e Suzana Pinheiro Machado Mueller;

d) GT8 – Informação e Tecnologia, com 11 comunicações, sendo duas de Fabiano Ferreira de Castro e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, e, com uma comunicação cada de Raquel Bernadete Machado e Ana Maria Pereira, de Maria Elisabete Catarino, Brígida Maria Nogueira Cervantes e Terezinha Batista de Souza, de Fabiano Ferreira de Castro, Ana Carolina Simionato e Zaira Regina Zafalon, de Fabrício Silva Assumpção e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, de Ana Carolina Simionato, de Ana Carolina Simionato e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, de Januário Albino Nhacuongue e Moisés Lima Dutra, de Wellington Freire Cunha Costa e Elisabete Gonçalves de Souza, de Marcos Luiz Mucheroni, Camila Ribeiro e Daniel Costa de Paiva.

Ao aproximar-se dos estudos, nota-se que a comunicação apresentada no GT7 discutia a institucionalização da Ciência e da Tecnologia em Moçambique, e que a referência ao RDA se dava ao mencionar a República Democrática Alemã no bloco socialista.

Se considerarmos os aspectos quantitativos é possível assumir que as pesquisas sobre o RDA estão mais vinculadas à relação entre Informação e Tecnologia, nos estudos do GT8, do que nos estudos de Organização e Representação do Conhecimento, no GT2. Porém, em uma análise proximal, nota-se que, em duas comunicações do GT8, o RDA é mencionado no título de artigos indicados nas referências do trabalho apresentado, e, em outra, é mencionado em nota de rodapé;

em uma comunicação do GT2 também há a ocorrência de mencionar o RDA em nota de rodapé. Em todos esses casos o RDA não fazia parte do escopo do estudo, e, portanto, foram desconsiderados do *corpus* de análise estudado.

Dentre os 17 documentos analisados foi possível reconhecer que as pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre RDA ainda são incipientes, se consideradas as datas de 2005, quando houve a proposta, e de 2010, com a sua publicação. Esse cenário é comprovado visto que a primeira publicação que cita o RDA é datada de 2008 e que o destaque no evento acontece em 2012 e em 2013, com três publicações por ano no GT2 e duas no GT8, também por ano, quadro revertido em 2016, com o GT2 com uma pesquisa e o GT8 com três. Em 2015 e em 2017 identificou-se somente uma publicação por ano, uma no GT8 e outra no GT2, respectivamente.

Diante da temática nas pesquisas nas quais o RDA foi identificado nota-se forte vínculo com modelo conceitual nas pesquisas de Baptista (2008), Pacheco e Alvarenga (2012), Bezerra e Marcondes (2013), Catarino, Cervantes e Souza (2013), Dias e Lourenço (2013), Machado e Pereira (2016). Pesquisas que relacionam o RDA como padrão de metadados, bem como com outros padrões, está presente nas pesquisas de Baptista (2008), Andrade e Cervantes (2012), Castro e Santos (2012), Dias e Cervantes (2012), Mucheroni, Ribeiro e Paiva (2012), Silva e Souza (2013) e Simionato e Santos (2015). A relação do RDA com a formação profissional está presente nas pesquisas de Pacheco e Alvarenga (2012), Zafalon e Dal'Evedove (2016) e Amorim e Pereira (2017), sendo que estas também preocupam-se com a implementação do RDA. Quando se vislumbra a contribuição do RDA para ampliação do escopo dos padrões de metadados é possível notar a contribuição de Catarino, Cervantes e Souza (2013), Castro e Santos (2013), Castro, Simionato e Zafalon (2016) e Nhacuongue e Dutra (2016).

Tendo sido apresentada a configuração das pesquisas no Brasil sobre RDA propõe-se a avaliação geral da pesquisa no próximo tópico.

Considerações Finais

O cenário atual presente nos estudos de Organização e Representação da Informação cinge relação simbiótica entre o perfil e as demandas de usuários, a diversidade documental e as aplicações tecnológicas, o que consolida a proposição do RDA como instrumento de representação de recursos informacionais que traz em seu cerne diretrizes e instruções para a criação de metadados, em consonância com os modelos conceituais internacionais destinados às aplicações computacionais focadas nos usuários.

No Brasil nota-se a incipiência de proposições por instituições como a BN e a FEBAB, apesar de profissionais e pesquisadores dedicaram-se à temática do RDA em eventos promovidos por tais entidades. No âmbito das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação o destaque acontece no ENANCIB, evento realizado anualmente.

No decorrer da pesquisa observa-se que, se no cenário profissional, marcado nos eventos da BN e da FEBAB, as pesquisas¹⁸ tem sido desenvolvidas por José Fernando Modesto da Silva (4), Liliana Giusti Serra (3), Marcelo Votto Teixeira (3), Denise Mancera Salgado (2) e Raildo de Sousa Machado (2), o cenário muda no âmbito acadêmico, no qual comparecem, com três ocorrências cada: Brígida Maria Nogueira Cervantes, Fabiano Ferreira de Castro e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, e com duas ocorrências cada: Ana Carolina Simionato, Ana Maria Pereira e Zaira Regina Zafalon.

Este resultado nos mostra que, por vezes, a compatibilidade entre as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico e profissional não convergem. Ademais, como perspectiva de pesquisa futura destaca-se o estudo do RDA como núcleo central dos trabalhos apresentados nos referidos eventos e, em especial, das dissertações e teses desenvolvidas nos programas de pós-graduação.

¹⁸ Outros autores não foram identificados aqui por terem uma ocorrência.

Referências

ALVARENGA, Lídia; PACHECO, Kátia Lucia. Manifestações de obras musicais: o uso do título uniforme. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/579/19.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

AMORIM, Eli Regina da Silva; PEREIRA, Ana Maria. Resource Description and Access: estudo sobre viabilidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/113/1165>. Acesso em: 01 out. 2018.

ANDRADE, Morgana Carneiro de; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Interoperabilidade semântica entre repositórios institucionais brasileiros: o papel da organização do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/578/18.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Conversão de registros em XML para MARC 21: um modelo baseado em XSLT. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3145>. Acesso em: 01 out. 2018.

BAPTISTA, Dulce. Catalogação: uma revolução em curso. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA*

INFORMAÇÃO, 9, 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/789/7.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

BEZERRA, Darlene Alves; MARCONDES, Carlos Henrique. O modelo FRBR e a busca semântica na catalogação e recuperação de informações em ambientes digitais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2422/O%20MODELO%20FRBR.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Ambientes informacionais digitais à luz da catalogação descritiva: a interoperabilidade em foco. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2028/AMBIENTES%20INFORMACIONAIS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Modelo para a descrição bibliográfica e interoperabilidade semântica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2491/MODELO%20PARA%20A%20DESCRI%3%87%3%83O%20BIBLIOGR%3%81FICA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SIMIONATO, Ana Carolina; ZAFALON, Zaira Regina. Aspectos relacionais entre ontologia e metadados: considerações interdisciplinares. *In: ENCONTRO*

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3588/2016_GT8-CO_04.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

CATARINO, Maria Elisabete; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; SOUZA, Terezinha Batista de. O uso do resource description framework na organização da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2492/O%20USO%20DO%20RESOURCE%20DESCRIPTION.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 out. 2018.

COSTA, Wellington Freire Cunha; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Requisitos funcionais para registros bibliográficos-FRBR: um estudo de sua aplicação em repositórios. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3585/2016_GT8-CO_01.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2018.

DIAS, Célia da Consolação; LOURENÇO, Cintia de Azevedo. Representação descritiva no domínio da história da arte: uma proposta para a construção de um banco de dados e uma biblioteca digital. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2468/REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20DESCRITIVA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

DIAS, Geneviane Duarte; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na biblioteconomia e na ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro.

Anais... Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/649/5.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München : K. G. Saur, 1998. Versão com emendas e correções (Feb. 2009). Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr_current_toc.htm. Acesso em: 27 set. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for authority data**: a conceptual model. München : K. G. Saur, 2009. Versão com emendas e correções (Jul. 2013). Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD)**: a conceptual model. München : K.G. Saur, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. [S.l.]: IFLA, 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA.
RDA – Resource Description and Access: Objectives and Principles.

2009. Disponível em: <http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/docs/5RDAobjectivesrev3.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Relações bibliográficas de conteúdo na descrição e acesso de recursos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3586/2016_GT8-CO_02.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2018.

MUCHERONI, Marcos Luiz; RIBEIRO, Camila; PAIVA, Daniel Costa de. Descrição dinâmica para documentos multimodais em ambiente digital. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2039/DESCRI%C3%87%C3%83O%20DIN%C3%82MICA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

NHACUONGUE, Januário Albino; DUTRA, Moisés Lima. De Paul Otlet à Web Semântica: aportes teóricos sobre a organização do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3595/2016_GT8-CO_11.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2018.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

RANGANATHAN, S. R.; GOPINATH, M. A. **Prolegomena to library classification**. 3rd ed. New York: Asia Publishing, 1967.

RDA STEERING COMMITTEE. About RDA. 2018. Disponível em: <http://www.rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 27 set. 2018.

SILVA, Daniela Lucas da; SOUZA, Renato Rocha. Representação de documentos multimídia: dos metadados às anotações semânticas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2467/REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20MULTIM%C3%8DDIA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

SIMIONATO, Ana Carolina. Metadados para a representação das imagens digitais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2014/Metadados%20-%20Simionato.pdf?sequence=1>. 01 out. 2018.

SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Digital Images for Libraries, Archives and Museums (DILAM): apresentação de um modelo conceitual. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2468/REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20DESCRITIVA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; BEZERRA, Darlene Alves; COSTA, Wellington Freire Cunha. Catalogística contemporânea: uma leitura a partir das teses de Paul Otlet. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3079/15.%20CATALOG%C3%8DSTICA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%20UMA%20LEITURA%20A%20>

PARTIR%20DAS%20TESES%20DE%20PAUL%20OTLET%20-%20CO.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2018.

WEISS, Paul J.; LARKIN, Molly R. T. **AACR3 Is Coming: What Is It?** The Serials Librarian, n. 50, v. 3/4, p. 285-294, 2006.

ZAFALON, Zaira Regina. **Scan for MARC: princípios sintáticos e semânticos de registros bibliográficos aplicados à conversão de dados analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico.** 2012. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Representação documental: pesquisa e ensino. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3486/2016_GT2-CO_57.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 out. 2018.

ZIMBA, Horácio Francisco; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A dimensão política e processo de institucionalização da ciência e tecnologia em Moçambique. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1908/A%20dimens%C3%A3o%20-%20Zimba.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2018.

A Conjunção do Verbovisual na Representação Temática dos Folhetos de Cordel

Rosane Suely Alvares Lunardelli

O Cordel

(P. B. Barja)

*O cordel é uma poesia
altamente popular;
no Brasil chegou faz tempo,
no Nordeste foi morar;
tem muita sonoridade
e dá na gente a vontade
de em voz alta declamar
Por ser curtinho e barato
dá pra ler e pra guardar
a leitura nos diverte
e põe a gente a pensar
Fala de tudo que é tema:
vida, notícia, dilema
- tudo se contar*

Introdução

A literatura de Cordel se estabelece como legítima representante da cultura popular brasileira. De baixo custo financeiro, tamanho reduzido, linguagem informal, o folheto de cordel, recentemente instituído como patrimônio cultural imaterial do Brasil “[...] pode ser considerado uma espécie de poética do ser no mundo” (GONÇALVES, 2011, p. 220). Ainda que não haja concordância entre os estudiosos desse gênero narrativo quanto à sua origem, “É inegável a influência do cordel português na

constituição do folheto brasileiro [...]” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 25). Dando continuidade ao raciocínio, a autora esclarece que a literatura de cordel portuguesa, por sua vez, traz características dos folhetos espanhóis, franceses ou italianos.

Para Rodrigues (2014, p. 161) os folhetos de cordel “Chegaram ao Brasil via Portugal, mas com agarras nas culturas espanhola (*pliegos sueltos*), francesa (*littérature de colportage*) e inglesa (*chapbook*).” Inicialmente cantado nas feiras e impressos de forma rudimentar, atualmente, além de ser impresso em gráficas, são produzidos midiaticamente. Nesse sentido, Gaudêncio e Albuquerque (2017, p. 132) ressaltam que “mesmo os autores respeitando a métrica e a rima, hoje podemos encontrar estabelecidos três formatos de cordéis: impresso, digitalizado e digital.” Corroborando a assertiva, Moraes (2016 p. 128) argumenta que “Como se vê, o cordel saiu das cordas, está presente em textos digitais, videográficos, dentre outros.” Cabe lembrar que inicialmente ele era apresentado nas feiras pendurados em varais de barbante, cordas ou cordéis o que lhe possibilitou o título de folheto de cordel.

Rodrigues (2014, p. 161) evidencia o caráter atemporal do folheto uma vez que o considera como fator de ligação entre o velho e o novo e destaca que “Ele não está mais situado na linha que lhe sustenta a tradição, ele faz da linha ponte e caminha em passos largos entre a tradição e a modernidade, mergulhando inclusive, nas ondas virtuais da *web* [...]”

Para Quintela, (2005, p. 151) “[...] o cordel sempre agregou em seu discurso, em seu suporte e em seu sistema de divulgação mecanismos que lhe permitiram, ao longo dos anos, não apenas resistir, como também atender às injunções do mercado”. Acompanhando esse pensamento, Matos (2007, p. 164) argumenta que “no âmbito da literatura, o cordel resiste e insiste.”

Perfeitamente adaptado ao contexto nacional, o cordel, quanto a sua temática, apresenta ampla variedade. Questões ligadas à religião, o

divino em contraponto ao demoníaco, estórias fantásticas, amores não correspondidos, política, comportamentos diversos, lendas e biografias, fábulas com animais falantes, entre outras, fazem parte de seu repertório. Nessa perspectiva, Matos (2007, p. 151), destaca que os folhetos de cordel, “[...] realimentam e renovam, do ponto de vista poético e narrativo, a tradição oral dos contos; das cantorias improvisadas; das histórias de amor, valentia ou aventuras; das vidas de santos, de guerreiros, personagens singulares – imaginários ou não –, ou auxiliares mágicos; da eterna luta, enfim, do bem contra o mal.” Esse gênero literário tem como propósito “comunicar, sensibilizar ou denunciar de maneira poética as dificuldades, amarguras e injustiças vividas pelo povo nordestino ou disseminar histórias interessantes e cheias de originalidade que esse grupo escuta ou vive” (MORAIS, 2016, p. 130). De acordo com Abreu (2004, p. 216) “As histórias veiculadas nos folhetos de cordel têm, em geral, caráter exemplar: apresentam um mundo organizado em que pessoas boas e más medem forças, para chegar a um desfecho em que, invariavelmente, prevalece a justiça [...]” Gonçalves (2011, p. 221), ao enfocar seu caráter transgressor, avalia que o cordel, por intermédio de recursos linguísticos como ironia, expressões jocosas, metáforas, “desestabiliza um possível tom didático-moral de caráter conservador.” Segundo o autor, essa forma de expressão, “ao não enfatizar uma verdade moral encarnada no poeta, problematiza uma moralidade social ou imaginária.”

O cordel possui algumas marcas formais em sua composição: “[...] as sextilhas (estrofes com seis versos) setessilábicas com esquema rítmico abcbdb, as quadras (estrofes com quatro versos) e os poemas em dez versos.” (EVARISTO, 2003, p. 122). Dando continuidade ao estudo, a pesquisadora (p. 124) apresenta a estrutura temática cíclica encontrada em muitas obras: “1. uma situação inicial de equilíbrio; 2. a degradação da situação; 3. a constatação do desequilíbrio; 4. a tentativa de resgate do equilíbrio da situação inicial; 5. a volta do equilíbrio inicial.”

O folheto, muitas vezes, apresenta em suas estrofes iniciais, o assunto ou do que se trata o texto. Esse recurso, entre outros aspectos, busca aguçar a curiosidade de seu potencial leitor ou comprador. “O objetivo é, pois, chamar a atenção do leitor, manter contacto com êle, mostrar-lhe as alegrias, emoções e ensinamentos que o folheto lhe poderá proporcionar.” (CANTEL, 2005, p. 307-308). Em seu estudo, Cantel (2005, p. 324) evidencia a recorrência de introduções que sintetizam o conteúdo temático do cordel e as qualifica como “introdução- resumo” já que “Com um sentido notável da condensação e da síntese o trovador consegue resumir numa ou duas estrofes a estória toda que ele vai contar.” No que diz respeito à sua finalização observa-se que em muitos folhetos a estória termina subitamente, “[...] sem nenhuma indicação que anuncie o fim do poema; outras apresentam uma breve fórmula final que revela o nome do autor, aparece também, raramente, um apelo aos sentimentos do leitor.” (CANTEL, 2005, p. 343)

A linguagem dos folhetos reveste-se de características bem peculiares. Por vir de uma tradição oral, incorpora à escrita, a língua falada. Em decorrência, o cordel, poema escrito e publicado em forma de livreto, concretiza-se em um *continuum* oralidade/escrita. Nas palavras de Abreu (1999, p. 118) “Embora os poetas registrem seus textos sob forma gráfica, não aderem completamente às convenções do texto escrito.”

No que tange as condições de uso, a estrutura do cordel, as métricas, as rimas, bem como seu conteúdo sempre relacionado aos interesses do homem comum, tornam esse gênero textual adequado não somente aos momentos de fruição como também ao acesso à informação e conhecimento, ao ensino de vários conteúdos nas mais diversas áreas do conhecimento. A preservação da memória de um evento, de uma sociedade, também se institui por meio desse gênero literário.

A poesia de cordel completa-se por intermédio de ilustrações. Geralmente sob a forma de xilogravuras, quer sejam nas capas ou no corpo dos textos elas geralmente representam ou descrevem de forma sintética, as histórias.

Nascimento (2011, p. 225), citado por Gaudêncio e Albuquerque (2017, p. 132), ressalta sua composição ao argumentar que o folheto de cordel

[...] representa, numa grande faixa de produção, a fusão de três componentes: 1) O texto oral, tradicional, guardado na memória do poeta/narrador, com vida milenar ou mesmo relativamente recente, aceita pela tradição; 2) A notícia do acontecido, um aproveitamento imediato do fato cotidiano; e 3) O trabalho do xilógrafo, que apresenta, no pequeno espaço da xilogravura, a sua visão, o seu ponto de vista do universo do folheto e que passa a integrar-se à obra literária, ligados intrinsecamente pela semântica do texto.

De uma perspectiva similar é possível destacar a multimodalidade, a conjunção do verbovisual nessa manifestação artística. Em outras palavras cabe evidenciar a tríade de linguagens que compõem o folheto: a linguagem verbal escrita, a oral e a visual ou imagética, todas elas com suas características, mecanismos de instauração, efeitos de sentidos que buscam alcançar. Joly (1996, p. 133) enfatiza essa interação ao lembrar que “[...] quer queiramos quer não, as palavras e as imagens revezam-se, interagem, completam-se e esclarecem-se com uma energia revitalizante. Longe de se excluir, as palavras e as imagens nutrem-se e exaltam-se umas às outras.”

Os textos literários e particularmente os folhetos de cordel, apresentam grau de incompletude maior do que aqueles especificamente informativos. Tal situação demanda de seus leitores razoável esforço mental uma vez que primam pela subjetividade, são ricos em metáforas, entre outros aspectos, possibilitando assim diferentes interpretações. Nessa linha de pensamento, reporta-se à Morais (2016, p.136) quando argumenta que “entender o cordel requer estudos e reflexões sobre verso e prosa, estrofes, elementos formais fundamentais desse texto.”

No âmbito da Ciência da Informação (CI), a leitura documentária, – aquela realizada por bibliotecários com o intuito de identificar e

selecionar os assuntos a serem apresentados ao usuário/leitor, como pontos de acesso ao texto original –, essa característica plástica, conotativa do cordel, traduz-se em um grande problema. Os termos, as expressões empregadas, os contextos regionais, entre outras questões, dificultam a identificação de seu conteúdo temático.

Nessa perspectiva, defende-se no estudo, a necessidade de unir aos pressupostos da CI, aportes teóricos e metodológicos a respeito de campos lexicais sob a ótica da Linguística Textual (LT) como possibilidade de representação do conteúdo temático da referida obra literária.

Caracterizando-se como parte teórica da proposta do estágio pós doutoral que está sendo realizado na Universidade Federal da Paraíba sob a supervisão da professora doutora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, será apresentado a seguir o arcabouço teórico bem como as reflexões decorrentes, com o objetivo sustentar a premissa evidenciada.

A Representação Temática da informação no Contexto da Literatura de Cordel

Área do conhecimento - voltada aos estudos das “[...] propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos) e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso” (LE COADIC, 2004, p. 25), A CI apresenta em sua subárea, denominada Organização da Informação (OI), fundamentos e metodologias que possibilitam a recuperação da informação, do documento pesquisado. Em outros termos Novellino (1996) ressalta que OI empenha-se especificamente ao estudo das formas de organização da informação produzida para facilitar o seu acesso e uso. Organizar, sob a ótica da CI, significa representar ou “reapresentar”, como mencionam Pereira e Bufrem (2005, p. 25). Resultado de etapas intelectuais de análise e síntese torna-se possível a descrição ou identificação dos atributos extrínsecos (dados exteriores ao conteúdo) a denominada representação descritiva, como por exemplo, as fichas catalográficas. Com relação à identificação do assunto, têm-

se a representação temática. Para Guimarães (2003) e Fujita (2003) a representação temática da informação, constitui-se na identificação dos conceitos ou assuntos por intermédio da indexação, classificação, elaboração de resumos. Em decorrência, têm-se como produtos da descrição temática as seguintes representações documentais: números de classificação, índices, palavras-chaves, descritores, resumos.

De acordo com Novellino (1996, p. 38) “A principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada”. Ainda que haja uma redução ou sumarização informacional, segundo a autora (1996, p. 38), esse processo caracteriza-se como benéfico uma vez que [...] “funciona então como um artifício para enfatizar o que é essencial no documento considerando sua recuperação, sendo a solução ideal para organização e uso da informação.” A representação da informação, é fato, não substitui a leitura na íntegra, “[...] mas possibilita identificar seus atributos fundamentais, os quais orientam o usuário para tomada de decisão sobre a necessidade de consulta do documento que originou a representação” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 36).

A representação do conteúdo temático ou representação temática da informação dá-se por intermédio da “1) análise de assunto de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão lingüística. 2) atribuição de conceitos ao documento analisado.” (NOVELLINO, 1996, p. 38).

A análise de assunto, processo cognitivo de expressiva complexidade, faz parte do cotidiano do bibliotecário. Trata-se do “processo de ler um documento para extrair conceitos que traduzam [representam] a essência de seu conteúdo.” (DIAS; NAVES, 2013, p. ix). Entretanto, na maioria das vezes, por não ter domínio do campo do conhecimento em que executa essa atividade, o leitor – profissional realiza “[...] uma descrição mais geral de assuntos, privilegiando uma concepção classificatória derivada do uso de sistemas de classificação

em detrimento de uma análise de assunto mais específica para a própria indexação” (SOUSA; FUJITA, 2014, p. 21).

Ainda que inicialmente a identificação do assunto tenha sido considerada tarefa que mobilizava apenas o bom senso, o conhecimento de mundo do profissional, atualmente é sabido que fatores como “nível prévio do assunto que trata o documento, formação e experiência, subjetividade, além de fatores linguísticos, cognitivos e lógicos”, são relevantes aspectos a serem considerados (DIAS; NAVES, 2013, p. 1). O reconhecimento do assunto, das ideias a respeito das quais se edificam um texto, reitere-se, torna-se tarefa árdua cujas dificuldades decorrem, entre outros fatores, da não familiarização por parte do bibliotecário com as expressões linguísticas regionais, a estrutura do texto, seus efeitos de sentido pretendidos. No que tange aos folhetos de cordel, acrescenta-se a esse panorama a versificação, a linguagem metafórica, a polissemia, aspectos peculiares a esse gênero literário.

A linguagem literária, importa ressaltar, é constituída a partir da linguagem cotidiana e desenvolve sentidos que lhe são particulares. (VANOYE, 2003). Dando continuidade, o autor chama atenção para seu caráter conotativo e explica que o que importa no texto literário, mais do que o significado das palavras, seus aspectos denotativos, “[..] é o poder de sugestão (conotação). Assim ao feixe de significações se superpõe um feixe de conotações que dá ‘o sentido’ verdadeiro do texto” (VANOYE, 2003, p. 181).

Voltando à questão da identificação dos conteúdos de objetos informacionais com o intento de propiciar o acesso às informações, vale relembrar que o processo de análise de assunto inicia-se com a leitura do texto o que demanda conhecimento a respeito de sua estrutura, operadores argumentativos, universo lexical entre outros itens. Em seguida são extraídos conceitos que descrevam seu conteúdo temático a fim de representá-lo utilizando-se da linguagem natural, aquela empregada pelo autor do texto. Depois são transpostos para uma linguagem de indexação e esses conceitos passam a ser considerados descritores de assunto,

termos de indexação. Ao ressaltarem as peculiaridades desse método, Dias e Naves (2013, p. xii) elucidam que “Todas as fases do processo sofrem interferência de fatores linguísticos, cognitivos e lógicos, o que confere ao processo de análise de assunto um caráter interdisciplinar.”

De acordo com o cenário apresentado reconhece-se que proposições linguísticas são imprescindíveis para a organização e representação da informação dos folhetos de cordel. Dada a relevância dessa espécie documental torna-se plenamente justificável a elaboração de procedimentos para sua organização, ou como argumentam Maia e Albuquerque (2014, p. 104), “[...] a necessidade de um tratamento técnico adequado, para disseminação e perpetuação da cultura regional explicitada nessa espécie documental.” Organizar e representar um acervo cordelístico implica em descrevê-lo, já que segundo Melo e Bräscher (2011, p. 15), “Uma descrição é um enunciado de propriedades de um ‘objeto’ ou das relações desse objeto com outros que o identificam. Uma descrição necessita de uma linguagem.”

A Linguística Textual e os Campos Lexicais

A Linguística Textual (LT) é considerada o ramo da Linguística que defende que a comunicabilidade de um texto demanda mais do que a preocupação com seus aspectos formais e estruturais. “Sua hipótese de trabalho consiste em tomar [...] como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou a frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem.” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 15) O texto é, em sua essência, o resultado de ações cognitivas, interacionais e linguísticas no qual as palavras estabelecem diversas, porém estreitas relações sejam elas por origem, área temática, significado, entre outras. Saussure (1970, p. 146) ao ressaltar as associações que se formam em torno das palavras, elucidada que “Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para o qual convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida”. (SAUSSURRE, 1970, p. 146)

Conforme Koch (2009, p. 84), “uma das formas de garantir a continuidade de sentidos no texto é o uso de termos que fazem parte de um mesmo campo lexical, isto é, cujos referentes, em termos cognitivos, pertencem a um mesmo *frame* ou *script*.” Para Vanoye (2003, p. 28) o campo lexical refere-se ao “conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa.”

Ilari, (2012, p. 39) esclarece que “Constituem um campo lexical as palavras que nomeiam um conjunto de experiências em algum sentido análogas.” O campo lexical, considerado subconjunto do léxico¹⁹ de uma língua é constituído pelas palavras que pertencem a uma mesma área de conhecimento ou de domínio bem como aquelas consideradas cognatas, ou seja, aquelas constituídas por composição ou derivação a partir de um mesmo radical.

Melo e Braschër (2011, p. 69, grifo dos autores), elucidam que “Um campo lexical abrange um conjunto de *lexemas*, as unidades convencionalmente listadas em dicionários como entradas separadas, relacionadas entre si por semelhança de contiguidade, sinonímia, hiponímia... que cobrem uma determinada área conceitual.” São consideradas como pertencentes ao campo lexical da informática, por exemplo, as palavras *software*, *hardware*, *site*, aplicativos entre outras. “Os nomes das cores, por exemplo, que se referem a um tipo particular de nossa experiência, dos seres vivos, constituem campos lexicais.” (ILARI, 2012, p. 39). O campo lexical de mar pode ser composto pelas *lexias*: *marinho*, *maremoto*, *ondas*, *areia*, *conchas* entre outras.

A análise à luz da teoria dos campos lexicais é feita a partir de um texto ou de um conjunto deles nos quais são identificadas todas as palavras ligadas a uma determinada noção, a uma mesma realidade estudando-as depois. “Pelo reagrupamento das palavras (opostas, sinônimas, associadas, etc.) obtém-se uma definição bastante precisa

¹⁹ Conjunto de palavras (sintagmas ou *lexias*) de uma língua.

da noção dentro do texto considerado.” (VANOYE, 2003, p. 28). Em outro trecho, o autor ressalta como uma das finalidades dos estudos a respeito do campo lexical, “a possibilidade de determinar num texto os campos lexicais dominantes.” (p. 29).

Identificar o campo lexical predominante, significa reconhecer o principal assunto abordado no texto. Ao justificar o papel da identificação desse campo nos mais variados contextos comunicativos, Vanoye (2003) argumenta esse conhecimento possibilita estudos a respeito do vocabulário de um autor ou de um gênero textual específico. Nessa linha de raciocínio torna-se evidente a grande valia do conhecimento dos campos lexicais que compõem um texto. Como afirmam Melo e Bräscher (2011, p. 71) “Esta habilidade é muito útil quando trabalhamos sobre uma obra para dela extrair as ideias estruturantes e trazer à tona a conexão entre suas várias partes, mas também na composição de uma representação fidedigna do objeto informacional.” A análise de campos lexicais não possibilita somente identificar o assunto de determinado objeto informacional, como também viabiliza o conhecimento acerca das ideias e valores de determinado segmento social além de preservá-los para futuras gerações, constituindo-se em relevantes informações voltadas ao testemunho histórico de uma época, por exemplo.

A linguagem verbal escrita e a imagética são constitutivas dos folhetos de cordel. No que se refere à linguagem escrita (com fortes traços de oralidade) ela está presente no título do folheto e em sua estrutura textual. A linguagem visual ou imagética se manifesta em forma de xilogravuras. Esse recurso imagético desponta como a principal técnica de representação visual da temática de cada composição.

A Xilogravura e a Identificação da Temática do Cordel

De origem chinesa, a xilogravura ou gravura na madeira é o mais antigo processo de reprodução de imagem. Nas palavras de Costela (1984, p. 32), “[...] xilogravura é a estampa produzida com matriz de madeira

[...]” e fixada em papel ou outro material. Machado e Albuquerque (2016, p. 856) explicam que se trata de “[...] arte milenar, [...] ao qual sua técnica está em transferir uma imagem através de uma matriz de madeira, sendo ela esculpida e talhada manualmente pelo gravador.”

No Brasil essa técnica foi amplamente acolhida pelo ambiente cordelista uma vez que se tornou alternativa de ilustração de baixo custo e que chamava atenção de leitores ou consumidores muitas vezes analfabetos. A esse respeito, Monteiro e Pires (2013, p. 1) ressaltam que “A xilogravura surge no cordel como uma forma de atingir o público não letrado.” Os autores esclarecem que “Suas matrizes de madeira [...] foram base para a gravação de imagens de aspecto ingênuo (*naïf*) visto seus produtores não possuírem formação e erudição acadêmicas [...].” Complementando, argumentam que “as imagens passaram a cumprir função de iluminuras: são a representação imagética do que no texto está escrito ou cantado pelo repentista.” (MONTEIRO; PIRES, 2013, p. 4).

Inicialmente evidenciadas por seu caráter utilitário, informacional, atualmente agrega-se à essa concepção, sua categorização como obra de arte, forma de expressão de determinado segmento cultural brasileiro. Ainda que não seja o único modo de representação visual nos cordéis, a xilografia é a que melhor descreve o universo nordestino. De uma visão mais historicista Joly (1996, p. 135) concebe “[...] a imagem [como] um meio de expressão e de comunicação que nos vincula as tradições mais antigas e ricas de nossa cultura.”

Geralmente as capas dos cordéis são ilustradas por uma xilogravura a qual na maioria das vezes dão pistas ou introduzem a temática do folheto. Ao reportar-se à Chartier (2002), Loureiro (2010, p. 264) esclarece que “[...] a imagem da capa leva a compreender a temática do folheto pela ilustração de uma das cenas, descritas ao longo da narrativa.” Seguindo o pensamento a autora, as imagens nos folhetos constituem-se “numa segunda narrativa que apoia a principal, escrita em versos, quando são apresentados desenhos de cenas mais importantes do enredo, acompanhando o desenvolvimento da narrativa [...]” (2010,

p. 269). Em consonância com as afirmações, Gatto (2018, p. 45) assevera que elas “Contribuem para organizar, estruturar e ancorar a informação textual favorecendo sua assimilação por parte do receptor.”

Monteiro e Pires (2013, p. 5) defendem que “A xilogravura, como parte da poética literária nordestina, torna-se tautologia do texto escrito, transcendendo seu estatuto gráfico, e recontando a história ali gravada [...]”. Dando continuidade à explanação, os autores evidenciam a hibridização linguística no gênero, ao destacarem sua coexistência entre as culturas imagética e escrita. Para eles, “Essa mestiçagem de linguagens torna-se tão profunda que não existe uma nitidez acabando por fundir-se e confundir-se.” Ratificando o valor da capa no contexto da literatura de cordel, Matos (2007, p. 159), alega que “A imagem pode representar-traduzir o texto escrito ou uma ideia central do mesmo, mas também, ao mesmo tempo, servir de veículo de propaganda e de divulgação do folheto entre público interessado.”

A análise da informação imagética voltada à sua temática, seu significado, é realizada sob diferentes enfoques. São conhecidos estudos na perspectiva da Semiótica, Artes, Semiologia, Análise do Discurso, Análise de Conteúdo Bardiniana, Análise Documentária ou Documental, Análise de Domínio, entre outras. Acompanhando esse contexto, evidencia-se a relevância de propostas que busquem responder questões acerca “do que representa ou do que se trata” determinada xilogravura. Pesquisas a respeito de sua representação temática ou de critérios para identificação do sentido desse gênero literário no contexto da CI são pouco divulgadas. Dada a insuficiência de fontes para estudo, optou-se por considerar a xilogravura com base em sua tipificação genérica, ou seja, como imagem fixa, passível de análise e identificação de sua significação.

A imagem, como argumenta Gatto (2018, p. 41), na CI “é vista como documento [...], assim como um texto, representa um contexto histórico utilizando signos icônicos para transmitir e comunicar uma informação verbal através do cenário, expressão corporal dos personagens

e objetos presentes.” Em decorrência, ressalta-se a metodologia característica da CI, denominada Análise Documentária (AD) e seus critérios para a identificação da imagem xilográfica no que tange ao seu conteúdo. A Análise Documentária, conjunto de procedimentos de caráter analítico e sintético, tem como objetivo nuclear a organização de objetos informacionais. Para tanto, como indica Kobashi (1996, p. 16) “[...] preocupa-se com a identificação da estrutura informacional dos textos, ou seja, com o próprio texto, a fim de elaborar representações condensadas que permitam ao leitor identificar seu conteúdo informacional.” Do mesmo modo que em um texto verbal, a análise das imagens visa identificar o que ela tem de principal em sua mensagem, as informações relacionadas. Nesse sentido, como assevera Gatto (2018, p. 44)

Tendo em mente que os documentos imagéticos possuem informações vinculadas, e como objetivo da Ciência da Informação a recuperação e disseminação da informação, as imagens devem passar por um processo de análise, em que podem ser identificados os aspectos intrínsecos e extrínsecos do documento, sendo expressos em pontos de acesso por meio da indexação

Comentários Finais

Literatura de cordel é um gênero literário que se utiliza da escrita, da oralidade e da iconografia para contar histórias de tempos passados e atuais. Reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil, esse gênero literário é portador de inúmeros sentidos. Seus folhetos proporcionam momentos de fruição, de aprendizagem, de preservação da memória e exercício da leitura crítica a respeito do assunto tratado nessas obras.

De baixo custo, linguagem altamente expressiva, temas instigantes, alia-se à imagem da capa para cativar o leitor. A capa com a

xilogravura, técnica muito empregada, funciona também como estratégia indicativa do tema do cordel.

A relevância do folheto de cordel, suas inúmeras possibilidades de utilização demandam ações que privilegiem sua rápida e completa recuperação. Anteriormente circunscrito as regiões nordestinas, o cordel, por seu conteúdo histórico e informacional, a cada dia mais, vem ganhando notoriedade em outros estados brasileiros, fazendo parte do acervo de várias bibliotecas. Em que pese a importância da aceitação e leitura desses folhetos em outras regiões, entretanto, torna-se oportuno evidenciar o aumento da dificuldade no que tange à identificação ou descrição do assunto tratado devido a fatores como a não familiaridade com os termos e contextos mencionados nas obras.

Dentre as várias áreas do conhecimento que estudam o gênero literário, foram evidenciadas a Ciência da Informação e a Linguística Textual. Por intermédio de seus pressupostos teóricos e metodológicos, como anteriormente mencionados, acredita-se ser possível estabelecer parâmetros, ou critérios, para identificação do assunto principal dos folhetos de cordel, passíveis de serem utilizados pelos bibliotecários independentemente da região em que atuam. De acordo com esse cenário, então, buscou-se evidenciar no estudo teórico apresentado, o mérito da conjunção do verbovisual na representação temática dos folhetos de cordel e seu papel na recuperação e acesso à essa tão particular forma de manifestação cultural do povo brasileiro.

Referências

- ABREU, Márcia. “Então se forma a história bonita”: relações entre folhetos de cordel e literatura erudita. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 199-218, dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200008. Acesso em 25 set. 2018.

_____. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. **Literatura popular de cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica**. 2011. 311 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CANTEL, R. **La littérature populaire brésilienne**. Poitiers: Centre de Recherches Latino-Américaines, 2005.

COSTELA, A. **Introdução à gravura e história da xilografia**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1984.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev. Brasília: Thesaurus, 2013.

EVARISTO, M. C. O cordel em sala de aula. In: BRANDÃO, H. N. (Coord.) **Gêneros do Discurso na Escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 119-141.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219> Acesso em: 10 maio 2018.

GATTO, A. C. Análise documental de imagem: uma leitura das contribuições semióticas. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, v. 16 n. 1 p. 39-55 jan./abr. 2018 Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/.../pdf_. Acesso em: 25 de set. 2018

GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Representação semântico-discursiva de cibercordéis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 129-153, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://seer>.

ufrgs.br/index.php/EmQuestao/issue/view/2988/showToc. Acesso em: 22 de fev. 2018.

GONÇALVES, M. A. Imagem-Palavra: a produção do cordel contemporâneo. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 219-234, nov. 2011. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br/volume-01-numero-02/> Acesso em: 24 de mar. 2018.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos hitóricos e conceituais. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 100-117.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. 7.ed. Campinas: Papiros, 1996. (Ofício de Arte e Forma)

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE** – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

KOCH, I.G.V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da Informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, L. **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. cap. 1, p. 21/48.

LOUREIRO, C. A importância das capas na simbolização da Literatura de Cordel ao longo de sua história. **Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 4, n. 3, p. 260-271, set./dez. 2010. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/2900>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

MACHADO, V.; ALBUQUERQUE, A. C. de. A representação temática da xilogravura: o processo de indexação da coleção Paulo Menten. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 856-873, dez. 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1253>. Acesso em: 01 out. 2018.

MAIA, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. O Uso da Análise da Informação nos Processos de Indexação para o Contexto do Cordel. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 1, p. 101-111, jan./jun. 2014. 104.

MATOS, E. Literatura de Cordel: A Escuta De Uma Voz Poética. **Habittus**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 149-167, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/382>. Acesso em: 05 de jan. 2018.

MELO, F. J. D. de; BRÄSCHER, M. **Fundamentos de linguística para a formação do profissional da informação**. Brasília: Centro Editorial, 2011.

MORAIS, R. A. de. O cordel e suas possibilidades no ensino da linguagem: formação humana, diversidade e cultura. **Cadernos CESPUC**, Belo Horizonte, n. 29, p. 126-149. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/viewFile/14373/11258>. Acesso em: 24 de mar. 2018

MONTEIRO, E.; PIRES, V. Tautologia da xilogravura de cordel: oralidade, texto e imagem. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/43354> Acesso em: 01 de abr. 2018.

NOVELLINO, M. S F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603> Acesso em: 05 dez. 2017.

PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em Linguagens Documentárias. **Encontros BIBLI**: Revista eletrônica de Bibli. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, p. 21-37, 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003150/f2ecef6257740fb522d2b2472cb5ee1>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

QUINTELA, V. M. **O cordel no fogo cruzado da cultura**. 2005. 229f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística) Universidade Federal da Bahia. 2005.

RODRIGUES, L. P. O “Entre-Lugar” dos Folhetos de Cordel no Século XXI. **Boitató**, Londrina, n. 18, jul-dez 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/viewFile/31743/22205>. Acesso em: 22 de abr. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Trad. de Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1970.

SOUSA, B.P. de. FUJITA, M.S.L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre a teoria e norma. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16281>. Acesso em: 11 set. 2018.

VANOYE, F. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Relações Semânticas Associativas na Área da Saúde: em foco a diabetes

Jacqueline Aparecida de Souza

Introdução

Os sistemas de organização do conhecimento (SOC) são modelos de abstração do mundo real, construídos para determinada realidade, a saber, os sistemas de classificação bibliográfica, os tesouros, as redes semânticas, as ontologias, entre outros (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012). Estes sistemas, embora apresentem distintas finalidades, são compostos por conceitos e pelas relações semânticas entre eles, as quais são essenciais para a estruturação de uma área do conhecimento.

As relações semânticas são associações significativas entre dois ou mais conceitos, entidades ou conjuntos de entidades (KHOO; NAH, 2006). Elas podem ser de equivalência (quando o mesmo conceito pode ser expresso por dois ou mais termos), hierárquicas (quando um termo é genérico ou específico em relação a outro) e associativas (quando os conceitos não são hierarquicamente relacionados, mas são semanticamente ou conceitualmente associados e este vínculo necessita ser explicitado).

Sendo assim, foram analisadas as relações semânticas associativas na área da saúde. Nomeadamente, foram examinadas as relações associativas indicadas no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde)²⁰ para o termo diabetes e a sua associação aos termos acidente vascular cerebral, hipertensão e obesidade.

²⁰ DECS é um vocabulário estruturado e trilingue criado pela Bireme (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde).

Analisar as relações semânticas que compõem parte de um universo do conhecimento, especificamente na área de saúde, permite apontar a redução das diferenças entre as representações e configurações conceituais apresentadas por sistemas de informação e as representações mentais do conhecimento especializado de seus usuários. A perspectiva de ampliação da dimensão semântica de sistemas artificiais pode ainda contribuir para uma maior aproximação entre atores humanos e artificiais, otimizando a interação e o diálogo entre ambos. As relações semânticas estabelecidas entre as unidades de conhecimento, os conceitos, auxiliam nos processos de raciocínio e na tomada de decisão, e os sistemas de informação têm suas potencialidades ampliadas (BIOLCHINI, 2001).

Relativamente a diabetes²¹, é considerada uma das principais epidemias do século XXI, sendo um problema global que independe das condições de desenvolvimento social e econômico de cada país. É uma afecção que confere um impacto na qualidade de vida dos indivíduos, tratando-se de uma doença crônica, que exige tratamento contínuo. No âmbito da organização do conhecimento, há pouco estudos relacionados a esse tema, o que confere um terreno fértil para o desenvolvimento de pesquisas.

Para obtenção dos objetivos expostos, primeiramente foram levantados os termos associativos indicados pelo DeCS para diabetes, como: diabetes insípido, dieta para diabéticos, gastroparesia, intolerância à glucose, produtos finais de glicosilação avançada, estado pré-diabético, escleredema do adulto. Complementarmente, para ampliar o estudo, também foram selecionados três termos associativos mais expressivos no CiteULike²², a saber: acidente vascular cerebral, hipertensão e obesidade. Além disso, recorreu-se às definições nos dicionários terminológicos da área da saúde. Sequencialmente, foram pesquisados os contextos de uso/excertos de textos onde os termos coocorrem. É conveniente

21 O termo diabetes contempla diabetes mellitus, assim como a variação diabetes melito.

22 CiteULike: sistema baseado em folksonomia para compartilhamento de trabalhos acadêmicos.

ressaltar que um especialista da área da saúde foi consultado para validar os contextos.

O texto que se apresenta é parcialmente fruto da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade de Aveiro. A proposta foi analisar as relações semânticas implícitas nas folksonomias, contributos para uma ontologia sobre diabetes.

Relações semânticas associativas

As relações semânticas referem-se às relações entre conceitos na mente (chamadas relações conceituais), ou relações entre palavras (relações lexicais) ou segmentos de texto (KHOO; NAH, 2006, p. 2).

Relativamente a relações associativas, Hjørland (2007, p. 30) ressalta que é uma relação definida psicologicamente, em que o conceito A é mentalmente associado ao B e que muitas vezes estas relações não são especificadas e explícitas nos sistemas de organização do conhecimento, entretanto, são apenas indicadas como relações associativas ou termo relacionado.

Todos os termos que constituem um sistema são passíveis de associação mental. Na prática, não é necessário estabelecer ligações entre eles. Todavia, isso ocorrerá quando se observar uma sobreposição de sentido.

Os relacionamentos associativos existem entre termos que são conceitualmente parecidos, mas a relação entre eles não é de equivalência, tampouco de hierarquia. Um exemplo disso são os termos **diabetes gestacional** e **gravidez em diabéticas**, que podem ser confundidos pelos usuários. Segundo as definições apresentadas no DeCS (2017), a **diabetes gestacional** refere-se à diabetes mellitus induzida por gravidez, porém resolvida no final da mesma. Já a **gravidez em diabéticas** refere-se ao estado de gravidez em mulheres com diabetes mellitus. Neste caso,

há necessidade de explicar a diferença entre conceitos, sendo conveniente estabelecer a relação associativa.

Estas relações aplicam-se a dois tipos de termos, segundo Simões (2008): o primeiro refere-se aos **termos pertencentes à mesma categoria**, ou seja, termos que têm o mesmo termo genérico e o significado sobrepõe-se, por exemplo: barco e navio. O segundo refere-se a **termos que pertencem a categorias diferentes**, isto é, são os termos que, pertencendo a tipos conceituais diferentes, estão semanticamente implicados com outros, por exemplo: febre e inflamação.

Adicionalmente, os antônimos (termos que apresentam significado opostos) podem ser tratados como relacionamentos associativos, pois um vocabulário pode requerer um número substancial de relacionamentos associativos adicionais muito específicos. Esses tipos podem variar de um vocabulário para outro, dependendo da natureza dos termos e de como eles são destinados para o uso na recuperação da informação. A exemplo disso são os relacionamentos entre termos genéricos que diferenciam-se de relacionamento entre pessoas, que podem incluir relacionamentos familiares e profissionais (HARPRING, 2016).

A relevância destas relações é o fato de fornecerem pistas sobre assuntos afins por meio dos termos relacionados. Estes relacionamentos são complementares aos hierárquicos, uma vez que o usuário, ao entrar numa categoria hierarquizada, pode realizar pesquisas genéricas e específicas. Além disso, também evitam a poli-hierarquia, na medida que pode substituir a dependência de um termo específico sob dois ou mais termos genéricos, por um termo relacionado (SIMÕES, 2008).

Estas relações são sempre recíprocas e assimétricas (SIMÕES, 2008; HARPRING, 2016) e o seu estabelecimento também depende dos objetivos dos sistemas de organização do conhecimento, do conhecimento de quem está construindo o sistema e das especificidades da área de conhecimento. A subjetividade, conseqüentemente, incide na fragilidade da sua consistência, principalmente entre as linguagens de indexação.

A seguir, com base nos estudos de Simões (2008), apresenta-se no quadro 1 um resumo dos tipos de relações semânticas associativas na perspectiva da Ciência da Informação.

Quadro 2 – Relações associativas

Autores	Relações semânticas associativas
Aitchson e Gilchrist	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplinas/objetos estudados • Operações-processo/agentes/instrumentos • Ocupações/pessoas • Ação/objeto • Partes de um todo com outro todo • Objeto/propriedade • Objetos/origens • Causa/efeito • Coisas-ações/anti-agentes • Matérias primas/produtos • Ações/ações associadas a essas ações • Antônimos
Z39.19-2005	<ul style="list-style-type: none"> • Processo/ agente • Processo/ contra-agente • Ação/propriedade • Ação/produto • Ação/alvo • Causa/efeito • Conceito ou objeto/propriedade • Conceito ou objeto/ origem • Conceito ou objeto/ unidades ou mecanismos de medida • Matéria-prima/ produto • Antônimos • Disciplina ou campo/objeto ou praticante

ISO 25964

- Disciplina ou campo de estudo e os objetos ou fenômenos estudados.
- Operação ou processo e seu agente ou instrumento.
- Ação e o produto da ação
- Ação e seu destinatário ou alvo
- Objetos ou materiais e suas propriedades definidoras
- Artefacto e suas partes, se eles não se qualificam para o relacionamento hierárquico inteiro
- Conceitos ligados pela dependência causal
- Objeto ou processo e seu agente
- Conceito e sua unidade de medida
- Termo composto e o substantivo que é seu foco, se os dois não tiverem um verdadeiro relacionamento hierárquico
- Organismo ou substância produzida ou derivada de outra

Fonte: Adaptado de Simões (2008), Z39.19-2005 e ISO 25964

Conforme é possível visualizar no quadro 1 e observado por Simões (2008), em certa medida, há uma similaridade quanto ao número e a nomenclatura dos critérios a ter em conta no estabelecimento de relações associativas.

As relações semânticas associativas em saúde: em foco a diabetes

As relações hierárquicas caracterizam-se por apontar alguma subordinação entre os conceitos, enquanto as relações associativas necessitam de maior fundamentação conceitual e decorrem da experiência, pelo empirismo, pelo campo conceitual, dependente do contexto, o qual apoia os elos e associações interconceituais (MOSTAFA; CRUZ, 2012).

Lancaster (1986) aponta que não é possível estabelecer regras precisas o bastante para relacionamentos associativos do mesmo modo que se pode fazer para as relações hierárquicas. O melhor que se pode dizer é que dois termos quaisquer cujos significados são relacionados, mas que apareçam em diferentes hierarquias, são possíveis candidatos a uma relação associativa.

Com base no DeCS (2017), o quadro 2 apresenta os termos relacionados (TR) ao termo diabetes, acompanhados da definição, contexto de uso e sugestão de relação semântica, correspondendo a um exercício de análise e interpretação.

Quadro 3 – Relações associativa no DeCS para o termo diabetes

TR – DeCS	Definição; Contexto; Relação
<p>Diabetes Insípido</p>	<p>Definição: Doença caracterizada por micção frequente, excreção de grandes quantidades de urina diluída e sede excessiva. Compreende a deficiência do hormônio antidiurético como HAD (Hormônio antidiurético).</p> <p>Contexto: Diabetes mellitus e insipidus são duas patologias diferentes com a única semelhança que é o próprio diabetes, isto é, poliúria estabelecida (FIGUEIREDO; RABELO, 2009).</p> <p>Sugestão para relação: Oposição.</p>
<p>Dieta para diabéticos</p>	<p>Definição: Dieta prescrita para pacientes que limita a quantidade de comida com alto índice glicêmico. É classificado como processo ou técnica.</p> <p>Contexto: ingestão de dieta adequada é praticamente duas vezes mais efetiva que o tratamento farmacológico no controle do DM (COSTA et. al., 2011).</p> <p>Sugestão para relação: Ação.</p>

Intolerância à glicose	<p>Definição: Estado patológico no qual o nível de glicemia é menor que aproximadamente 140mg/100ml de plasma em jejum, e acima de 200 mg/100ml aos 30, 60 e 90 minutos durante um teste de tolerância a glucose. Esta afecção é encontrada frequentemente em diabetes mellitus, mas também ocorre com outras doenças e desnutrição.</p> <p>Contexto: IGT denota um estado de maior risco de progressão para o diabetes, embora também foi observado que muitos retornam ao normal.</p> <p>Sugestão para relação: Risco.</p>
Estado Pré- Diabético	<p>Definição: Período antes do desenvolvimento do diabetes sintomático. Por exemplo, pode-se observar alguns fatores de risco em indivíduos que desenvolverão resistência à insulina como no diabetes mellitus tipo 2.</p> <p>Contexto: Pré-diabetes é risco potencial de desenvolvimento da diabetes.</p> <p>Sugestão para relação: Risco para Diabetes</p>
Escleredema do adulto	<p>Definição: Endurecimento difuso, simétrico, semelhante à madeira, não depressível da pele de etiologia desconhecida, tipicamente começando na face, cabeça ou pescoço e espelhando-se progressivamente para comprometer os ombros, braços, tórax e às vezes locais extracutâneos, usualmente precedido por qualquer um dentre vários processos infecciosos, especialmente uma infecção estafilocócica.</p> <p>Contexto: Pode estar associada com infecções bacterianas ou virais, alterações hematológicas e diabetes mellitus (DM). As características mais comuns nesses pacientes são: adultos do sexo masculino, DM de longa duração, mal controle metabólico e presença de complicações específicas do DM.</p> <p>Sugestão para relação: Diabetes é risco para Escleredema.</p>

<p>Gastroparesia</p>	<p>Definição: Retardo crônico do esvaziamento gástrico. Pode ser causada por disfunção motora ou paralisia dos músculos do estômago ou pode estar associada com outras doenças sistêmicas como Diabetes Mellitus (DECS, 2017).</p> <p>Contexto: Diabetes causa Gastroparesia. A diabetes pode provocar danos no nervo vago devido aos altos níveis de açúcar no sangue durante um prolongado período de tempo.</p> <p>Sugestão para relação: Causa/efeito.</p>
<p>Produtos Finais de Glicosilação Avançada</p>	<p>Definição: Produtos derivados da reação não enzimática da glucose e proteínas in vivo que exibem uma pigmentação amarelo-amarronzada e uma habilidade em participar das ligações cruzadas entre proteínas. Estas substâncias estão envolvidas em processos biológicos relacionados ao turnover de proteínas e acredita-se que seu acúmulo excessivo contribui para as complicações crônicas da Diabetes mellitus.</p> <p>Contexto: Os AGEs são considerados importantes mediadores patogênicos das complicações do diabetes, classificadas em micro ou macroangiopatias.</p> <p>Sugestão para Relação: Risco para doenças micro e macrovasculares em diabéticos.</p>

Fonte: Autoria própria

Relativamente ao quadro 2, destaca-se a importância do contexto para analisar, interpretar os conceitos. Consoante a isso, Lima (2015) ressalta que o contexto é importante na categorização que, qualquer descrição individual na classificação que o desconsidere, pode mostrar-se muito limitada. Assim, a interpretação, o critério de escolha e determinação das relações semânticas deve apoiar-se no contexto de uso dos conceitos, pois revelam contribuem para interpretar a relação existente entre estes conceitos. Neste exercício, verificou-se

a predominância da expressão relação risco/fator de risco, explicando a relação entre os termos, conseqüentemente, sugeriu-se como um possível relacionamento semântico entre os termos.

A seguir, no quadro 3, encontram-se descritos os termos acidente vascular cerebral, hipertensão e obesidade.

Quadro 4 – Relações associativas: diabetes, acidente vascular cerebral, hipertensão e obesidade

Termo	Definição; Contexto; Relação semântica
Acidente vascular cerebral	<p>Definição: Grupo de afecções caracterizadas por perda súbita, não convulsiva, da função neurológica, devido a isquemia encefálica ou hemorragias intracranianas (DECS, 2017).</p> <p>Contexto: Diabetes mellitus (DM) é fator de risco independente para a DCV, uma vez que acelera o processo aterosclerótico (PIRES <i>et al.</i> 2004)</p> <p>Sugestão para relação: Risco/fator de risco</p>
Hipertensão	<p>Definição: Elevação persistente da pressão sanguínea no sistema circulatório (REY, 2006).</p> <p>Contexto: hipertensão e diabetes foram independentemente associados com um risco aumentado de incidência e mortalidade por acidente vascular cerebral (AVC).</p> <p>Sugestão para relação: Risco/fator de risco</p>
Obesidade	<p>Definição: Acumulação excessiva, mais ou menos generalizada, de tecido adiposo, que provoca um aumento de peso superior a 25% do peso estimado normal (REY, 2006).</p> <p>Contexto: A obesidade é um fator de risco independente para doença coronariana. A resistência à insulina associada à obesidade contribui para o desenvolvimento de dislipidemia, hipertensão arterial e diabetes tipo 2 (FARIA <i>et al.</i> 2002).</p> <p>Sugestão para relação: Risco/fator de risco</p>

Fonte: Autoria própria

Novamente, no quadro 3, verifica-se a predominância da expressão risco/fator de risco. Conforme apresenta-se no quadro 1, tal expressão não ocorre na tipologia de relações semânticas associativas disponíveis na literatura da Ciência da Informação.

Na perspectiva da Epidemiologia, fator de risco é definido como um aspecto do comportamento pessoal ou do estilo de vida, da exposição ao meio ambiente, ou uma característica própria ou herdada do indivíduo que se sabe, tendo por base a evidência epidemiológica, estarem associado com condições importantes de se prevenir para proteger a saúde (REY, 2006). O fator de risco representa uma probabilidade maior de ser atingido por determinada afecção ou dano.

Deste modo, sugeriu-se risco ou fator de risco como relação semântica associativa por apresentar uma perspectiva de probabilidade de um evento ocorrer, distinguindo-se da relação de causa/efeito, que são mais evidentes e tem maior precisão, enquanto risco pode apenas indicar uma causalidade.

Considerações finais

Tanto a análise quanto o estabelecimento de relações semântica são complexos uma vez que, em uma área de conhecimento, todos os termos possuem algum tipo de associação, mas nem todas devem ser explicitadas. Todavia, não há muitas indicações e métodos de como estabelecê-las. Neste sentido, para além dos objetivos propostos, foi apresentada uma forma de analisar e interpretar as relações semânticas.

Com base nos termos estudados, verificou-se que risco/fator de risco pode ser uma relação semântica estruturante no domínio da saúde, com relevância no escopo da Epidemiologia. É evidente que o uso dessa expressão implica questões complexas e paradoxais como, por exemplo, o uso equivocado do conceito pela mídia, as generalizações dos estados de quase-doença. Todavia, o conceito

sustenta-se como aplicação da lógica indutiva e da lógica dedutiva, respectivamente, a problemas particulares e problemas gerais de determinação de fenômenos de saúde-doença (VAZ et. al., 2007). Pertinente a organização do conhecimento, especificamente sobre as teorias de classificação, a noção de risco e fator de risco, em certa medida, retoma fundamentos das categorias causalidade e contingência de Aristóteles (ALMEIDA-FILHO; COUTINHO, 2007).

Referências

ALMEIDA-FILHO, Naomar de; COUTINHO, Denise. Causalidade, Contingência, Complexidade: o Futuro do Conceito de Risco. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 95-137, 2007.

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Semântica e cognição em bases de conhecimento: do vocabulário controlado à ontologia. **Data Grama Zero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 1-11, out. 2001.

COSTA, Jorge de Assis et. al. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 2001-2009, 2011.

FARIA, Alessandra Nunes et. al. Tratamento de Diabetes e Hipertensão no Paciente Obeso. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 137-142, abr. 2002.

FIGUEIREDO, Danielly Mesquita; RABELO, Flávia Lúcia Abreu. Diabetes insipidus: principais aspectos e análise comparativa com diabetes mellitus. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 30, n. 2, p. 155-162, jul./dez. 2009.

HARPRING, Patrícia. **Introdução aos vocabulários controlados:** terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado Pinacoteca do Estado ACAM Portinari, 2016. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência, 4).

HJØRLAND, Birger. Semantics and knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, v. 41, n. 1, p. 367-405, jan./dez. 2007.

KHOO, Christopher S. G.; NA, Jin-cheon. Semantic relations in information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, v. 40, n. 1, p. 157-228, jan. 2006.

LANCASTER, F. Wilfrid. **Indexação e resumos:** teoria e prática. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LIMA, Gercina Ângela. **MHTX Modelagem hipertextual para organização de documentos:** princípios e aplicação. São Paulo: Interciência, 2015.

MOSTAFA, Solange Puntel; CRUZ, Denise Viuniski da Nova. David Hume e as relações associativas: da teoria ao tesouro. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 10., **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2009.

PIRES, Sueli Luciano et al. Estudo das frequências dos principais fatores de risco para acidente vascular cerebral isquêmico em idosos. **Arq neuropsiquiatr**, v. 62, n. 3-B, p. 844-51, 2004.

REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. *In: Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. *In: ALVARES, L. (Org). Organização da informação*

e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo. B4 Editores, 2012. 248 p.

SIMÕES, Maria da Graça. **Da abstração à complexidade formal:** relações conceptuais num tesouro. Coimbra: Almedina, 2008.

VAZ, Paulo et al. O fator de risco na mídia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 145-153, 2007.

Uma Mirada sobre a Representação Kantiana e sua Contribuição para a Representação Indexal

Virginia Bentes Pinto

Introdução

Nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação entendidas como campos de conhecimentos, o sentido do conceito representação traz a mesma semântica como é percebido em outras áreas; estar em lugar de alguma coisa ou objeto do mundo conforme Peirce (1907), conotando uma espécie de “representação” que ratifica a sua existência anterior (real ou imaginária). Sendo assim, compreendemos que a representação se estrutura como um sistema simbólico de sensações e interpretações dos sujeitos sobre aquilo que eles percebem do mundo.

Entendida assim, a representação se assemelha a um processo de comunicação em que a sensação nos faculta perceber (entrada) as coisas e os objetos do mundo, decodificando-os de modo a nos oferecer respostas (saída) espelhando a realidade “refletida” de nossa percepção. Este ato parece um processo simples, no entanto, falar de representação é entrar numa discussão que não é nova, e, muito menos fácil, uma vez que este assunto nunca deixou de estar em baila, exatamente pela nuança do termo em si mesmo e, pela subjetividade dos elementos construtores das representações.

Refletir, neste texto, sobre o assunto representação, sem dúvida nos conduz ao conhecimento, no sentido que foi proposto pelo velho e sempre atual Kant, no século XVIII. Na introdução da 2ª edição do livro

“Crítica da Razão Pura” ele chamou a atenção e expressou a diferença entre o conhecimento puro e o conhecimento empírico.

[...] Com efeito, para que o nosso poder de conhecer (Erkenntnisvermögen) possa ser despertado e posto em ação (zur Ausübung erweckt), se não for através dos objetos que tocam os nossos sentidos e que, por um lado, produzem por eles mesmos **representações**, e por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual, para que ela compare, ligue ou separe estas **representações**, e trabalhe assim a matéria bruta das impressões sensíveis para extrair o conhecimento dos objetos, é a isto que nomeamos experiência? Assim, cronologicamente (der Zeit nach), nenhum conhecimento antecede as nossas experiências, ou seja, somente com elas é que todos os conhecimentos se iniciam (KANT, 1971, p. 31, grifo nosso).

Dito com outras palavras, a representação se estrutura não no sentido da superfície de uma presença imediata, mas, numa ação dinâmica das nossas *sensations* que nos levam a produção de sentidos sobre a unidade da coisa percebida pelo sujeito que concebe as representações. Em realidade, é a capacidade sensitiva que faz com que os sujeitos percebam as coisas e objetos e construam sentidos sobre eles. Citamos como exemplo, a palavra (seja unitermo ou não) utilizada na perspectiva de representação de alguma coisa do mundo real, para aquele que a percebe. Exemplificamos com a palavra “vaga” (grande onda, 3ª pessoa do singular do verbo vagar, lugar disponível em hotel, lugar vazio ou outra coisa). Noutro exemplo, trazemos o caso dos artistas que se escondem enquanto cidadãos do mundo para aparecer como outro “ser” no ato de representar o personagem (que pode estar vivo ou morto)

Logo, as representações, independentemente de qualquer campo de conhecimento, são construções simbólicas que evocam tanto a presença nova (representação) como a ausência da realidade a ser representada. Quer dizer, tratar a representação é ter no espírito uma

ideia “mimética” que se esconde para aparecer com outro “ser” quando da nomenclatura das coisas e objetos do mundo. Por isso, defendemos que as representações, independentemente de qualquer campo de conhecimento, se efetivam como construções simbólicas e, portanto, estão diretamente relacionadas com as sensações, as culturas e as percepções de mundo dos sujeitos.

Mas, efetivamente o que significa representação? Como é percebida no campo da Ciência da Informação, enquanto fazendo parte das Ciências Cognitivas? Como pensar a representação no contexto da indexação e da recuperação de informação? Todas estas questões têm nos motivado a pesquisar essa temática trazendo para este artigo um recorte das concepções kantianas de representação e sua aplicabilidade sobre o “terreno” da indexação. Essa mirada decorre do fato de compreendemos que os indexes, adotados por nós como pistas, rastros ou pegadas que funcionam como uma espécie de seta, caminho ou estratégia, adotadas por como formas de representação, tanto no momento de sua construção, pelos indexadores (humanos ou não-humanos), quanto nas estratégias de buscas de informação.

A concepção kantiana de representação

A palavra representação não apareceu nem nos campos da Biblioteconomia, Documentação ou Ciência da Informação e muito menos nestes últimos séculos, embora essa seja a crença de muitos. Bem pelo contrário, ela sempre esteve presente no espírito humano sendo utilizada desde a pré-história, expressada por meio dos ideogramas, da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos dos antigos egípcios, como instrumento de comunicação e para explicar as coisas e as suas crenças do mundo (BENTES PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008).

Se pesquisarmos a etimologia da palavra representação, encontramos que ela vem do latim *repraesentatio*, de *repraesentare* ou tornar presente. Em Blay (2003, p. 240), esta palavra está ligada à

filosofia, “a representação é o meio pelo qual um objeto se faz presente ao espírito”. Relacionada com a psicologia, “é uma percepção, uma imagem mental cujo conteúdo refere-se a um objeto, uma situação, à uma cena (etc.) do mundo no qual vive o sujeito”. Pensada de outro modo, a representação “é a ação de tornar sensível qualquer coisa através de uma imagem, de um símbolo, de um signo”. (DUBOIS; MITTERAND; DAUZAT, 1998).

Talvez devido a essa complexidade é que Kant (1971) afirma ser o conceito representação, um termo “genérico” que pode ser utilizado para designar assim não todas, mas, quase todas as coisas.

O termo genérico é o de representação em geral (*repraesentatio*), cuja representação acompanhada de consciência (*perceptio*) é uma espécie. Uma percepção que se refere unicamente ao sujeito, como modificação do seu estado, é uma sensação (*sensatio*), uma percepção objetiva é conhecimento (*cognitio*). Este último ou é intuição ou um conceito (*intuitus vel conceptus*). A intuição refere-se imediatamente ao objeto e é singular, o conceito se refere mediatamente, através de um signo em quem pode ser comum à várias coisas (KANT, 1971, p. 266).

A proposta kantiana complexifica ainda mais a representação, vez que “destrincha” ao menos quatro sentidos embutidos na construção dessa palavra e cada um deles se apresenta de forma enigmática para uma compreensão mais simples. Isto porque raramente nos detemos aos elementos do mundo das ideias subjacentes das palavras, dos termos, dos conceitos ou dos sintagmas. Assim, quando dizemos representação, normalmente não pensamos em *repraesentatio*, *sensatio*, *perceptio* ou *cognitio*, muito pelo contrário, temos convicção de que a entendemos em sua inteireza e, muitas vezes não vemos qualquer complexidade em sua compreensão. Contudo, é necessário se ter clareza que na representação está implícita uma construção simbólica oriunda de um momento histórico-temporal, portanto, não dissociado do âmbito cultural dos indivíduos.

No entanto, independentemente dos tipos de representações, na “estética transcendental”, Kant (1971) afirma que elas se constroem pelas sensações que os objetos ou as coisas despertam nos indivíduos, ou seja, dizem respeito a receptividade que o sujeito tem em relação aquilo que ele percebe no mundo. O filósofo defende ainda que, é através da

[...] capacidade de receber (receptividade) as **representações** dos objetos conforme à maneira pela qual eles nos afetam, é denominada sensibilidade. É por meio da sensibilidade que os objetos nos são dados, e somente ela nos fornece as intuições; mas é pelo entendimento que elas são pensadas, e é dele que surgem os conceitos. Todo pensamento deve, em última análise, seja direta ou indiretamente, (por meio de certos caracteres), referir-se às intuições, e, conseqüentemente, à sensibilidade, porque nenhum objeto pode nos ser dado de outro modo” (KANT, 1984, p. 54, grifo nosso).

Com outras palavras, são as predisposições sensitivas percebidas no tempo e no espaço que possibilitam aos sujeitos se apropriam dos objetos e pelo raciocínio constroem as suas representações. Mas, é importante sublinhar que quando Kant se refere a espaço está falando de pura intuição sensível, quer dizer trata-se de uma representação a “priori que serve de fundamento a todas as intuições externas” (1971, p. 56). No que diz respeito ao conceito de tempo, Kant (1971, p. 61, 63) nos diz que assim como no espaço, é também subjacente a priori e “uma forma pura de intuição sensível[...]”, é uma “representação mais necessária que serve de fundamento a todas as intuições [...]. Por sua vez, o tempo, “não é outra coisa que a forma do sentido interno, ou seja a intuição de nós mesmos e de nosso estado interior [...], ele determina a relação das representações no nosso estado interno”. Em outra passagem, Kant (1996, p. 102) defende que “representação se refere imediatamente ao objeto, a não ser a intuição, nunca um conceito se referirá imediatamente

a um objeto senão a qualquer outra representação desse objeto (seja intuição, seja conceito).

Embora sabendo que o pensamento kantiano sobre a representação, não é o único existente, contudo, não podemos deixar de reconhecer a sua contribuição como uma das mais importantes para o desenvolvimento dos vários estudos realizados por inúmeros filósofos e outros estudiosos das representações de maneira geral.

Todas essas reflexões nos levam aos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, principalmente, no que tange aos esquemas complexos de representação, organização e recuperação de informações, bem como aos estudos de usuários. Justamente por isso é que a representação indexal não deve ser entendida como esquema simples e muito menos como atividade de “catar palavras” em um documento, como alguns podem imaginar. Em sua construção está implícito um esquema complexo de análise e síntese e vem ao encontro do que é proposto por Kant (1996, p. 107), ao afirmar que há uma “[...] receptividade da nossa mente, unicamente sob as quais esta pode acolher representações de objetos que, portanto, têm sempre que afetar o conceito de tais objetos”. Contudo, “[...] a espontaneidade do nosso pensamento exige que tal múltiplo seja primeiro e de certo modo perpassado, acolhido e ligado para que se faça disso um conhecimento. Denomino esta ação de síntese”. A síntese é entendida pelo filósofo como sendo “[...] a ação de acrescentar representações umas as outras e de conceber a sua multiplicidade num conhecimento”. Kant (1996, p. 108) continua a falar do tema afirmando que

A síntese pura, representada de modo universal dá o conceito puro do entendimento. [...] Os conceitos que dão unidade a esta síntese pura, e que consistem apenas na representação desta unidade sintética necessária, constituem o terceiro elemento para o reconhecimento de um objeto que aparece, e repousam no entendimento

Trazendo essas reflexões para representação indexal, que tem na análise do documento a sua primeira fase e na qual se procura identificar os “traços descritivos ou macro proposições” à la Gardin (1974) para depois selecionar aqueles que podem representar os diversos conhecimentos registrados nessas fontes, fazendo-se a síntese de suas multiplicidades. Por todos esses fatores defendemos que o pensamento kantiano pode contribuir de modo significativo para que o conceito de representação indexal possa ser compreendido na contemporaneidade como um esquema complexo e por isso necessitando de mais reflexões.

A concepção de representação em Ciência da Informação

Embora que a pragmática da representação informacional no contexto da Biblioteconomia remonte as Bibliotecas da Antiguidade, época em que foram propostas estratégias para a organização da informação, somente com as propostas de linguagens documentárias, embora não com essa denominação, consideramos que Roget (1852) trouxe grande contribuição com o seu *Roget's Thesaurus*. Depois vieram os sistemas de classificação, Decimal de Dewey (CDD), publicada, em 1875, as *Rules for a Dictionary Catalogue*, de Cutter (1876), Classificação Decimal Universal (CDU), publicada em 1905, por Paul Otlet e Henry De la Fontaine, e a *Colon Classification*, de Ranganathan, em 1933. Todas essas iniciativas fizeram com que as ideias de representação da informação ganhassem outros olhares que ainda perduram até este século XXI, com pouquíssimas mudanças de paradigmas. Contudo, também apareceram outras formas de representação da informação, a exemplo das ontologias e taxonomias.

Com a institucionalização da Ciência da Informação (CI) na década sessenta, intensificam os estudos sobre a representação. Isto graças ao seu conceito que conforme Boroko (1970), a CI estuda “as propriedades e o comportamento da informacional, além dos “ meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso”. Tal pensamento

vem ao encontro de Goffman (1970, p. 591) que reflete sobre a Ciência da Informação como um campo de conhecimento que busca estudar os vários fenômenos envolvidos com a “noção de informação, sejam eles encontrados nos processos biológicos, na existência humana [...]”. Ademais, ela está associada ao “[...] estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o comportamento em todo processo de comunicação e seus sistemas de informação associados[...]”.

As reflexões desses autores também evidenciam em sua semântica, a representação, organização e recuperação da informação, não em uma perspectiva de prática, pela prática. Porém, em um entendimento cognitivo, o que nos leva a defender que a Ciência da Informação também deve ser, incluída nas disciplinas que compõem as Ciências Cognitivas. Conforme Meunier (2003, p. 15) as Ciências Cognitivas são constituídas por um conjunto de disciplinas nas quais a cognição

[...] é entendida como o comportamento ou as ações de um organismo vivo que em sua adaptação a um ambiente, cria estados internos representando este ambiente e sobre o qual é aplicado um conjunto específico de operações para os adquirir, manipular, transformar (chamadas: **percepção, classificação, categorização, racionamento, emoção, etc.) e os comunicar à outros agentes cognitivos** (grifo nosso). Este comportamento é modelizado formalmente como uma estrutura evolutiva e dinâmica (computacional ou não) e controlada pelos princípios estruturantes: (regras, parâmetros, atratores etc.) e validadas por experimentações, simulações ou coerência lógica.

Ora, analisando-se essa citação percebe-se que na Ciência da Informação estão implícitos os esquemas de representação, organização e recuperação da informação pelos humanos ou máquinas. Além do mais, nesses esquemas estão presentes sensações, emoções, percepções, classificações, categorizações etcétera. A Ciência da Informação vem se destacando, pois, a cada dia busca compreender como o sujeito **sente,**

percebe, representa, trata, organiza, estrutura, classifica, categoriza e usa informações, sejam, elas registradas em memória biológica ou outros suportes. Neste sentido, é que foram pensados os modelos de representação da informação visando contribuir com soluções para o grande problema do excesso de informações e das dificuldades para o seu acesso, fato que hoje, mais do que nunca, está no cerne das discussões tanto dessa área como de áreas afins. Por outro lado, todos esses aspectos estão voltados para atender as necessidades informacionais dos usuários e, neste contexto, não se pode ignorar o seu comportamento e muito menos as influências dos fatores ambientais internos e externos ao sujeito.

No contexto da Ciência da Informação e na Biblioteconomia, a representação indexal está de certa forma, em cumplicidade com os preceitos kantianos de representação. Isto acontece, dado que na representação da informação estão embutidos aspectos concernentes ao conhecimento despertado e posto em ação por meio de nossas faculdades intelectuais de sensação perceptiva dos objetos que tocam os nossos sentidos a fim de que sejam produzidas representações dos mesmos. Tal entendimento nos mobiliza a dizer que a indexação vai além da análise dos textos a serem indexados, pois, o resultado do tratamento informacional visa a sua recuperação e uso, razão pela que o ser humano não pode ser ignorado na tarefa de indexação. E, justamente por isso é que defendemos que, nenhum tratamento de informação pode ser entendido como uma expressão unívoca entre x e y , muito pelo contrário, ele deve ser compreendido como sendo uma expressão que envolve x , y e z e o mundo de cada um desses sujeitos.

Algumas reflexões conclusivas

Nossa intenção neste artigo foi trazer à baila a complexidade da representação em Kant e sua contribuição teórica para a aplicabilidade ao campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, pois, se percebe

que em todo o processo de tratamento, organização, disseminação e recuperação a representação está presente.

Por todos esses aspectos é que insistimos que o pensamento kantiano sobre a representação, não é o único existente, contudo, não podemos deixar de reconhecer a sua contribuição como uma das mais importantes para o desenvolvimento dos vários estudos realizados por inúmeros filósofos e outros estudiosos das representações de maneira geral. Em razão disso, em nossa compreensão, também, acreditamos que, do ponto de vista teórico, a proposta kantiana de representação pode trazer contribuições ímpares na compreensão da representação indexal.

Como em outros campos, na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, a representação indexal ou temática da informação, diz respeito aos aspectos de significação, signo, símbolo, sinal, significante, significado, referência entre outros. Então, tanto autores dos documentos, como usuários, quanto indexadores, naturalmente, que terão suas próprias representações acerca dos conteúdos dos documentos. Justamente por esse fato é que nem sempre haverá univocidade entre as propostas de representação indexal dos sistemas de recuperação da informação e as representações dos usuários, embora seja desejável.

Fazendo um breve levantamento do estado da arte referente a compreensão filosófica ficou evidente que a produção bibliográfica que contribui, enormemente, para a compreensão da representação indexal, independentemente se brasileira ou mundial, ainda é insipiente, necessitando que se invista cada vez mais em estudos desta natureza. Por isso, entendemos que a apropriação do conceito kantiano de representação traz grandes contribuições para se apreender que a representação indexal constitui-se em um esquema cognitivo e complexo, uma vez que contempla sínteses dos conceitos referentes às coisas e objetos do mundo, por meio da produção de sentidos, independentemente se indexador ou quem busca informação.

Referências

BLAY, M. **Grand dictionnaire larousse**. Paris: Larousse, 2003.

BENTES PINTO, V. MEUNIER, J-G, SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Enc.**

Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, 1º sem. 2008

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

DENHIÈRE, G.; BAUDET, S. **Lecture comprehension de texte et sciences cognitive**. Paris: PUF, 1992

DUBOIS, J.; MITTERAND, H.; DAUZAT, A. **Dictionnaire étymologique et historique du français**. Paris: Larousse, 1998

GARDIN, J. C. **Les analyses des discours**. Neuchatel: Delachaux et Nestlé, 1974

GOFFMAN, W. Information science: discipline or disappearance. **ASLIB Proceedings**, v. 22 n. 12, p. 589-596, 1970

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 2. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1971.

KANT, I. **Histoire générale de la nature et théorie du ciel**. Paris: VRIN, 1984.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? *In*: _____. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

_____. **Crítica da razão pura**. Tradução: J. Rodrigues de Meringe. São Paulo: Versão para eBook eBooksBrasil. Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis>. Acesso em: 10 de agosto de 2012

MEUNIER, J. G. Représentation, information et culture. In : _____
RASTIER, F. (ed). **Sciences Cognitives et Culture**. Paris: PUF 2003.

PEIRCE, C. S. Collected Papers of Charles Sanders Peirce. In: _____
HARTSHORNE, C.; WEISS, P. (eds). Cambridge: Harvard University
Press; 1931-1935. CP2, CP5, CP7.

A Representação da Informação e do Conhecimento e as Representações Sociais: intersecções e limites

*Gracy Kelli Martins
Gisele Rocha Côrtez*

Introdução

Inicialmente a literatura tratava os processos de Organização e Representação do da Informação e do Conhecimento (ORIC) como uma técnica que, fazendo uso de instrumentos de controle terminológico e normas universais, garantiria a neutralidade da representação dos objetos informacionais. No entanto, os estudos de ORIC avançaram despertando, entre seus estudos, a preocupação ética quanto à relação profissional/documento/representação/usuário.

Reconhecido como processo intelectual, a ORIC reflete não só os esquemas institucionalizados de divisão e agrupamento do conhecimento como também evidencia a relação intrínseca da representação da informação e do conhecimento e das representações sociais. Neste contexto, os sujeitos são parte do meio social, produtores dos elementos e fenômenos culturais e informacionais e são condicionados a um modelo de vivência impactado por esse meio. Já reconhecido que os processos de ORIC estão diretamente ligados à produção e representação humana, apontamos aqui a responsabilidade social e inclusiva do profissional quando este ocupando seu lugar de representador dos conteúdos informacionais assume uma posição de decisão e deliberação quanto às representações que irá realizar. Isso lhe confere uma responsabilidade ética, que prioriza o atendimento ao usuário, e tal qual as relações sociais,

ao representar precisa considerar o contexto e respeitar a diversidade e as diferenças.

Dado o entendimento das representações da informação e sua ligação inexorável com as representações sociais, este artigo se propõe a evidenciar o papel do profissional quanto ao seu lugar de fala no universo informacional e a urgência de reparar e dar voz aos discursos marginalizados e silenciados ao longo da história da organização do conhecimento, considerando as intersecções necessárias às representações quanto estas são voltas para as questões sociais. Objetiva-se contribuir com reflexões sobre o ato de representar como função constitutiva da realidade, o qual figura como fundamental para orientar comportamentos, interpretações e a comunicação entre os sujeitos, com vistas a elaboração de discursos pautados na inclusão social.

Representações Sociais

A vida cotidiana, conforme Berger e Luckmann (1962) se apresenta como uma realidade interpretada pelos seres humanos e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um todo coerente. Compreender os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana implica em conhecer os processos e as significações objetivas e subjetivas que permeiam a maneira dos indivíduos interpretarem e refletirem a respeito da realidade social.

A realidade é constituída pelo acervo de conhecimento que o ser humano entra em contato desde a mais tenra idade, por meio dos diversos processos de socialização – família, escola, meios de comunicação, representações sociais, entre outros. O ser social se correlaciona com um ambiente natural, mas também com formações culturais, sociais e políticas do contexto histórico em que vive. Berger e Luckmann (1962) concebem que a dinâmica de construção social da realidade e a consequente apreensão e atuação dos sujeitos no contexto social, ocorre

a partir de um processo dialético em que os seres humanos, enquanto seres sociais, produzem a realidade e a si mesmos.

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Antes, portanto, de empreendermos nossa principal tarefa, devemos tentar esclarecer os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana, a saber, as objetivações dos processos (e significações) subjetivas graças às quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum (BERGER; LUCKMANN, 1962, p. 356).

Sendo a realidade socialmente construída, seus significados são compartilhados pela linguagem, instrumento fundamental para a objetivação das experiências individuais e sociais. Por meio da linguagem são construídos campos semânticos de significados, representações simbólicas e esquemas classificatórios sobre o esquema social de conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1962). A construção de significados é um processo dialético e relacional, com inter-relação dos âmbitos individuais e coletivo, permeada por símbolos, representações sociais e (re)produzidos em diferentes instâncias da sociedade.

Os pressupostos acima estão em consonância com a concepção de Moscolvici (1978, p. 6) em sua teoria das representações sociais. O autor concebe a interface dinâmica entre sujeito e contexto social no processo de construção do conhecimento da realidade cotidiana e do senso comum. Enuncia que a representação social possui função constitutiva da realidade, produz, direciona comportamentos, interpretações e a comunicação entre os sujeitos. Deve ser abordada “tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 45). Importante frisar que nesta abordagem é imprescindível levar

em conta as representações sociais articuladas às dinâmicas culturais, sociais e históricas, ou seja, não existe uma ordem fixa das representações sociais, elas são continuamente (re)elaboradas.

A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

Jodelet (2001) alerta para as diversas acepções teóricas que foram construídas e dinamizadas tendo em vista as prioridades conceituais, políticas e históricas de quem utiliza o conceito representações sociais como instrumento de análise da realidade.

Na ótica da autora, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento, socialmente construída e partilhada, com vistas a um objetivo prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um grupo social. As representações sociais colaboram na maneira de nomear, definir e interpretar coletivamente os fenômenos sociais. Inscrevem-se nos esquemas cognitivos e sociais, manifestando-se em crenças, valores, práticas, símbolos, entre outros. “Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (JODELET, p. 2001, p. 21). As redes de comunicação, a mídia e as instituições direcionam e influenciam a construção das representações sociais. Neste processo, conformam esquemas de percepção, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, símbolos e princípios carregados de significações. Os esquemas partilhados por sujeitos de um grupo social constroem uma visão dominante, não unânime, orientando ações, interações e interpretações da realidade.

O ato de representar ou se representar implica um ato pelo qual o sujeito se reporta a um objeto real ou mítico. Jodelet (2011), assim como Moscovici (1978), distanciam-se de uma visão meramente cognitiva do processo de representação e, apontam que na materialização concreta do ato de pensamento, a representação mental traz a marca do sujeito, da sua ação e do contexto social de produção.

Tal aspecto traz à tona a não neutralidade do sujeito no ato de representação, tendo em vista que a representação não se descola das estruturas objetivas e subjetivas que delineiam sua interpretação de mundo. As representações, neste sentido, possuem caráter relacional, não linear e sócio-histórico, expressando significados, conceitos normativos, pensamentos e símbolos do contexto social inerente à sua construção.

Os agentes sociais não são anônimos, as interações se dão de forma socialmente estruturada, ou seja, ao analisar, avaliar e se posicionar diante dos fenômenos, os indivíduos utilizam um conjunto de esquemas classificatórios, resultantes da interiorização de estruturas objetivamente delineadas por meio do “capital cultural”, do *habitus*, no espaço social onde se inserem (BOURDIEU, 1996).

Nessa perspectiva, intentamos no presente trabalho, refletir a respeito da representação e sua relação com o conceito de interseccionalidade, com vistas a considerá-la, a partir dos diferentes marcadores sociais que influenciam o sujeito e o objeto da representação, direcionam sua produção/circulação/acesso e, conseqüentemente, influenciam a forma como a mesma é representada. O conceito de interseccionalidade, nomeado por Kimberlé Williams Crenshaw, em 1991,

busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que

estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e nos atos de representação. Considera-se que a representação da informação, fazendo uso dos instrumentos documentários, que são construídos atendendo a padrões e recortes definidos, pode reproduzir, diante de tais recortes, as relações de poder que se refletem a partir de concepções ideológicas. Nesse sentido, Olson (2002, p. 06) evidencia que “A seleção de conceitos a serem nomeados definem o limite do sistema, suas inclusões e exclusões. A seleção de termos para esses conceitos comumente introduz tendências evidentes ou, mais comumente, sutis e insidiosas marginalizações”.

Reconhecendo que tais marginalizações também encontram-se no fazer da ORIC, torna-se fundamental considerar a representação como um processo de construção que ocorre no contexto social a partir da inserção de diferentes marcadores sociais que são institucionalizados para visibilizar ou invisibilizar sujeitos que reúnem em si marcadores que os colocam em situação de subalternidade e vulnerabilidade social. Ao trazer a discussão da interseccionalidade e das vozes subalternas para o campo da representação informacional, evidencia-se que o profissional da informação, ao interpretar a realidade, por meio de instrumentos documentários, como classificações e/ou indexações, pode contribuir para visibilizar sujeitos em situação de marginalidade social. Trazer à tona os marcadores sociais no ato de representar implica associar aos necessários processos de representação, um objeto de conhecimento de modo crítico e interpretativo, condição propícia para a produção de conhecimento e para o questionamento das ideologias dominantes nos sistemas de organização e representação da informação e do conhecimento (SPIVAK, 2010; OLSON, 2002).

Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

Os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento foram tomados como arte, prática e técnica até transformarem-se em disciplina científica. “Na Ciência da Informação e conhecimento é discutido no seu aspecto representacional” (DODEBEI, 2002, p. 19) e tem sua forma mais explícita na escrita, que por sua vez é determinada pela organização dos seus elementos para produção de sentido., não podendo ser concebida apenas como técnica (PINHO, 2009).

Portanto, qualquer conhecimento pessoal e individual pode, de fato, ser transferido no espaço e no tempo, pois depende essencialmente da linguagem e pode ser comunicado por palavras ou sinais falados e escritos. Assim, esse conhecimento subjetivo precisa de uma forma de representação não apenas para compreensão, mas também para comparação na comunicação entre pessoas com outras representações e particularmente para checar com a realidade para verificar sua veracidade e torná-la intersubjetiva, ou seja, o mais objetiva possível pelo menos um certo tempo (DALHBERG, 2006, p. 12, tradução nossa).

Para Dalhberg (2006), o conhecimento pode ser representado em níveis diferentes de complexidade e definidos como: elementos do conhecimento (características que implicam em propriedades e/ou afirmações sobre um referente); unidades de conhecimento (síntese das características conceituais, representadas por um signo, como uma palavra, um nome, um termo ou um código); unidades de conhecimento maiores (combinações de conceitos); e, sistemas de conhecimento (entidades formadas por unidades de conhecimento organizadas em uma estrutura adequadamente planejada).

Na ORIC essas representações são evidenciadas em três aspectos que são inerentes ao seu fazer: Os processos, os produtos e os instrumentos

que foram sistematizados de acordo com os conteúdos em organização e representação e se apresentam da seguinte forma: “catalogação – catálogos – código de catalogação; classificação – notações – tabelas de classificação; indexação – índices – tesouros e cabeçalhos de assunto, entre outros” (PINHO, 2009, p. 17). Os processos, os produtos e instrumentos que permeiam a ORIC estão diretamente relacionados à organização social do conhecimento que, de acordo com Lima e Alvares (2012, p. 27) “é a prática cotidiana na organização dos seres, na divisão social do trabalho, na sociologia do conhecimento, na sociologia das profissões, das inovações e de tudo mais que nos cerca”. Segundo os autores, dela se origina a organização do pensamento, pautada num processo eminentemente humano de aproximação e diferenciação, hierarquização e centralização evidenciando a estreita, se não indiferenciável, relação entre os estudos de Organização Social do Conhecimento e a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, mantendo assim “um ponto de intersecção comum no que se refere às teorias, tradições, ideologias e paradigmas” (LIMA, ALVARES, 2012, p. 27).

Para Dodebei (2002, p. 19) os estoques informacionais, formados por representações do conhecimento, ou conhecimento registrado, necessitam de organização para permitir o acesso a estes estoques, sendo as representações estruturadas em modelos que “derivam da necessidade humana de entender a realidade, aparentemente complexa e são, portanto, representações simplificadas e inteligíveis do mundo, permitindo vislumbrar as características essenciais de um domínio ou campo de estudos”.

Os modelos são um reflexo daquilo que a mente projeta e tende a expor para sistematização do conhecimento, com objetivo de que este seja socializado. Os modelos são expressos também pelos sistemas de representação, tendo em vista que exprimem “aproximações seletivas que, eliminando aspectos acidentais, permitem o aparecimento dos aspectos fundamentais, relevantes ou interessantes, do mundo real, sob alguma forma generalizada (DODEBEI, 2002, p. 20).

Assim, as atividades voltadas à organização e representação acompanham a evolução humana na tentativa sistemática de registrar e compartilhar o conhecimento fazendo uso dos meios culturais disponíveis. Historicamente a humanidade elabora seus modelos organizacionais para entender, organizar, descrever e representar o conhecimento evidenciando-o, portanto, como “um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social” (MORIN, 2008, p. 18).

Foucault (2007) questiona de onde surge o hábito humano de distribuir coisas diferentes e parecidas, tendo em vista que não é um processo de ligar consequências e sim, de aproximar e isolar, analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos, buscando sempre uma ordenação entre eles. “[...] De fato não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério” (FOUCAULT, 2007, p. XV). Para o autor, em toda cultura, independente de seus códigos ordenadores e reflexões sobre a ordem, há a experiência natural da organização e de seus modos de ser.

Parte-se da compreensão que todo processo classificatório é diretamente um processo representacional. Ao classificar estamos definindo e estabelecendo qual a melhor localização para as coisas como elas se apresentam, representando-as segundo uma compreensão. “Na verdade, nada nos parece mais “natural”, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos” (POMBO, 1998, p. 01, grifos do autor). Assim, todo processo de construção de representações e organizações científicas é então reconhecido como processo social, que só pode ser racional sem eliminar a ordem dos fins humanos e a dos valores individuais e sociais (JAPIASSU, 1979, *apud* MORAES; ARCELLO, 2000).

Entre os fenômenos sociais que definem a organização e representação do conhecimento, a linguagem encontra-se como fenômeno

multiforme, interdisciplinar e objeto indispensável para estudos em ORIC. Para Borges (2015, p. 166) a linguagem funda inteligibilidades e apresenta três acepções de estudos que considera “a linguagem como espelho da realidade, a linguagem como instrumento da comunicação e a linguagem como fundantes das relações sociais e instituinte humano”. Ligadas à ORIC, as linguagens confluem essas acepções uma vez que são modelos conceituais de domínios do conhecimento, são responsáveis pela comunicação entre a representação e o acesso ao conhecimento registrado e refletem a identidade de uma área a partir de sua especialidade, sendo reconhecidas como linguagens documentárias.

As linguagens documentárias são conjuntos de instrumentos especializados, construídos “para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação” (LARA, 2004, p. 232), promovendo, a partir do uso, a produção de novos conhecimentos. Especificamente as linguagens documentárias fornecem suporte para realização da representação temática e permitem estabelecer a comunicação entre os estoques informacionais e seus usuários.

Parte dessa organização é composta por um processo de análise, descrição e representação, que compreende duas etapas: uma de análise, a partir da leitura técnica e da identificação de conceitos; e outra de síntese, que consiste na seleção dos conceitos e na sua tradução a partir da utilização de termos que os represente, conhecida como indexação. Trata-se de um processo intelectual que visa a determinação de assuntos que represente com maior precisão os documentos para sua posterior recuperação. No entanto, tratando-se de processos intelectuais, Pinho (2009, p. 18) evidencia que “não são neutros, uma vez que seus idealizadores impõem uma visão de mundo particular, refletindo posições ideológicas e políticas”, que comumente representam visões padronizadas e dominantes.

Mesmo diante da generalização e pluralidade com a qual as linguagens documentárias tentam representar a informação, por vezes esses instrumentos podem reproduzir (mesmo que

não intencionalmente) as relações de poder que se refletem na própria língua, à medida que nela estão consolidadas concepções ideológicas (SANTOS, et al, 2017, p. 8).

Vygotsky (1987) preconiza que a estrutura de pensamento dos indivíduos se desenvolve de acordo com os hábitos sociais da cultura onde está inserido. Os processos de ORIC, nesse contexto, também refletem a observação e a participação na construção social e a apreensão desta pelos indivíduos, a partir de suas percepções e interpretações. Mediante às representações sociais, é possível evidenciar a interseccionalidade das representações da informação, tendo em vistas que claras as formas de representação social são refletidas nas representações informacionais por meio da formação das línguas e o desenvolvimento das linguagens. Tais representações “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 1).

Olson (2002) considera o processo de representação da informação como um processo de nomear documentos, tendo em vista que nomear é o ato de dar um nome, de etiquetar, de atribuir uma identidade a algo. Nas bibliotecas, os instrumentos que nomeiam os assuntos são as linguagens documentárias. No entanto, para Olson (2002, p. 06, tradução nossa) “Nomear informação, então, não é simplesmente representação da informação, mas também é a construção daquela informação”.

A ORIC parte não só desta perspectiva cognitiva individual, mas da busca de tornar familiar àquilo que não nos é familiar, agrupando a partir de categorias culturalmente adquiridas, indivíduos e objetos, considerando suas semelhanças e suas diferenças, que serão organizadas em uma determinada estrutura conceitual. Essa organização toma como base as representações sociais vivenciadas e compartilhadas e “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas” (MOSCOVICI, 2004, p. 37).

Mesmo diante da simples tarefa de agrupar semelhanças e separar diferenças o ensino de sistematizar é, sem dúvida, a forma natural de compreensão. E nenhuma dessas tentativas, entre erros e acertos, se desloca do universo das representações sociais. Não obstante, a ORIC e as representações sociais encontram-se em um mesmo espaço de compreensão e apreensão da realidade e toda ânsia de organização nada mais é que a estratégia para conduzir o indivíduo na sua localização e mapeamento social.

Nesse cenário, os aspectos éticos do fazer profissional assumem compromissos que, conforme Guimarães e Pinho (2007, p. 2), estão ligados diretamente à instituição, ao usuário, à informação, além do profissional e sua relação com a profissão. Dentre estes aspectos a atividade de representação, atividade de cunho humano e mediadora entre a informação e seu acesso para produções de novos conhecimentos, merece atenção, reconhecendo que “tanto o processo quanto os sistemas de representação do conhecimento não são neutros, uma vez que seus idealizadores impõem uma visão de mundo particular”, que poderão gerar “desvios”, que impactarão “na precisão e recuperação da informação” (GUIMARÃES E PINHO, 2007, p. 2).

[...] o entendimento de bias enquanto desvio versa sobre o sentido de que, no âmbito da representação do conhecimento, quando atividades ou produtos são constituídos tendo uma tendência ou visão preponderante, isto é, um sentimento que venha a se sobrepor (e a prejudicar) outros, subentende-se que está ocorrendo uma mudança, um afastamento ao tratamento igualitário que essa atividade ou produto deve representar (PINHO, 2010, p. 03).

Nesse sentido, os processos de representação, com destaque para aqueles voltados à análise e à síntese, não podem partir somente da visão do profissional e “nas características e necessidades de cada indivíduo, mas em um padrão que ampare uma comunidade de usuários” (MILANI,

GUIMARÃES, 2017, p. 74), reforçando assim a necessidade de estudos que evidenciem discussões sobre essa temática. Pesquisadores da área da Ciência da informação tem se dedicado aos estudos sobre a ética em ORIC, destacando não só as questões voltadas ao fazer profissional e procedimental, mas também as relações socioculturais que permeiam a representação dos documentos.

Partindo do pressuposto de que a atuação do bibliotecário é permeada pela dicotomia entre a não neutralidade dos processos e instrumentos de organização e representação do conhecimento e o compromisso em buscar corresponder, com rapidez e precisão, às necessidades informacionais de uma comunidade usuária cada vez mais culturalmente diversificada, destacam-se as possíveis tensões que podem ocorrer nesse contexto (GUIMARÃES, MILANI, EVANGELISTA, 2015, p. 20).

O comportamento ético, nas relações de trabalho, segundo Almeida (2007), pode ser identificado em três níveis: o individual, o organizacional e o cultural. Em seu aspecto cultural, Almeida (2007) toma por definição o que defende Hofstede (1980), quando este coloca que cada sujeito possui uma programação mental que tem como base componentes da cultura onde encontra-se inserido, advindas e influenciadas por espaços institucionalizados como a família e a escola e reforçadas pelas organizações onde conseqüentemente atuará profissionalmente. Para o autor, “no contexto organizacional, o indivíduo não está imune aos efeitos e às influências da cultura social. Um dos fatores que pode influenciar a forma como uma pessoa reage perante diferentes dilemas éticos é precisamente a sua perspectiva cultural” (ALMEIDA, 2007, p. 109).

Em Ciência da Informação Guimaraes, Milani e Pinho (2008, p. 128) apontam os problemas que afetam de maneira contundente as atividades de ORIC, especificamente a partir do exercício profissional: “Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcio-

namento informacional, Ineficiência profissional, Má-representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiossincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas”. Esses problemas não estão somente ligados às questões procedimentais, mas também permeiam os espaços, vivências e ideologias daqueles que representam e daqueles para quem os documentos são representados.

Tomando por bases as pesquisas desenvolvidas por Milani (2010; 2014), a autora destaca que as contribuições oriundas da linguística, da terminologia e as abordagens feministas, no contexto de estudos da representação da informação, reforçam a inexistência de uma suposta neutralidade nos processos, instrumentos e produtos da ORIC. Pesquisas como as de Milani (2010, 2014) apontam para uma crescente preocupação e atenção na representação de grupos e discursos evidenciados como minorias e que por muito tempo foram silenciados nos ambientes informacionais, por não atender ao padrão considerado adequado.

Assim evidencia-se a necessidade de discutir o papel do profissional da informação considerando não só as especificidades dos grupos e discursos, mas também a interseccionalidade que é a essência das representações sociais.

A Organização e Representação da Informação e do Conhecimento e os Lugares de Fala

Na busca incansável de representação e classificação pelo universo que nos rodeia, toda tentativa de saber orientou a organização do ser no mundo, e conseqüentemente a organização do conhecimento produzido, dos fatos, dos acontecimentos. De acordo com Pombo (1998, p. 1), é classificando que nos orientamos quanto ao mundo em que vivemos e passamos a “estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-

los irremediavelmente”. Os processos representacionais, sejam eles sociais ou informacionais, ganham forma e voz mediante a globalização que impulsionada pelas tecnologias de informação e comunicação deu espaço para a convergência de normas, de gostos, de expectativas, comportamentos, padrões de qualidade, entre outros, e tornou muito amenas as limitações de tempo, distância e linguagem, permitindo um estreitamento entre diferentes culturas.

Observando tais aspectos, questiona-se qual o papel do profissional ao fazer uso dos instrumentos e realizar os processos de representação temática, considerando: as questões individuais, de sua vivência; a organização para qual presta tais serviços e realiza suas atividades; e, a cultura, não só a que permeia suas crenças e ideologias, como também aquela que deverá representar, enquanto responsável pela mediação entre as produções de conhecimento e seus usuários. Nesse entendimento, as reflexões sobre os processos de representação que se voltam para temáticas sobre gênero, sexualidade, classes e questões étnico-raciais urgem por discussões que pautem também os instrumentos e os produtos de representação temática que não sejam “excludentes e questione modelos de classificação cuja inflexibilidade impede que se represente a diversidade humana de maneiras menos díspares” (SANTOS *et al*, 2017, p. 11).

Pensar uma efetiva representação é considerar problemas gerais que estão presentes no fazer da representação cotidiana e que por encontrar-se constantemente naturalizados a partir dos padrões, não são evidenciados, como postula Olson (2002) ao enumerar esses problemas em três recorrências comuns:

primeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca, o que pode resultar em uma representação temática tendenciosa; segundo, tentativas de objetividade podem resultar em tratamento *igual* quando o que é requerido é tratamento *equitativo* para acomodar as diferenças; e terceiro, os padrões homogeneizam os resultados da catalogação e, então, impõe uma

linguagem universal em diversos contextos (OLSON, 2002, p. 9, tradução nossa).

A exposição destas situações nos toma com questionamentos do tipo: E como resolver esses problemas? A resposta pode ser encontrada considerando o usuário como o foco dos sistemas de informação, considerando a diversidade de culturas e, sim, considerando, para além do seu papel social, imprescindível, o contexto do profissional e a internalização de suas vivências culturais. É preciso que busquemos a realização dessas atividades pautadas na ética, na alteridade e principalmente no “lugar de fala” que ocupa esse profissional.

O lugar de fala, aqui posto, parte das colocações de Ribeiro (2017) que aponta que o conceito não apresenta uma epistemologia determinada, mas tem permeado as discussões sobre o ponto de vista feminino, a diversidade, a teoria racial crítica e o pensamento decolonial, de onde tradicionalmente deve ter originado tal conceito. Lugar de fala no texto de Ribeiro (2017) é definido a partir, principalmente, do feminismo negro, em demarcação de um lugar, que projeta um discurso, que é historicamente sufocado pela normatização hegemônica.

Nesse contexto, lugar de fala não indica quem fala e sim como fala, reproduzindo “as ferramentas de marcação dos sujeitos conforme suas posições no diagrama socialmente estabelecido pelas lógicas do mundo como o conhecemos” (MOMBAÇA, 2017, *online*). Como exemplo, Ribeiro (2017) elucida que como marcação social, um homem branco não representa uma travesti, mas pode usar seu lugar de fala para teorizar sobre a realidade das pessoas travestis.

Entre as definições e projeções dos lugares de fala, a autora aponta como socialmente os discursos são universalizados numa tentativa de, por exemplo, universalizar a categoria das mulheres, desconsiderando a “intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero” (RIBEIRO, 2017, p. 21). E é diante dessa amplitude que se faz necessária a prática da alteridade, na observância da plenitude e complexidade que

há no outro, no acolhimento e na diferenciação do outro e do mesmo, sem reduzi-lo a categorias estereotipantes (BORGES, 2015). A universalização, que ressalta um padrão hegemônico, socialmente aceito, é a que silencia estruturalmente as experiências, as produções intelectuais, saberes e vozes de grupos considerados subalternos. E a linguagem, qualquer que seja, possui uma “dinâmica discursiva que promove articulações por onde o saber, o conhecimento e a memória são produzidos e propagados” (BORGES, 2015, p. 168).

Sousa e Tolentino (2017) realizaram uma pesquisa acerca de instrumentos de ORIC e constataram que os instrumentos evidenciam formas de representação na qual estão em destaque a superioridade do homem, a dominação patriarcal e a afirmação da mulher em relações de subordinação. Olson (2002, p. 09, tradução nossa) também aponta a partir de pesquisas que datam desde os anos de 1970, as evidências de terminologia sexista que representa materiais feministas e para mulheres a partir de padrões que problemáticamente “tratam mulheres como exceções para as normas masculinas, recriminam os problemas das mulheres ao separá-los do resto do conhecimento, ou omitem os problemas das mulheres completamente”.

De acordo com Guimaraes e Pinho (2012, p. 03) “Os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou atribuir conceitos no momento de indexação”.

Em consonância às colocações dos autores, Olson (2002), já que afirmava não existir uma receita para a correção universal, mas sugere que se adotem técnicas para a mudança, que sejam desenvolvidas com bases conceituais adaptadas às circunstâncias locais, onde esses sistemas de informação e seus instrumentos padronizadores estão inseridos. Milani (2014) reverbera que a ORIC solucionará ou minimizará os problemas relativos aos desvios de cada cultura na representação, quando os usuários

forem valorizados. “Aqueles provenientes de uma mesma cultura não devem ser considerados como um grupo homogêneo. Nesse caso, a noção de igualdade, enquanto um meio para atingir-se a objetividade, pode resultar num tratamento separado, embora igual, das diferenças” (MILANI, 2014, p. 114).

Nesse sentido, retomamos Ribeiro (2017) para apontar a responsabilidade do profissional que realiza a ORIC em, a partir do seu lugar de fala, usar de alteridade e ética para evidenciar as diferenças e especificidades presentes nas produções e discursos de grupos que até hoje são silenciados pela narrativa hegemônica que não se priva de balizar os instrumentos de representação da informação. Reconhecendo que toda pessoa possui seu lugar de fala, sendo este uma localização social, é necessário que os sujeitos privilegiados socialmente consigam identificar-se a partir de seus lugares e reconhecer como o seu lugar “impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados”. Nesse viés, o profissional da informação tem um lugar de privilégio, institucionalizado socialmente por ser responsável pela organização, acesso e uso da informação, cabendo a sua atuação profissional por meio de uma postura ética saber que “o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 84).

Não obstante, a observância e a leitura desses discursos exigirão reflexões éticas e em níveis diferentes em função da inserção do profissional e de seu reconhecimento cultural e social. A quebra hegemônica na representação temática como parte de um projeto de universalização do conhecimento tem sua viabilidade a partir do reconhecimento e da identificação de “quais são as vozes excluídas no contexto de uma biblioteca e tentar convidá-las a estar presentes” (MILANI, p. 115).

Dessa forma, as representações sociais evidenciam as dinâmicas sociais e as práticas coletivas de comunicação e compartilhamento de conhecimentos. Não se furta à essa dinâmica as práticas de ORIC, que

sofrem impactos e impactam culturalmente os processos de tratamento temático da informação. Esses impactos são circunstanciados pelos padrões sociais, pelas ordens de representação, que precisamente exercem duas funções, como descreve Moscovici (2004, p. 34-36):

a) Em primeiro lugar, elas [representações sociais] *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado [...].

b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o *que* deve ser pensado [grifos do autor].

Refletir sobre as práticas de ORIC reconhecendo que estas não são neutras a medida que são desenvolvidas humanamente e pautadas nos modelos pré-definidos de comportamento e posições, em que ainda nos dias atuais são naturalizadas em suas verdades e sua aparência de imparcialidade, é reconhecer a responsabilidade social dada às representações e o lugar de fala de quem produz conhecimento e o lugar de fala de quem representará essas produções a partir de uma postura ética, de alteridade e que respeite a interseccionalidade que permitirá o acesso universal ao conhecimento sem categorizá-lo como tal.

Conclusões

Os estudos de ORIC, pautados pelo contexto social, evidenciam a realidade social e o desenvolvimento cultural, responsáveis diretos pela relação, valoração e aplicação da expressão do pensamento nos elementos de representação e comunicação da informação. Inferir sobre as necessidades de estudo ético e principalmente do papel social do profissional para a organização e representação enquanto aspectos humanos de ordenação e compreensão da realidade, sugerem um direcionamento para pesquisas e especificidade da abordagem da representação da informação e do conhecimento e seus aspectos sociais.

As representações sociais evidenciam as dinâmicas sociais e as práticas coletivas de comunicação e compartilhamento de conhecimentos, apontando seus limites e intersecções. As práticas de ORIC, sofrem impactos e impactam culturalmente os processos de tratamento temático da informação, exigindo novos olhares e em diferentes ângulos. É fundamental considerar o usuário como protagonista nos sistemas de informação, levando em consideração os marcadores sociais nos quais está inserido, com respeito à alteridade para que suas necessidades informacionais sejam satisfeitas e os conteúdos de seu interesse estejam representados adequadamente. Por fim, é elementar conceber a interface dinâmica entre sujeito e contexto social no processo de construção do conhecimento e no ato de representar, dando voz para que as representações “falem” por seus discursos e conteúdos e possam ser “ouvidas” estimulando a produção do conhecimento e o protagonismo social, como diretiro de todos.

Referências

ALMEIDA, F. J. R. *Ética e Desempenho Social das Organizações: um Modelo Teórico de Análise dos Fatores Culturais e Contextuais*. **RAC**,

v. 11, n. 3, Jul./Set. 2007, 105-125. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n3/a06v11n3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BERGER, P.; LUCCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BORGES, R. Arquivo e a organização do dito e do visível: armazenamento e circulação os saberes silenciados nas tramas hipertextuais. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 17, jul/ out. 2015, p.163-189. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/77/76>. Acesso em 30 set. 2018.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 out. 2018.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 4, p. 11-19, 2006.

DODEBEI, V. L. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; EVANGELISTA, I. V. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 19-32, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p19>. Acesso em: 15 set. 2018.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise

preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 124-135, jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124>. Acesso em: 13 set. 2018.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 19-39, jul. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753/1500>. Acesso em: 05 set. 2018.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e Terminologia. **Transinformação**, vol. 16, n. 3, 2004, p. 231-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n3/03.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 148 p.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto**: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas relacionados a Biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto. **Iris** – Informação, Memória e Tecnologia, Recife, v. 3, n. especial, p. 72-92, 2014/2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS>>. Acesso em: 15 set 2018.

MORAES, A. F. de; ARCELLO, E. N. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.10, n.2, 2000.

MORIN, E. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOMBAÇA, J. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala**. Online. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 26 set 2018.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PINHO, F. A. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. Portal da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>. Acesso em: 21 set 2011.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, R. F.; et al. A Representação Colaborativa da Informação e a construção de linguagens documentárias sobre Diversidade de Gêneros: análise das contribuições do Dicionário de Gêneros – ‘Só

quem sente pode definir'. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 2017, 2017, Marília – SP.

Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 2017. Marília – SP: Ed.UNESP, 2017.

p. 1-10.

SOUSA, B. P. de; TOLENTINO, V. de S. Aspectos machistas na Organização do Conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166-207, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 1987. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html5/283>. Acesso em: 24 set 2018.

Representação e Recuperação de Informações: contexto, relevância e pertinência²³

*Denysson Axel Ribeiro Mota
Nair Yumiko Kobashi*

Introdução

Um aspecto importante dos estudos de representação e recuperação de informações é a compreensão da linguagem. As investigações sistemáticas sobre a linguagem, são desenvolvidas em diferentes domínios: Filosofia da Linguagem, Semiologia, Semiótica, entre outros. Dentre os estudos da linguagem pode-se citar, em uma primeira abordagem, a perspectiva de Morris (1985), para quem, há três elementos essenciais que definem o significado das palavras: a sintaxe, a semântica e a pragmática.

A Sintaxe estuda as estruturas combinatórias entre as palavras para formar frases e sentenças, estudando a relação entre as palavras, mas desconsiderando-se, nessas análises, a relação entre palavra e seu significado, assim como o intérprete (MORRIS, 1985).

A Semântica, por sua vez, estuda o significado das palavras e sentenças e a relação dessas palavras, ou signos, com os objetos que eles representam ou significam (MORRIS, 1985). Porém, o estudo puramente semântico das expressões humanas, ou seja, dos elementos que dependem apenas do sistema da língua, desconsiderando o contexto de uso das

23 Este capítulo é um recorte modificado de parte da tese intitulada “Representação e Recuperação de Informação em Acervos Digitais nos Contextos da Web Semântica e Web Pragmática: um estudo crítico”, defendida no PPGCI/USP em 2015 (MOTA, 2015).

palavras e dos indivíduos envolvidos no processo comunicacional, é considerado insuficiente para compreender a linguagem como um todo e, principalmente, o significado das palavras em enunciados concretos (CANÇADO, 2008).

O campo que estuda o uso da língua em contextos é a Pragmática. Nessa perspectiva, levam-se em conta o ambiente físico, a entonação, as expressões faciais, o histórico e experiências do emissor e receptor, além de outros elementos extralinguísticos presentes no processo de significação. Isso permite analisar não apenas os vocábulos utilizados, mas também a intencionalidade do emissor e as relações entre signos e usuários (MORRIS, 1985). Com os estudos da Pragmática é possível identificar variações de significado, sinalizando com gestos ou tom de voz, para expressar um significado não usual das palavras de sua mensagem (PALMER, 1981).

No campo da Recuperação da Informação (RI) são igualmente importantes os estudos relacionados à linguagem e à significação. Para Ingwersen (1992), a recuperação de informações está fundamentada em processos de representação, armazenamento, busca e descoberta de informações relevantes. Para o autor, a RI, o principal campo de estudos da Ciência da Informação (INGWERSEN, 1992; JÄRVELIN; VAKKARI, 1992), tem como um de seus objetivos projetar, construir e testar Sistemas de Recuperação de Informação (SRI), ou seja, sistemas que, ao serem apresentados com uma questão, retornam informações para o usuário. São, nessa medida, dispositivos em que as informações se encontram estruturadas, codificadas de forma padronizada, que podem ser acessadas por meio de interfaces de busca. São sistemas que envolvem a relação entre o criador e o consumidor de informações por meio da linguagem.

A representação de informações, sob a ótica dos SRI, é geralmente composta pelos seguintes elementos: os documentos propriamente ditos, como no caso de dispositivos que integram textos completos; os termos de indexação atribuídos automaticamente ou por indexadores humanos; as

estruturas gráficas (imagens, quadros e tabelas) presentes nos documentos; os dados de catalogação, ou dados formais (dados de pesquisa anexados e/ou apresentados no texto de forma estruturada) (INGWERSEN, 1992).

Os problemas principais da representação da informação nos SRI são definir o conteúdo informacional dos documentos e determinar sua relevância nas buscas (LANCASTER, 2004). Tendo em vista o crescimento incessante da produção de materiais informacionais, e o tempo necessário para indexá-los, procura-se, cada vez mais, automatizar esses processos. É uma tarefa complexa pois devem ser considerados os problemas da linguagem, tal como expostos por filósofos da linguagem, tanto quanto por semiólogos e semioticistas.

A relevância não é algo simples de ser identificado ou calculado pois envolve, além dos termos de indexação atribuídos aos textos e das estratégias utilizadas em buscas, diversos elementos cognitivos e situacionais que não são facilmente externalizáveis. Estas nuances e alguns aspectos da relevância em SRI serão abordados nas linhas a seguir.

Contexto

O principal aspecto que diferencia a Semântica da Pragmática é o estudo das expressões linguísticas em seu contexto de uso que, de acordo com as variações situacionais, pode ter seu significado modificado. São estas situações que são denominadas de contexto de uso ou apenas de contexto.

O contexto é o cerne da Pragmática, um objeto de pesquisa intrigante para as diferentes áreas do conhecimento. O significado de contexto tem um histórico de divergências entre diversas áreas (VALLET *et al*, 2006), não havendo, portanto, um único significado global aceito para toda situação ou tipo de informação veiculada (EDMONDS, 1999). Devido a essa diversidade, busca-se aqui reunir definições oriundas de diferentes áreas para que o leitor possa identificar uma perspectiva adequada às suas necessidades.

De forma geral, e no campo específico da Linguística, o contexto é composto por vários elementos (sociais, situacionais e/ou pessoais), que interferem no comportamento linguístico dos indivíduos. As possibilidades contextuais são, de certa forma, infinitas, principalmente se forem considerados os sujeitos em situações que envolvem diferentes idiomas, culturas, domínios do saber e formação. Nessa mesma perspectiva, Armengaud (2006) define contexto como as situações comunicativas concretas que ocorrem em situações determinadas por lugar, tempo e identidade dos falantes. Tudo o que for necessário para avaliar o significado das elocuições é, então, contexto. O sentido das palavras deve ser apreendido a partir do sentido das frases onde elas figuram e das frases dentro de um parágrafo, e assim consecutivamente. Para compreender, então, o que o enunciatário deseja informar, há que situar a palavra em seu contexto de uso na frase.

O contexto, para Lyons (1979), pode ser definido a partir de quatro elementos:

[...] situação espaciotemporal que inclui o falante e ouvinte, as ações que eles realizam no momento e vários objetos e eventos externo. [...] O ouvinte [...] interpreta esses [...] elementos corretamente mediante referência às características relevantes da situação. [...] o conhecimento partilhado pelo falante e pelo ouvinte do que se disse antes, na medida em que isso seja pertinente para a compreensão do enunciado. [...] a aceitação tácita pelo falante e ouvinte de todas as convenções, crenças e pressuposições relevantes 'dadas como certas' pelos membros da comunidade linguística a que o falante e o ouvinte pertencem (LYONS, 1975, p. 413, grifos no original).

Percebe-se que as possibilidades de uso das expressões são bastante intrincadas, mas são, em geral, pouco consideradas nos processos de recuperação de informações, não por ser algo ignorado ou desconhecido, mas porque sua adequada representação implica levar em conta elementos

que muitos desenvolvedores de sistemas de informações julgam demasiado complexos para serem operacionalizados.

É importante ressaltar que o conceito de contexto pode ser considerado ambíguo ou demasiado amplo e, por isso, alguns autores utilizam outros termos para designar o conjunto de circunstâncias em que o sujeito se encontra durante o processo de busca de informações. Alguns exemplos dessas delimitações são as de Julien e Michels (2002), que utilizam o conceito de ‘situação’, e Allen and Kim (2001), que preferem utilizar o termo ‘tarefa’. Por outro lado, Ingwersen e Järvelin tratam o contexto como um conjunto de fatores, uma série de elementos determinados por itens como “a tarefa de uma pessoa, sua fase e situação” (INGWERSEN; JÄRVELIN, 2005, p. 1, tradução livre). Além disso, outros indivíduos e componentes também podem influenciar o processo.

Armengaud (2006, p. 82) afirma que o “conceito de contexto adquire vigor e consistência ao se aproximar da noção de mundo possível”, restringindo-se, assim, as possibilidades contextuais a um conjunto de situações, denominado de ‘conjunto-contexto’, que são as mais prováveis de ocorrer. A concepção de mundos possíveis é compartilhada por Eco (2000), que exemplifica com a palavra baleia, para a qual existem dois mundos possíveis: um onde ‘baleia’ é interpretado como um grande peixe (Bíblia) e outro onde é interpretado como mamífero (Biologia). Ambas as interpretações podem estar corretas porque pertencem a diferentes concepções de mundo.

Considerando essas variações, e a forma com que os autores abordam a questão do contexto, é perceptível que alguns elementos podem ser representados de forma relativamente fácil e outros não, sendo este um dos principais problemas presentes em estudos de usuários. Porém, para avaliar inicialmente as várias possibilidades de pesquisa, será considerado aqui o contexto de forma mais ampla, com seus vários possíveis elementos, de acordo com as definições de Armengaud (2006) e de Ingwersen e Järvelin (2005).

Na perspectiva pragmática, Teun Van Dijk (1977b) trabalha com a noção de *frame*. Este é definido como um conjunto de conhecimentos de mundo (sejam eles conhecimento técnico, de idioma, posicional, situacional etc.) que possibilita elaborar diferentes interpretações das sentenças. Assim, diferentes *frames* permitem interpretar uma mesma frase de diferentes formas.

Eco (1987) aborda os *frames* como uma “estrutura de dados que serve para representar uma situação estereotipada” (p. 114, tradução nossa). Essas estruturas conteriam um conjunto de informações que ditam as ações e reações do sujeito na situação em que este se encontra. Dessa forma, se as informações do *frame* se confirmam, o sujeito sabe como deve agir, porém, caso existam informações divergentes no *frame*, o sujeito entra em um estado ou condição em que é necessário adaptar-se à situação para agir de acordo com as equivalências situacionais armazenadas como conhecimento prévio. Nestas situações, o sujeito modifica o *frame* em que ocorreram as divergências ou cria um novo para a situação específica.

A representação de contextos em forma de *frames* pode ser considerada como puramente representação do conhecimento, pois, ao contrário do que ocorre com as representações de registros informacionais, o que se busca explicitar aqui são os diferentes conhecimentos situacionais que influenciam a interpretação textual. O autor afirma que já houve iniciativas para explicitar o conhecimento de mundo, porém, o sucesso dessas experiências foi limitado devido à complexidade e variação dos contextos possíveis de ocorrer.

Edmonds (1999), em consonância com Van Dijk (1977a, 1977b) e Eco (1987), afirma que, nos sistemas naturais, um único efeito pode ter várias causas e que, para sua adequada representação, é mister ignorar alguns elementos para que a ampla quantidade de fatores não gere demasiada complexidade ao realizar a modelagem do mundo possível, ou do domínio desejado. Considerando o efeito como a interpretação de uma palavra ou sentença, as causas podem ser várias, e elas variarão

de acordo com elementos psicológicos e sociais construídos desde a infância. Assim, no âmbito dos sistemas de informação, para a adequada representação de informações contextualizadas, é necessário delimitar os contextos, considerando apenas os mais plausíveis ou prováveis. Dito de outro modo, os conceitos de mundo-possível, *frame* e conjunto-contexto tornam operacionalizável a inclusão de contextos em sistemas de informação.

Para Borlund (2003), o contexto é a percepção do usuário em situação de busca de informação, portanto, nada mais é que um construto psicológico que representa, internamente, o conhecimento e as suposições sobre o mundo em um determinado momento e sua necessidade informacional dentro desse mundo. De forma semelhante, um autor também tem seu contexto, pois, ao representar seu conhecimento, ele expõe ali uma série de elementos de contexto que o circundam, começando pelo tema escolhido e a forma de representação.

Edmonds (1999) classifica os contextos em interno e externo (físico, social e biológico). No primeiro, o contexto interno é o próprio conhecimento do indivíduo (ou grupo social), utilizado no processo de aprendizagem mediante a (re)lembração e o reconhecimento de diferentes situações para melhor se adequar ao presente; já o contexto externo é caracterizado pelo ambiente compartilhado por um grupo, chamado também pelo autor de *context-as-a-resource* e *context-we-inhabit*, que pode ser, por exemplo, um contexto temporal.

Na segunda classificação, o contexto físico é constituído pelos elementos espaciais e temporais que um grupo de pessoas pode compartilhar, e, para o autor, são os mais simples ou claros de serem analisados; o contexto social é o que gera, segundo Edmonds (1999), a maior quantidade de elementos em comum entre os indivíduos, principalmente por serem oriundos da cultura e da linguagem, mas que ao mesmo tempo é demasiado rico, ou complexo, para ser analisado; já o contexto biológico são as experiências emocionais, de consciência ou de conhecimento compartilhado que um grupo de indivíduos pode ter.

Eles são extremamente importantes no processo de aprendizagem, mas seu estudo é complexo pois, muitas vezes, são confundidos ou ocultos pelos contratos sociais.

Por outro lado, Armengaud (2006) comenta que Carnap faz distinção entre dois tipos de dependências entre palavra e significado: uma dependência não-essencial, quando o significado de uma palavra ou frase é constituído pelas palavras/frases que a precedem (um contexto interno ao texto); a outra, chamada de essencial, quando o significado varia de acordo com elementos extralinguísticos (um contexto externo ao texto). São semelhantes aos “ditos e não ditos” de Eco (1984, p. 97).

Nesses estudos, a dependência não-essencial é completamente voltada para o texto, sendo realizada pelo leitor no momento de uso da informação. Estes aspectos têm sido utilizados em sistemas de recuperação de informações e de indexação/catalogação semi-automáticas, como na identificação de palavras relevantes dentro de frases e de frases dentro de parágrafos. Essa identificação ainda não é perfeita (LANCASTER, 1993), porém, é realizada com grande velocidade e tem resultados considerados aceitáveis dentro das restrições de tempo e pessoal qualificado.

Mesmo que Armengaud (2006) afirme que a primeira dependência se preocupa apenas com o texto, é possível perceber que ela também se relaciona com o contexto extralinguístico do autor. As escolhas das palavras para expressar as ideias, autores para citar ou, até mesmo, o uso de voz passiva ou ativa é uma influência de elementos extralinguísticos.

A segunda, a dependência essencial, no entanto, é mais complexa, pois é dependente dos indivíduos que interagem com o texto e o contexto da interação, sejam eles histórico, acadêmico ou social. Essa dependência é especialmente relevante quando considerados os processos de recuperação de informações, em que a leitura ocorre de forma superficial, visto que se procura apenas identificar palavras/frases que indiquem relevância, ou por consulta ao resumo do texto. Neste caso, o contexto é, especificamente, a necessidade de informações, influenciada pelo histórico acadêmico do indivíduo.

Segundo Van Dijk (1992), o contexto envolve elementos como “crenças, desejos, preferências, normas e valores” (VAN DIJK, 1977a, p. 212, tradução nossa) tanto do interlocutor quanto do ouvinte/leitor, assim como um conhecimento convencional ou compartilhado. Qualquer que seja a teoria pragmática, seu objetivo deve ser unir as sentenças (em sua forma gramatical) e as interações (relações sociais). Para o autor, portanto, independe na comunicação o que o interlocutor realmente sabe, pensa ou deseja se estes elementos não estão expressos, se seu comportamento não demonstra esses estados internos (VAN DIJK, 1977b).

Fica claro que os estados mentais dos criadores de informações são apenas relevantes se os consumidores não apenas têm conhecimento sobre esses estados, mas se sabem usá-los e estabelecem a relação destes com suas próprias interpretações de mensagens, dentro de um contexto social. A relação do que é interno, e sua externalização, é destacada quando o autor afirma que é necessária a “ligação direta entre o que é pensado, etc. e o que é *demonstrado*” (VAN DIJK, 1977a, p. 213, tradução nossa, grifo no original).

Eco (1987) desenvolve a noção de contexto sob uma perspectiva interna ao texto. Para o autor, o significado de um determinado termo está diretamente relacionado à aparição deste junto de outros termos pertencentes ao mesmo sistema de significação, e que, juntos, apontam para o significado adequado ou preciso. Quando isto ocorre tem-se o co-texto, um contexto delimitado pelo próprio texto. Para o autor, as “seleções contextuais preveem possíveis contextos: quando estes se realizam, se realizam em um co-texto” (ECO, 1987, p. 29, tradução nossa).

Os elementos contextuais são parte de um amplo sistema semiótico, mas que, dentro de um texto, devem ser expressos para que sejam, no momento de sua leitura, adequadamente interpretados. Assim, em textos narrativos, somente quando os elementos circunstanciais são verbalmente descritos é que podem ser considerados como contexto, mas

sem o esclarecimento ou registro dessas circunstâncias não poderiam ser considerados desta forma (ECO, 1987).

Percebe-se então que o co-texto ocorre apenas dentro do texto que está sendo lido, mas o processo de interpretação também é influenciado por elementos externos. Eco (1987) afirma que o leitor não lê o texto de forma isolada, mas é influenciado por outros textos que leu anteriormente. Essa competência extra e intertextual envolve não apenas o texto em uso, mas “abarca *todos* os sistemas semióticos com que o leitor está familiarizado” (ECO, 1987, p. 116, tradução nossa, grifo no original), e aí entram não apenas os outros textos que o leitor conhece, mas também os elementos extralinguísticos.

Como pode ser visto, diversos autores apontam para a existência de dois contextos extralinguísticos no processo de leitura: o de criação e o de consumo. O primeiro envolve os elementos que influenciaram o autor da obra no momento de criação, tais como como a imagem do receptor a quem é dirigida a obra, os dados, a situação cultural, o que já foi dito anteriormente, entre outros (LEVINSON, 1983).

Sobre o segundo, Rothe (1987) “o texto é, pois, a resposta a uma pergunta” (p. 16, tradução livre), pergunta que varia de leitor para leitor, e daí, conseqüentemente, variam também as respostas (interpretações). Com isto, o autor afirma que devem ser tratados e considerados não somente os elementos contextuais de criação do texto, mas, principalmente, de que forma e em que condições ocorrem a recepção e seu consumo.

Esta última dependência contextual vai ao encontro do que Eco (1960) afirma sobre a interpretação, como “uma pluralidade de significados que convivem num só significante” (p. 22), possibilitando diversas formas de leitura e de interpretação de um mesmo texto, de acordo com o número de mundos possíveis existentes. No entanto, Eco (2000) afirma também que, mesmo sendo admissível a existência de diferentes leituras, há leituras não aceitáveis, interpretações que fogem

demasiado da intenção do autor e que, por isso, podem ser consideradas como leituras erradas.

Em repositórios tradicionais, a recuperação de informação, principalmente de recursos bibliográficos, supõe a representação do assunto ou tema do documento (KOBASHI, 1994). Pode-se supor que a representação poderá tornar-se mais rica e frutífera, nos processos de recuperação, se ao assunto do documento forem adicionados elementos contextuais, dando mais sentido à representação temática se ela for enriquecida semântica e pragmaticamente, por meio de dados contextuais.

É importante ressaltar que outros trabalhos abordaram a recuperação de informação com o uso de contextos, sem, no entanto, representá-los formalmente, tal como no trabalho de Shen, Tan e Zhai (2005) que utilizam o *feedback* implícito dos usuários para identificar e melhorar os resultados das buscas.

Esse modo de abordagem indireta de contextos é, de certa forma, uma visão alinhada com as de Ingwersen e Järvelin (2005) e Allen e Kim (2001), que consideram a necessidade de informação como algo mutável ao longo do processo de busca, que se molda de acordo com os resultados intermediários obtidos até chegar ao resultado desejado.

No entanto, pode-se melhorar a qualidade dos resultados dos processos de recuperação se algum contexto for representado formalmente e incorporado aos SRI para avaliação no processo de identificação das informações. Por meio da representação de contextos seria possível, portanto, melhorar a identificação da relevância das informações em eventos de busca.

Relevância e Pertinência

A relevância é definida de diversas formas: como a avaliação de pertinência ou utilidade de fontes de informação em comparação a uma necessidade de informação de um indivíduo (INGWERSEN; JÄRVELIN,

2005); como a medida da eficácia do contato ou relação entre uma fonte e um destinatário no processo comunicacional (SARACEVIC, 1975); ou como a relação entre a requisição de busca e o conteúdo de uma coleção de documentos, seja um texto completo ou uma representação do original (CASE, 2007). Para Saracevic (2007), a relevância é um dos principais, se não o conceito-chave da RI, e sua avaliação pode ser realizada tanto por indivíduos (ex. bibliotecários) como por mecanismos automatizados (ex. SRI).

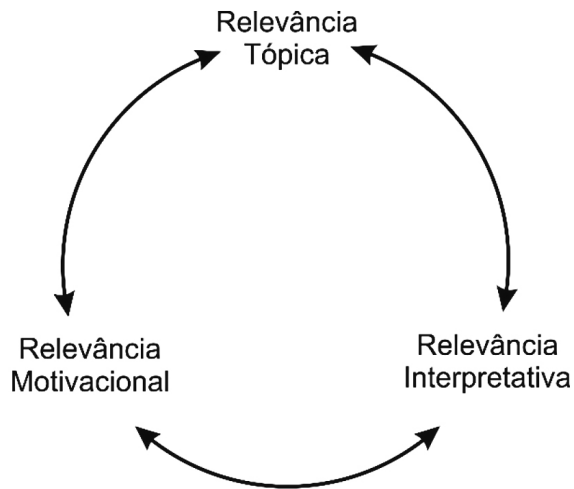
Saracevic (1975) aborda os diferentes conceitos e tipos de relevância que podem ser encontrados na literatura, afirmando que a Ciência da Informação surge como o terceiro campo a lidar com este conceito de forma mais concreta, ao lado da Lógica e da Filosofia. Já Case (2007) comenta que é notória a quantidade de pesquisas e publicações voltadas para este tópico na Ciência da Informação, assim como a visão de que os estudos de relevância poderiam ser a principal abordagem para compreender e definir o conceito de informação. Segundo Saracevic (1975), na Filosofia, e principalmente nos estudos de Schutz, a relevância é vista como o princípio fundamental que relaciona as diferentes realidades do mundo social. Para Schutz, segundo Saracevic (1975), existem três tipos de relevância: a relevância tópica, a relevância motivacional e a relevância interpretativa.

A relevância tópica refere-se à avaliação do assunto ou tema da informação (o tópico) e como este se relaciona com os critérios de busca, de forma semelhante a como os SRI mais simples a verificam. Esta definição de relevância, compartilhada por muitos autores, é a mais comum dentro da Ciência da Informação (CASE, 2007).

A relevância interpretativa, que ocorre no momento da leitura ou consumo da informação, situação em que o leitor verifica a adequação da informação retornada pelo sistema em relação aos seus critérios, é também chamada por Case (2007) de relevância subjetiva. A relevância motivacional, por sua vez, é influenciada por elementos contextuais e situacionais, que podem transformar uma informação irrelevante em

relevante, ou vice-versa, relevância esta que vai ao encontro do que autores como Ingwersen e Järvelin (2005) consideram importante considerar. Todos estes tipos de relevância estão, na verdade, inter-relacionados e não isolados (Figura 1).

Figura 1 - Tipos de Relevância e suas relações



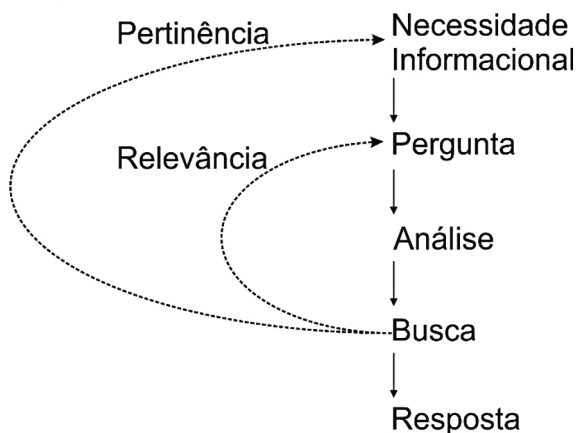
Fonte: Adaptado de Saracevic (1975)

A avaliação da relevância, como se pode perceber, é algo relativo: o que é relevante para um usuário, em um dado momento, pode deixar de sê-lo em outro momento, da mesma forma que o que não era relevante poderá passar a sê-lo em outro contexto de pesquisa; além disso, duas coisas relevantes podem ter “níveis” de relevância distintos (SARACEVIC, 1975). Nesse sentido, o autor lista algumas coisas que podem afetar o julgamento da relevância de uma informação: o que já se conhece sobre um assunto, o que se pensa que é desejado e como foi requisitado, o que se entende da requisição, a diferença entre o que se deseja e o que é necessário, quem está requisitando, qual a situação da requisição, entre outros.

Nesta linha, Ingwersen e Järvelin (2005) afirmam ser possível identificar ou perceber outros tipos de relevância, dependendo do ponto de vista utilizado: do ponto de vista humano têm-se a relevância cognitiva e a relevância situacional; do ponto de vista dos SRI têm-se a relevância algorítmica e a relevância binária. Para estes autores, as pessoas julgam a relevância da informação de forma subjetiva e dinâmica, diferentemente dos sistemas que a realizam de forma simplista, o que afeta diretamente o processo de recuperação da informação. O julgamento humano não apenas amplia as possibilidades de obtenção de melhores resultados na recuperação, mas, por outro lado, adiciona uma nova camada de complexidade ao planejamento e ao processamento das informações em sistemas.

Saracevic (1975) diferencia a relevância da pertinência: a relevância é a propriedade que relaciona os resultados da busca à pergunta ou requisição realizada, enquanto a pertinência relaciona os resultados à necessidade de informação (Figura 2).

Figura 2 – Relevância vs Pertinência



Fonte: Adaptado de Saracevic (1975)

Nesta definição, resultados relevantes podem ser também pertinentes, mas há também resultados relevantes que não são pertinentes e resultados não relevantes que são pertinentes. Do ponto de vista humano, no momento da avaliação da informação, o que se deseja são, na verdade, resultados pertinentes (CASE, 2007). Os SRI, porém, não são capazes de avaliar a pertinência dos resultados. Eles podem, apenas responder às perguntas postas pelo usuário calculando o grau de aderência entre pergunta do usuário e dados acumulados no sistema.

Saracevic (1975) cita Kemp (1974) para mostrar que a diferença entre relevância e pertinência é, também, uma diferenciação entre verificação objetiva e subjetiva, entre conhecimento público e conhecimento privado. Saracevic sistematiza essa concepção (aqui reproduzido no Quadro 1) para mostrar que a diferenciação entre conhecimento público e privado também ocorre em outras áreas do conhecimento, como na Psicologia e na Linguística, e faz um paralelo entre a relevância e a pertinência, com base nos estudos de Schutz (1970), já citados, e os de Kemp (1974). Para Saracevic (1975), a relevância tópica de Schutz está diretamente relacionada à noção de relevância e ao conhecimento público de Kemp, enquanto a relevância interpretativa está relacionada à pertinência e ao conhecimento privado.

Quadro 1 – Conhecimento Público vs Conhecimento Privado

Campo	Público	Privado
Ciência da informação	Relevância	Pertinência
Filosofia da ciência	Conhecimento público	Conhecimento privado
Psicologia	Denotação	Conotação
Linguística	Semântica	Pragmática
Sociologia do conhecimento	Comunicação formal	Comunicação informal

Fonte: Adaptado de Saracevic (1975)

Para os objetivos de recuperação, no entanto, é possível apenas operar com o que já foi explicitamente representado, levado do privado para o público, mesmo que sejam elementos intrinsecamente privados, como os contextos de produção ou de busca de informações. Por essas razões, procura-se operacionalizar a relevância e não a pertinência. Pode-se pensar que a Pertinência, colocada no âmbito Privado, no Quadro 1, é mais dependente de informação pragmática do que a Relevância. Nessa medida, a Pertinência é mais difícil de ser avaliada por ter características mais subjetivas. Certamente, a Relevância e a Pertinência devem ser objeto de aprofundamento, em outras pesquisas.

Considerações

Buscamos com este capítulo trazer à tona a questão do contexto no processo de interpretação textual, e como o mesmo pode interferir nos processos de representação e recuperação de informações, principalmente no que tange à questão de atribuição de relevância pelos SRI.

Ao abordar também a relevância e a pertinência, tentamos dar destaque ao processo cognitivo que ocorre no usuário, e como os contextos influenciam, ativamente, na busca por informações, assim como levantar a possibilidade de representação destes contextos para uso na recuperação.

A proposta de representar os contextos não é algo novo, como dito anteriormente, no entanto com novas pesquisas e novas tecnologias é possível vislumbrar novos caminhos que possam nos levar à adequada representação destes elementos, para uso posterior nos SRI.

Mesmo que a representação não ocorra nos SRI, o conhecimento destes elementos por parte do profissional da informação é um fator determinante, que irá afetar a qualidade dos processos e produtos da representação e recuperação da informação e do conhecimento.

Referências

- ALLEN, B.; KIM, K.-S.; Person and context in information seeking: Interactions between cognitive and task variables. **The New Review of Information Behaviour Research**, v. 2, p. 1-16, 2001.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.
- BORLUND, P. The Concept of Relevance in IR. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 54, p. 913-925, 2003.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CASE, D. O. **Looking for information**: a survey of research on information seeking, needs, and behavior. London: Academic Press, 2007.
- ECO, U. **Lector in fabula**: la cooperación interpretativa en el texto narrativo. Barcelona: Lumen, 1987
- ECO, U. **O conceito de texto**. São Paulo: T. A. Q. /EDUSP, 1984.
- ECO, U. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- EDMONDS, B. The Pragmatic Roots of Context. In: PROC. OF THE 2ND INTERNATIONAL AND INTERDISCIPLINARY CONFERENCE ON MODELING AND USING CONTEXT. Berlin; Heidelberg; New York, v. 1688, 1999. **Anais...** v. 1688, p. 119-132, 1999.
- INGWERSEN, P. **Information retrieval interaction**. London: Taylor Graham, 1992.
- INGWERSEN, P.; JÄRVELIN, K. **The turn**: integration of information seeking and retrieval in context. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2005.

JÄRVELIN, K.; VAKKARI, P. The Evolution of Library and Information Science 1965-85: A Content Analysis of Journal Articles. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B., **Conceptions of Library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives**. London, UK: Taylor Graham, 1992. p. 109-125.

JULIEN, H.; MICHELS, D. Intra-individual information behaviour in daily life. **Information Processing and Management**, v. 40, p. 547-562, 2004.

KEMP, D. A. Relevance, Pertinence and Information System Development. **Information Storage and Retrieval**, v. 10, n. 2, p. 37-47, 1974.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 1994.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, Edusp, 1979.

LYONS, J. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

MORRIS, C. **Fundamentos de la teoría de los signos**. Barcelona: Paidós, 1985.

MOTA, D. A. R. **Representação e recuperação de informação em acervos digitais nos contextos da web semântica e web pragmática: um estudo crítico**. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27012016-135403/pt-br.php>
Acesso em: 11 set 2018.

PALMER, F. R. **Semantics**: a new outline. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

ROTHER, A. El papel del lector en la crítica alemana contemporánea. In: MAYORAL, J. A. (Org.). **Estética de la recepción**. Madrid: ARCO/LIBROS S. A. 1987, p. 13-30

SARACEVIC, T. Relevance: A Review of and a Framework for Thinking on the Notion in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, nov./dez. 1975. p. 321-343.

SARACEVIC, T. Relevance: A Review of the Literature and a Framework for Thinking on the Notion in Information Science. Part II: Nature and Manifestations of Relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 13, p. 1915-1933, 2007.

SCHUTZ, A. **Reflections on the Problem of Relevance**. New Haven: Yale University Press, 1970.

SHEN, X.; TAN, B.; ZHAI, C. **Context-sensitive information retrieval using implicit feedback**. 2005. Disponível em: <http://sifaka.cs.uiuc.edu/czhai/pub/sigir05-if.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

VALLET, D. et al. **Personalized Information Retrieval in Context**. 2006. Disponível em: <http://ir.ii.uam.es/~acemedia/publications/mrc06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VAN DIJK, T. A. Context and cognition: Knowledge frames and speech act comprehension. **Journal of Pragmatics**, v. 1, p. 211-232, 1977a.

VAN DIJK, T. A. **Text and Context**. London: Longman, 1977b.

SOBRE OS AUTORES

André Anderson Cavalcante Felipe

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto I do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pernambuco.

Denysson Axel Ribeiro Mota

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2011), Possui graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Tiradentes (2007). Atualmente é professor na Universidade Federal do Cariri.

Gisele Rocha Côrtes

Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI).

Gracy Kelli Martins

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Marília/SP, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Atualmente é professora adjunta no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba – PB; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Biblioteconomia (UFCA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFPB).

Jacqueline Aparecida de Souza

Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Concluiu a graduação em Biblioteconomia

e Ciência da Informação (2005) e obteve o título de mestre em Linguística (2010), ambos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2010, no Departamento de Ciência da Informação (DECIN).

João Batista Ernesto de Moraes

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1984), Mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990) e Doutorado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Marília.

João Gomes da Silva Neto

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986), mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), estágio doutoral na Université de Caen (Basse Normandie, França, 1996-1997), doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998) e pós-doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012) e pela Universidade de São Paulo (2017). É Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com atividades na Graduação em Letras, na Pós-graduação em Estudos da Linguagem e no Mestrado Profissional de Letras.

José Antonio Moreira-González

Diplomado en Profesorado, Universidad Complutense 20/06/1974. Licenciado en Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Educación à Distancia - UNED - Faculdade de Geografia e História, (1981), Doctorado en História, Universidad Nacional de Educación à Distancia – UNED – (25/06/1985). Pós- doutorado pela Universidade de São Paulo-ECA-USP (1989). Actualmente, Catedrático de Universidad - Universidad Carlos III de Madrid. Líneas de investigación- descripción palabras claves: Teoría e Historia de la Documentación; Análisis de contenido textual; Análisis documental de imágenes; Formación universitaria de los documentalistas.

Larissa de Mello Lima

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília. (2015) Integrante do Grupo de Pesquisa “linguagem, discurso e organização do conhecimento”, Mestre em Ciência da Informação. (2017). Doutorado em andamento: Ciência da Informação.

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba com Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco (1983), Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (1984), Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1992), Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2011) e Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2016).

Mariana da Silva Caprioli

Bibliotecária na Biblioteca Municipal de Marília “João Mesquita Valença”. Doutorado em andamento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília em 2018. Bolsista FAPESP com o projeto “Análise do Discurso Literário: proposta de metodologia no processo de Análise Documental de textos narrativos de ficção”.

Nair Yumiko Kobashi

Bacharel em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1980), bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (1978), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1988). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994). Professora livre-docente da Universidade de São Paulo. Coordenadora adjunta da área Ciências Sociais Aplicadas I (CAPES), no período 2011-2014.

Raildo de Sousa Machado

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (2019). Especialização em Docência no Ensino Superior pela faculdade Ávila (2014). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (2013). Bibliotecário-documentalista da Universidade Federal do Amapá desde abril de 2014. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação (GPTAI),

Raimunda Fernanda dos Santos

Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/UFRJ). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal

de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECIN/UFRN).

Rosane Suely Alvares Lunardelli

Possui Graduação em Biblioteconomia, Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UEL. Líder e Pesquisadora Grupo de Pesquisa: Metarrepresentação do assunto em condensações informacionais.

Sale Mário Gaudêncio

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Gestão Educacional e da Criatividade pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) é Bibliotecário-Documentalista e Coordenador da Editora Universitária (EdUFERSA), Líder do Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação (CCI-UFERSA/CNPq) e Editor-chefe da Revista Informação em Cultura (RIC-UFERSA).

Virginia Bentes Pinto

Professora Titular da Universidade Federal do Ceará – UFC. Bacharel em Biblioteconomia – Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Sciences de l'Information et de la Communication- Institut des Communications et des Média (ICM) – Université Stendhal – Grenoble 3 – França (1999). Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Pós-Doutorado em Filosofia – Tratamento cognitivo da informação-Laboratoire de l'Analyse Cognitive de l'Information (LANCI) – Université du Quebec à Montreal (2006). Estágio Pós-Doutoral no Instituto de Linguística Aplicada (IULA) da Universidad Pompeu Fabra – Barcelona. Estágio Pós-Doutoral em Direito e Genoma na Cátedra Interuniversitária de Derecho y Genoma Humano-Universidad de Deusto – País Basco (2013). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Zaira Regina Zafalon

Doutora em Ciência da Informação pela UNESP (2012), mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (2006), especialista em Sistemas Automatizados de Informação em Ciência & Tecnologia (1996), em Administração (2002), em

Ensino Superior (2003), e bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela EBDSC (1993). Atua como docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lidera o Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação – GPTAI (UFSCar) e pesquisa junto ao Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (UNESP). É membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e da International Society for Knowledge Organization (ISKO).

EU

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2019,
utilizando a fonte Chaparral Pro.
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².

Os professores Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Gracy Kelli Martins e Denysson Axel Ribeiro Mota, organizadores desta obra, conseguiram um significativo feito de reunir autores que discutem aspectos relevantes da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, a saber: seus impactos científicos e sociais. Por isso, é notável que o subtítulo deste livro não seja fortuito – intersecções teórico-sociais, pois se tratam de impactos necessários para uma área que se consolida e expande cada vez mais.

Fabio Assis Pinho

